

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAÍ
UNIDADE ACADÊMICA DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

LORENA FERREIRA DE SOUZA

REGIÃO PRODUTIVA AGRÍCOLA DO SUDOESTE DE GOIÁS:
Jataí, cidade do agronegócio

JATAÍ
2022

LORENA FERREIRA DE SOUZA

**REGIÃO PRODUTIVA AGRÍCOLA DO SUDOESTE DE GOIÁS:
Jataí, cidade do agronegócio**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Jataí, como requisito parcial de obtenção do título de mestre em Geografia.

Área de concentração: Organização do Espaço nos Domínios do Cerrado Brasileiro

Linha de pesquisa 2: Organização e Gestão do Espaço Urbano e Rural do Cerrado Brasileiro

Orientador: Prof. Dr. William Ferreira da Silva

**JATAÍ
2022**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFJ.

Souza, Lorena Ferreira de
REGIÃO PRODUTIVA AGRÍCOLA DO SUDOESTE DE GOIÁS: :
JATAÍ, CIDADE DO AGRONEGÓCIO / Lorena Ferreira de Souza. -
2022.
121 f.

Orientador: Prof. William Ferreira da Silva.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Jataí, Unidade
Acadêmica Especial de Estudos Geográficos, Jataí, Programa de
Pós-Graduação em Geografia, Jataí, 2022.

Inclui siglas, mapas, gráfico, tabelas, lista de figuras, lista de
tabelas.

1. Região Produtiva Agrícola. 2. Cidade do Agronegócio. 3.
Territorialização. 4. Renda. I. Silva, William Ferreira da, orient. II.
Título.

CDU 911.3



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAÍ

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº 25 da sessão de Defesa de Dissertação de **Lorena Ferreira de Souza**, que confere o título de Mestra em Geografia, na área de concentração em **Organização do Espaço nos Domínios do Cerrado Brasileiro**.

Aos seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, a partir das 14h, no auditório da Pós-Graduação - Câmpus Jatobá / UFJ de forma presencial e remota pelo link <https://meet.google.com/gyj-noma-mpg>, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada “ **RIQUEZA PARA QUEM? A renda gerada pela territorialização da agroindústria de grãos no município de Jataí-GO de 2000 à 2020**”. Os trabalhos foram instalados pelo Orientador, Professor Doutor **William Ferreira da Silva (PPGGeo/UFJ)** com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professora Doutora **Mainara da Costa Benincá (Rede Privada)**, membro titular externo; Professora Doutora **Maria Erlan Inocêncio (UEG)**, membro titular externo, com participação por meio de video-conferência. Durante a arguição, os membros da banca fizeram sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido a candidata **aprovada** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo Professor Doutor **William Ferreira da Silva (UFJ)**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA

**REGIÃO PRODUTIVA AGRÍCOLA DO SUDOESTE DE GOIÁS: Jataí,
cidade do agronegócio**



Documento assinado eletronicamente por **WILLIAM FERREIRA DA SILVA, Orientador**, em 06/12/2022, às 16:09,



conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARIA ERLAN INOCENCIO, Usuário Externo**, em 06/12/2022, às 16:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mainara da Costa Benincá, Usuário Externo**, em 07/12/2022, às 23:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufj.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0084811** e o código CRC **1DC4B7C2**.

AGRADECIMENTOS

Em tudo, dai graças, porque esta é a vontade de DEUS em CRISTO JESUS para convosco.
1 Tessalonicenses 5:18

Agradeço primeiramente a Deus Pai Todo-poderoso, criador do Céu e da terra, a seu único filho, nosso Senhor, Jesus Cristo e ao Espírito Santo de Deus, o qual me deste como consolador para sempre. A estes toda honra e toda glória sejam dadas para todo sempre, por suas infinitas bênçãos, por me guiar e sustentar até aqui.

Agradeço minha família, especialmente minha mãe Lília, minha irmã Larissa e meus avós Oswaldo e Celeida, por todo amor, apoio, força e suporte em todos os momentos da minha caminhada. Agradeço também minha mãe de coração Rosângela, que sempre orou e torceu por mim, me dando amparo espiritual.

Agradeço aos meus colegas do mestrado, que apoiando uns aos outros contribuiu para enfrentarmos esse mestrado em plena pandemia. Em especial meu agradecimento vai para minha colega Antônia Nascimento, a qual foi a primeira a me ajudar, antes mesmo de sermos colegas, depois, ao longo do mestrado foi, e ainda é, minha parceira em todas as horas de alegrias e sofrimentos.

Ao meu primeiro orientador, Prof. Dr. Márcio Rodrigues Silva, por ter abraçado a ideia do meu primeiro projeto e me apoiado no ingresso do mestrado, meu eterno agradecimento por toda ajuda, sem o senhor eu não teria conseguido entrar no programa.

Ao meu orientador Prof. Dr. William Ferreira da Silva, um grande e excelente profissional, por ter aceitado o enorme desafio de me orientar sem projeto e com o prazo curto, e ter me dado todo suporte e amparo necessário nesse momento desafiador. Vou ser eternamente grata ao senhor por todos os conselhos, todos ensinamentos, toda a ajuda e apoio.

Ao meu patrão David, que liberou parte do meu dia no trabalho para que eu pudesse me dedicar ao mestrado e a minha amiga e colega de trabalho Amanda que me deu cobertura nesse momento, além de todo o apoio em todo o processo, desde antes de entrar no programa até agora.

A coordenação do programa que sempre esclareceram minhas dúvidas e me auxiliaram em vários momentos que precisei, os quais não foram poucos.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, que foi de grande importância para que eu pudesse desenvolver esta pesquisa da melhor maneira possível.

A todos, o meu muito obrigado!!!

RESUMO

A inserção da tecnificação agrícola no Brasil, baseada na tecnificação, na intensificação da mecanização, nos investimentos públicos e privados e em incentivos por meio dos programas governamentais, contribuiu para consolidar a terra como mercadoria, perpetuar o monopólio sobre elas por uma pequena parcela de proprietários, além de excluir muitos dos pequenos proprietários do novo modelo de produção. A renda originada pelas atividades agropecuárias, bem como a dinamização da economia em espaços especializados, como o município de Jataí-GO, são propaladas pelo poder público e por agentes do capital como os responsáveis pela manutenção de empregos e pelo crescimento econômico. Partindo da desconfiança na capacidade que estas atividades teriam em gerar e distribuir renda, a pesquisa traz elementos para demonstrar que o município de Jataí se caracteriza como uma cidade do agronegócio, inserida numa região produtiva agrícola com forte capacidade técnica e capaz de proporcionar elevada produtividade de grãos. O controle sobre as terras mais apropriadas para o cultivo de grãos é fator determinante para a reprodução ampliada do capital e contribui para a dinâmica econômica regional, além de ser determinante no movimento de transformação espacial. A renda gerada pela atividade beneficia proprietários e controladores das terras ao promover a possibilidade de acumulação de capital pela produção de soja e milho, condição que reforça o interesse pelo controle sobre as terras no município e consolida Jataí como uma cidade do agronegócio.

Palavras-Chave: Região Produtiva Agrícola; Cidade do Agronegócio; Territorialização; Renda.

ABSTRACT

The insertion of agricultural technification in Brazil, based on technification, the intensification of mechanization, public and private investments and incentives through government programs, contributed to consolidating land as a commodity, perpetuating the monopoly over them by a small portion of landowners, as well as excluding many of the small owners from the new production model. The income generated by agricultural activities, as well as the dynamization of the economy in specialized spaces, such as the municipality of Jataí-GO, are propagated by the public power and by agents of the capital as those responsible for maintaining jobs and economic growth. Starting from the distrust in the ability that these activities would have to generate and distribute income, the research brings elements to demonstrate that the municipality of Jataí is characterized as an agribusiness city, inserted in an agricultural productive region with strong technical capacity and capable of providing high productivity of grains. Control over the most suitable land for growing grain is a determining factor for the expanded reproduction of capital and contributes to the regional economic dynamics, in addition to being a determining factor in the spatial transformation movement. The income generated by the activity benefits land owners and controllers by promoting the possibility of capital accumulation through the production of soy and corn, a condition that reinforces the interest in control over land in the municipality and consolidates Jataí as an agribusiness city.

Key words: Agricultural Productive Region; City of Agribusiness; Territorialization; Income

Lista de Figuras

Figura 1: Localização do município de Jataí-GO.....	42
Figura 2: Uso do solo na Região Produtiva Agrícola estudada.....	58
Figura 3: Uso do solo de Jataí em 2020.....	76
Figura 4: Localização das três propriedades analisadas em Jataí-GO.....	105
Figura 5: Uso do solo das três propriedades produtoras de soja de Jataí em 2020.....	107

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Jataí (GO): Evolução da população de 1960 a 2010.	47
Gráfico 2: Origem dos Produtores Agrícolas do Município de Jataí	49
Gráfico 3: Microrregião do Sudoeste de Goiás (GO): Evolução da população de 1980 a 2010 e a projeção para 2020.....	66
Gráfico 4: Microrregião Vale do Rio Dos Bois (GO): Evolução da população de 1980 a 2010 e a projeção para 2020.....	67
Gráfico 5: Microrregião Meia Ponte (GO): Evolução da população de 1980 a 2010 e a projeção para 2020.....	68
Gráfico 6: Evolução da área colhida com lavouras temporárias e o quantitativo de bovinos.....	77
Gráfico 7: Participação (%) dos setores econômicos no PIB no município de Jataí -GO – 2019.....	90
Gráfico 8: Jataí - Evolução do valor adicionado bruto a preços correntes total (Mil Reais) – 2000 à 2019.....	92
Gráfico 9: Jataí, trabalhadores da agropecuária e total por classe de renda salarial – 2020.....	94
Gráfico 10: Jataí, trabalhadores da agropecuária e total por escolaridade – 2020.....	95

Lista de Quadros

Quadro 1: Estabelecimentos agropecuários maiores e menores de 1.000 ha. Brasil, Centro-Oeste e Goiás (2017).....	41
Quadro 2: Jataí - Área colhida (Hectares) das lavouras temporárias – 1974/2020.....	50
Quadro 3: Área colhida (Hectares) de produtos selecionados por microrregião no Estado de Goiás (2020).....	59
Quadro 4: Uso do solo (%) para a produção de <i>commodities</i> selecionadas – 2019.....	60

Quadro 5: Produto Interno Bruto dos municípios selecionados -2019.....	64
Quadro 6: Evolução da população dos municípios selecionados de 1980 a 2010 e a projeção em 2020.....	69
Quadro 7: tipos de solos e percentual do total da área do município e seu entorno.....	97
Quadro 8: Porcentagem do uso das lavouras temporárias e da soja em cada propriedade do município de Jataí – 2020.....	106
Quadro 9: Cálculos da renda das três propriedades selecionadas.....	108
Quadro 10: Cálculos da renda no município de Jataí em 2020 sobre a produção das commodities soja e milho.....	109

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1. A GÊNESE DA TECNIFICAÇÃO AGRÍCOLA NO CERRADO: O PODER ESTATAL.....	13
1.1. A tecnificação agrícola, o início da Revolução Verde.....	19
1.2 A ação estatal e a tecnificação da agricultura no Cerrado Goiano	23
1.3 Concentração fundiária, a estruturação intencional da exclusão	33
1.4 A transferência de população para o Cerrado e a consolidação da transformação territorial	44
2. JATAÍ, CIDADE DO AGRONEGÓCIO	53
2.1 Regiões Produtivas Agrícolas	55
2.2 Jataí (GO): cidade do agronegócio globalizado.....	71
2.3 A produção de grãos no município de Jataí e a renda da terra	80
3. RENDA, TERRA E TRABALHO: APROPRIAÇÃO DAS RENDAS DAS COMMODITIES (GRÃOS) EM ÁREAS SELECIONADAS DE JATAÍ-GO	89
3.1 Influência da fertilidade natural e da localização na geração da Renda Diferencial I	96
3.2 Renda da terra – propriedades analisadas	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
REFERÊNCIAS.....	113
FONTES	119

INTRODUÇÃO

A produção agrícola em larga escala implementada em determinados espaços se configura como parte de um processo mais amplo no qual as forças do capital se mobilizaram para proporcionar a reprodução ampliada e a exploração de recursos naturais e humanos de interesse, sejam eles apropriados por outros atores e segmentos produtivos ou até então inutilizados ou subutilizados.

Os espaços capazes de oferecer as condições materiais e imateriais para a instalação de produção tecnificada se tornam alvos de um processo mais amplo de apropriação de terras e exploração da mão de obra, que obedecem a lógicas do capital e extrapolam as fronteiras locais.

Esse movimento sócio-histórico insere tais espaços em lógicas produtivas que as libertariam da estagnação e as levariam a uma condição de desenvolvimento econômico e social. Entretanto esse movimento traz causas e consequências que se repetem em diferentes tempos e espaços, sempre em nome da integração e do crescimento econômico da sociedade local.

O Cerrado brasileiro é um destes espaços nos quais a apropriação do meio, sustentado por investimentos públicos e privados na implementação de técnicas, de infraestrutura e de meios materiais para a sua exploração, em circuitos produtivos com circulação mais ampla, foi responsável pela promoção de transformações espaciais, sociais e culturais capazes de lhe descaracterizar e implementar novas lógicas e processos.

O referido movimento, não pode ser entendido em si mesmo, tampouco como resultado de processos e ações recentes, mas como fruto do desenrolar de intervenções do poder público defendendo interesses privados ao longo das décadas de 1970 em diante.

A expansão da fronteira agrícola para o Cerrado brasileiro foi intencional a medida que terras iam sendo asseguradas para o cultivo tecnificado da terra visando o mercado externo. Vários foram os investimentos no agronegócio apoiados pelos créditos rurais públicos que contribuíram para isso.

O conjunto de circunstâncias provocadas pela combinação entre a ação estatal, as demandas de mercado, o quadro natural das terras do cerrado e o seu estágio de ocupação foram benéficos ao movimento de transformação na estrutura fundiária neste espaço, tendendo a concentração de terras e a potencialização da renda da terra. É possível dizer que o conjunto de ações tornou o Cerrado um dos principais focos da ocupação e

proporcionou a formação de latifúndios a partir do aproveitamento de estímulos para a implantação do agronegócio nesse Bioma-Território.

O interesse pelos recursos naturais, em especial a terra do cerrado, transformou esse bioma em palco de disputas e conflitos, seguindo os interesses econômico de atores que controlam a economia desse território. Com isso, o cerrado é analisado através do viés Bioma-território, diante dos processos que levaram as disputas territoriais nessas regiões pelo controle da terra.

O processo histórico de ocupação e exploração das terras do Cerrado goiano proporcionou a formação de uma estrutura fundiária estabelecida pela materialidade das condições regionais associada aos processos externos. O movimento de inserção destes territórios em circuitos produtivos dos quais eles estavam alheios, até então, desperta novas territorialidades e novos processos de acesso e controle da terra.

Ao estudar o território é possível perceber a desigualdade em sua distribuição gerada ao longo dos tempos, gerando certa desestruturação social. Os interesses políticos e econômicos interferem nessa distribuição desigual, sendo permissivos na grande concentração latifundiária que atenda determinados interesses. A região Centro-Oeste por exemplo, de acordo com Oliveira (2013, p. 72 e 73) é considerada o paraíso dos latifundiários. Segundo o autor, a concentração de latifundiários com mil e mais ha, nesse território, “representam 6,7% do total, entretanto controlam mais de 69% da superfície regional”. Só no estado de Goiás “5% (9.368 estabelecimentos com mais de mil ha) controlam mais de 24 milhões de ha de terras, ou seja, mais de 50% das terras do Estado”.

Esses dados permitem refletir que grandes quantidades de terras estão concentradas nas mãos de poucos e essa desigualdade sempre esteve presente, e se perpetuou a partir da década de 1970, quando o interesse em expandir o agronegócio de grãos exigiu a exploração de grandes quantidades de terras.

O território do município de Jataí (GO), por fazer parte desse processo de expansão do *front* agrícola, dispõe de características adequadas para a produção agrícola de grãos, de forma mecanizada e sustentada pela territorialização da agroindústria de grãos. Assim, se coloca como um território em disputa entre diferentes setores produtivos, pelo controle do principal ativo, a terra.

Ao observar que poucas pessoas têm acesso à terra, pode-se analisar a distribuição dessa riqueza gerada com o monopólio da terra, e verificar quem possui o controle e como controla esse território, permite entender a desigualdade gerada por esse sistema e como ela se dá dentro do território. Essas análises ajudam a perceber as transformações do espaço a partir das territorialidades.

Parte-se da premissa de que os movimentos territorialização da agroindústria de grãos foram responsáveis, dentre outras transformações, por alterar a geração e a distribuição de renda no território do município de Jataí (GO), condição que se busca compreender. Desta forma, busca-se, inicialmente, compreender o movimento de tecnificação das atividades agrícolas a partir da perspectiva sócio histórica para na sequência associar suas contribuições sobre o estabelecimento de territorialidades e a apropriação da renda nos espaços do Cerrado.

Diante disso, o objetivo geral deste trabalho é verificar as contribuições geradas pelo movimento da territorialização do agronegócio de grãos no município de Jataí de 2000 à 2020 e a renda da terra gerada por esse movimento.

Para isso, é preciso compreender historicamente o processo da vinda dos sujeitos que se apossaram das terras para a implantação da agroindústria de grão no município de Jataí; analisar o processo de territorialização e controle da terra por parte desses sujeitos; e compreender como se dá a distribuição da renda do agronegócio de grãos no município.

Considerando a abordagem e a temática que se pretende alcançar, o território e as territorialidades se colocam como o prisma a partir do qual as relações foram avaliadas. Já que é no território o lugar onde se manifestam as ações dos homens.

Considerando que o mundo está em constante transformação, o estudo sobre o território se utiliza da dialética como método, exigindo um olhar mais esmiuçado sobre o objeto de estudo, entendendo que ele faz parte de um contexto, de algo maior, que está imerso em um conjunto de elementos no qual as ações da sociedade, o tempo e o espaço se interconectam na composição do concreto.

Esse método estuda todos os aspectos, relações e conexões de um fenômeno para conhece-lo, sem tratar o conhecimento como algo rígido, já que tudo no mundo está em constante transformação. Com isso, parte da premissa que na natureza tudo se relaciona, transforma e cria uma contradição inerente a cada fenômeno.

Assim, este estudo buscou trilhar caminhos através da visão dialética para analisar os processos de territorialização do agronegócio de grãos, na construção do espaço e nas transformações das relações socioespaciais existentes nele.

De acordo com Oliveira (1999) o processo de construção do território é simultaneamente construção/destruição/manutenção/transformação, que na perspectiva da dialética seu desenvolvimento é desigual, simultâneo e combinado, o que o autor denominou de valorização, produção e reprodução.

Isso acarreta na construção e ou destruição de formações territoriais em diferentes partes do mundo, ou, como ocorreu no cerrado, no processo desigual de valorização, produção e reprodução do capital de frações de uma mesma formação territorial.

A compreensão desses movimentos parte das contradições que substituem o antigo pelo novo, proporcionando novas configurações territoriais e novos processos de distribuição e concentração da renda.

O trabalho está estruturado em três seções, as quais estão organizadas de forma a perseguir as respostas requisitadas pelos objetivos específicos. Inicialmente, resgatar a história é importante pois, nos ajudará a compreender como se deu o processo de constituição do território, quem o fez e as condições que levaram a ser explorado dessa maneira. Como March Bloch (2001, p.25) afirmou ajuda a “compreender o presente pelo passado e, correlativamente compreender o passado pelo presente”.

Assim, a primeira seção será guiada pelo primeiro objetivo específico, o qual fará um resgate histórico do processo da tecnificação do modo de produção até sua implantação no cerrado goiano, aderindo ao pacote tecnológico oriundo da Revolução Verde, e as estratégias utilizadas para o acesso e controle das terras desses espaços para a realização da implantação da agroindústria de grãos nesses espaços atingindo o município de Jataí (GO).

Esse resgate será realizado através do levantamento e análise bibliográfica sobre o tema, com apoio da base teórica e do debate com dados quantitativos e qualitativos coletados em bases de dados oficiais, correlacionando com posicionamentos e narrativas de autores que trataram do movimento de inserção da agroindústria de grãos no Brasil e no Cerrado brasileiro.

Entendendo o território como um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder, Souza (2019, p. 78) levanta alguns questionamentos que nos ajudará nesse trabalho, “questionando quem tem esse domínio ou influência sobre esse território e como domina ou influencia”. Para tal serão buscados dados e informações de fontes oficiais e de acesso público, que corroborem para a identificação dos atores, suas formas de ação, os territórios em disputa e as transformações do espaço a partir das territorialidades estabelecidas.

Na segunda seção, será a construída a caracterização da região a qual está inserido o município de Jataí (GO) enquanto receptora da agroindústria de grãos que movimenta a economia do entorno, a reconhecendo como uma Região Produtiva Agrícola, para depois analisar o município enquanto uma *cidade do agronegócio*, entendendo que as atividades produtivas em seu território são geradoras de renda da terra. Tal compreensão

é importante para analisar a territorialização da agroindústria de grãos no município e perceber o quanto esse segmento impacta na economia local e a controla, influenciando na geração e distribuição da renda.

Dados obtidos junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), ao Instituto Mauro Borges (IMB), e no Ministério da Economia, podem auxiliar com informações sobre dados relativos a produção, PIB, trabalho e economia da Região Produtiva Agrícola e consequentemente do município de Jataí.

A terceira seção será destinada a analisar a renda gerada pela territorialização da agroindústria de grãos no município de Jataí (GO) de 2000 à 2020. Buscando compreender quanto é gerado de renda da terra e se essa renda é distribuída de forma justa.

Como parâmetro da análise serão utilizadas informações de três propriedades produtoras de grãos no município para que seja calculada a rentabilidade dessa produção, entendendo o custo da produção por hectare e a produtividade gerada.

Neste sentido, se torna imperativo compreender os mecanismos pelos quais ocorre a apropriação da renda na produção de grãos e sua eventual distribuição, considerando o atual estágio de organização do capital e da tecnificação neste segmento produtivo.

Nessa etapa os dados obtidos pelo georreferenciamento de 2020, disponibilizado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), contribui para a análise das propriedades rurais cadastradas apontando a capacidade das três propriedades selecionadas de obtenção de renda, e identificando os índices de concentração de terras e analisar o controle delas.

Diante disso, o estudo buscará esclarecer posições e ideias consolidadas sobre os benefícios socioeconômicos proporcionados pela agroindústria de grãos. Por fim, o estudo buscará evidenciar a construção das relações territoriais refletidas pelo contexto histórico, para que, através das contradições dessas relações possamos analisar as desigualdades sociais que foram reforçadas com esse processo.

1. A GÊNESE DA TECNIFICAÇÃO AGRÍCOLA NO CERRADO: O PODER ESTATAL

A história do homem sobre a Terra é a história de uma rotura progressiva entre o homem e o entorno. Esse processo se acelera quando, praticamente ao mesmo tempo, o homem se descobre como indivíduo e inicia a mecanização do Planeta, armando-se de novos instrumentos para tentar dominá-lo”. (SANTOS 1994, p. 17)

Praticamente, desde o início da relação entre homem e natureza a busca pela tecnificação se faz presente, sempre associada à disponibilidade de recursos e saberes de cada povo, espaço e momento.

De uma forma geral, o movimento da tecnificação das atividades agrícolas, entendida como a adoção de rotinas e procedimentos na produção capazes de proporcionar maior eficiência, qualidade e economia, se inicia historicamente com a organização de estratégias de produção baseados no pousio, na rotação de culturas e na agricultura itinerante.

Tais condições prevaleceram por mais de dois milênios e utilizavam o cultivo das plantas nativas em cada região. Os sistemas técnicos se modificam de forma mais pronunciada a partir da troca de espécies de plantas entre as civilizações, o que ocasionou a cultivação em meios geográficos diferentes.

De acordo com Porto-Gonçalves (2006) domesticar espécies por meio da constituição do território era garantir a segurança alimentar¹ da humanidade. Para isso o conhecimento dos processos de produção se tornou um grande aliado do cultivo, pois possibilitou essa troca de espécies.

Em conjunto com o avanço das grandes navegações e o desenvolvimento dos meios de transporte, ocorreu a intensificação de cultivos em diferentes espaços daqueles onde se originaram as espécies. Esse processo transformou algumas espécies em alimentos fundamentais, outras em alimentos auxiliares e fez com que muitas deixassem de ser cultivadas (FREDERICO, 2008).

¹ A segurança alimentar tratada por Porto-Gonçalves (2006, p.208) se refere a domesticação de espécies animais e vegetais e seu uso para garantir a sobrevivência do grupo. Segundo o autor “o sucesso de qualquer espécie animal depende, portanto, de como resolve a questão da alimentação, do abrigo e proteção por meio da constituição de seus habitats e de seus hábitos”.

Graças a essa interação, o cultivar de diferentes espécies possibilitou a introdução de alimentos em locais e culturas onde antes não estavam presentes, ocasionando em mudanças nos hábitos de produção e alimentares desses povos.

Com as técnicas de cultivo se modificando graças a Revolução Agrícola² entre os séculos XVII e XVIII, se desenvolveu novas técnicas de plantio através de uma agricultura científica com um cultivo mecânico e a intensificação do intercâmbio de culturas agrícolas.

A Revolução Industrial contribuiu para esse novo cenário com a criação de máquinas que ajudaram a melhorar e aumentar a produção, com isso, de acordo com Frederico (2008) se desenvolve o que viria a ser a agronomia, para atender as novas condições socioespaciais criadas nesse período, desenvolvendo uma melhor adaptação das plantas em vários tipos de solos, possibilitando explorá-lo de forma mais intensiva e cultivar onde antes era considerado improdutivo.

A disseminação de técnicas e de conhecimentos necessários à realização da produção agrícola, capaz de otimizar a produção e a exploração dos recursos naturais, obedece ao movimento de disseminação dos princípios que guiaram a formação da civilização ocidental.

Inicialmente, vários conhecimentos originários do mundo oriental foram apropriados por povos da Europa Ocidental e depois disseminados para outros espaços com o processo de dominação proporcionado pelas Grandes Navegações. Assim, elas têm o eixo de ordenamento e disseminação transferidos da Europa. Em meados do século XIX, “as grandes invenções passaram a ocorrer do outro lado do Atlântico Norte, em terras norte-americanas” (FREDERICO 2008, p. 17).

É justamente a partir do território estadunidense que ocorre a potencialização do uso de técnicas agrícolas, que passou a contar com condições de estabelecer ações de alcance mais amplo.

É sob o signo da globalização que as inovações técnicas destinadas para a produção agrícola se colocam como um ativo e como instrumento de dominação. É nesse contexto que “o mundo atravessa um período contínuo de reestruturação da vida social, econômica, política e cultural” (ARACRI, 2012, p. 36).

Entendamos a globalização, a ideia de um mundo integrado que superasse as limitações locais e regionais, como um processo histórico progressivo, o qual, de acordo

2 Para Frederico (2008, 17), essa revolução trouxe novas técnicas de cultivos que modificaram de forma significativa o modo de produção a partir dessa época, graças ao intercâmbio de várias culturas agrícolas.

com Porto-Gonçalves (2006, p. 13) “[...] sempre acompanhou o humanismo europeu, sobretudo após o Renascimento e a instauração do sistema-mundo moderno-colonial³”.

Porto-Gonçalves (2006) divide em quatro etapas o processo de globalização, enfatizando o movimento, por ele nominado como globalização da natureza.

1. O Colonialismo e a Implantação da Moderno-colonialidade (do século XV-XVIII... até hoje);
2. O Capitalismo Fossilista e o Imperialismo (do século XVIII ao início do século XX... até hoje);
3. O Capitalismo de Estado Fossilista Fordista (de 1930 aos anos de 1960-70... até hoje);
4. A Globalização Neoliberal ou Período Técnico-científico-informacional (dos anos de 1960 até hoje). (PORTO-GONÇALVES 2006, p. 23)

Segundo o autor existem diferentes entendimentos sobre quando teria se iniciado o processo de globalização. Em detrimento das divergências, há certo consenso em pontuar como início do movimento a colonização da América (através das grandes navegações no século XV), a partir daí “passamos a ter uma história e uma geografia verdadeiramente mundiais, cada vez mais se impondo às histórias regionais ou, pelo menos, as condicionando” (PORTO-GONÇALVES 2006, p. 24).

Prosseguindo com a invenção da máquina a vapor (Primeira Revolução Industrial), que possibilitou a humanidade superar as distâncias através da evolução dos meios de transportes, contribuindo para uma exploração da natureza mais aprofundada.

A agricultura passa a se especializar ainda mais com o cultivo de monoculturas, tornando-se dependente da mecânica e da química, o que intensificou o interesse nas explorações coloniais, surgindo uma nova fase da globalização, o imperialismo.

A conquista territorial e a acumulação de capital são características do processo de globalização. De acordo com Porto-Gonçalves (2006), os atores que obtêm o controle de territórios fornecedores das matérias-primas utilizadas para a transformação da energia de fonte mineral (carvão, petróleo e gás) e, por consequência, da própria energia, passam a contar com condição privilegiada no processo de reprodução do capital. “Controlar energia é estratégico pois, com isso, controla-se o trabalho em potencial” (PORTO-GONÇALVES 2006, p. 31).

Em paralelo ao controle da energia, o controle sobre os recursos naturais necessários à produção de bens estratégicos, como alimentos e matérias-primas agrícolas,

³ De acordo com Porto-Gonçalves (2006, p.25) *Sistema-mundo moderno-colonial* é um mundo cada vez mais interdependente – *sistema-mundo*, mas cuja interdependência está organizada com base num sistema de relações hierárquicas de poder – *moderno-colonial*.

se coloca com significativa importância nas estratégias de territorialização e da reprodução capitalista.

A oligopolização dos mercados pelas grandes empresas surge nesse período ditando as condições políticas e econômicas no mundo.

[...] tudo passa a ser removido e movido por todo o mundo, submetido pela lógica de produção de mercadorias, sob o comando dos grandes monopólios industriais financiados pelos grandes bancos, dividindo territorialmente o mundo em áreas de influência entre os diversos imperialismos nacionais (inglês, alemão, francês, holandês, belga, italiano, estadunidense). (PORTO-GONÇALVES 2006, p. 31)

Durante o século XX o mundo mergulhou na Era dos Extremos⁴, enfrentando duas guerras mundiais, seguidas por duas ondas de rebeliões e revoluções praticamente globais e uma crise econômica mundial de profundidade sem precedentes.

Após a crise do liberalismo em 1929, percebeu-se que sem a mediação política do Estado, a questão redistributivista no capitalismo só se agravava, além disso, com a Segunda Guerra Mundial, viu-se a importância do Estado no planejamento do desenvolvimento por meio de instituições governamentais. Surge, assim, “um novo padrão internacional de poder que se configura com a importância cada vez maior das grandes corporações empresariais transnacionais, em termos institucionais num conjunto de entidades supranacionais”. (PORTO-GONÇALVES 2006, p. 34)

Ante ao quadro, um novo padrão de poder mundial mudou o sistema monetário internacional, quando os Estados Unidos romperam com o sistema fixo de câmbio e colocaram o dólar em posição de importância superior ao ouro. “A partir desse momento, o dólar passa a ser o novo lastro que os países deveriam buscar e somente um país, os EUA, pode emitir essa moeda”. (PORTO-GONÇALVES 2006, p. 35)

Segundo Porto-Gonçalves (2006) esse foi o início do movimento para uma financeirização da economia mundial em estilo neoliberal.

Todas essas tendências na distribuição de capital, de emprego, de produção, de renda, de bens e serviços no mundo de hoje têm a ver com a mudança nas relações entre as diversas formas de acumulação capitalista em favor da absoluta hegemonia do capital financeiro. (PORTO-GONÇALVES 2006, p. 37)

Isso ocasionou no aumento gigantesco da dívida externa de vários países, que foram submetidos à imposições políticas de ajuste estrutural de organizações financeiras.

⁴ Eric Hobsbawm (1995)

Uma vez que os países industrializados são dependentes das matérias-primas, garantem o fornecimento de “créditos que vão, não só alimentar a dívida, como também alimentar as cadeias das indústrias” (PORTO-GONÇALVES 2006, p. 45).

Essa mútua dependência, transformou os países fornecedores de matéria-prima reféns desse sistema, obrigando-os a ampliar a utilização de seus recursos naturais e avançar na exploração de áreas antes ocupadas por populações de diferentes matrizes culturais, determinando o preço de suas mercadorias em dólar, convertidas à condição de *commodities*.

Assim, a globalização neoliberal ou, segundo Milton Santos técnico-científico-informacional, torna a interdependência universal dos lugares a nova realidade do território.

Para Porto-Gonçalves (2006, p. 38) “o território é uma categoria analítica que nos remete à inscrição da sociedade da natureza e, assim, nos obriga a considerar as relações sociais e de poder que estão imbricadas na relação das sociedades com a natureza”. O que se propõe é considerar que o exercício de poder é um elemento fundamental para o entendimento das relações sociais e entre a sociedade e a natureza. Tal elemento é também fundamental para a composição das estruturas produtivas e da organização da sociedade e da reprodução do capital.

De acordo com Haesbaert (2005) os objetivos dos processos de territorialização do espaço variam muito ao longo do tempo e dos espaços, por isso, é fundamental perceber a historicidades do território, sua variação conforme o contexto histórico e geográfico.

O conceito de território é utilizado por várias áreas de estudo, cada uma com enfoque centrado em uma determinada perspectiva. Assim, tanto dentro, quanto fora do campo de Geografia, o território possui uma enorme variedade de vertentes. Para o geógrafo é preciso “ênfatizar a materialidade do território, em suas múltiplas dimensões (que deve[ria] incluir a interação sociedade-natureza)” (HAESBAERT 2006, p. 37).

Para Haesbaert (2005) o território nasce com uma conotação dupla, tanto material e funcional que diz respeito ao poder no sentido mais concreto de dominação (jurídica-política) da terra, funcional e vinculado ao valor de troca, quanto ao poder no sentido mais simbólico de apropriação, carregado de marcas do “vivido” e do valor de uso. (2005, p. 6774)

Diante disso, o autor analisa o território através de três vertentes básicas, as quais classifica como:

- política (referida às relações espaço-poder em geral) ou jurídico-política (relativa também a todas as relações espaço-poder institucionalizadas): a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado.
- cultural (muitas vezes culturalista) ou simbólico-cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.
- econômica (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho, por exemplo. (HAESBAERT 2006, p.40)

Quando se exerce o domínio sobre o espaço, o faz tanto para realizar funções quanto para produzir significados. Isso quer dizer que, o território pode ser usado como recurso (proteção, abrigo, lar), ou fonte de recursos naturais (matérias-primas), “que variam em importância de acordo com o(s) modelo(s) de sociedade(s) vigente(s) (como é o caso do petróleo no atual modelo energético capitalista)” (HAESBAERT 2005, p.6776).

Essa dominação tem duas formas distintas de produção do território enquanto recurso dependendo do agente que a domina, segundo Haesbaert (2005, p. 6777) “os dominantes privilegiando seu caráter funcional e mercantil, os dominados valorizando-o mais enquanto garantia de sua sobrevivência cotidiana”.

Diante disso, o autor salienta que dentro desse processo devemos primeiramente distinguir os territórios de acordo com os sujeitos que os constroem, já que as razões de tal controle variam conforme a sociedade, cultura, grupo e indivíduo.

Dentre os atributos funcional e simbólico, os quais podemos investigar o território, eles não podem ser analisados separadamente, como se não tivessem influência um sobre o outro, pois, “todo território ‘funcional’ tem sempre alguma carga simbólica, por menos expressiva que ela seja, e todo território ‘simbólico’ tem sempre algum caráter funcional, por mais reduzido que ele seja”. (HAESBAERT 2005, p. 6777)

No atual contexto histórico do capitalismo globalizado, Haesbaert (2005) faz a distinção de elementos importantes para a constituição dos múltiplos-territórios ou para a organização espaço-territorial:

Os territórios-zona, mais tradicionais, forjados no domínio da lógica zonal, com áreas e limites (“fronteiras”) relativamente bem demarcados e com grupos mais “enraizados”, onde a organização em rede adquire um papel secundário; os territórios-rede, configurados sobretudo na

topologia ou lógica das redes, ou seja, são espacialmente descontínuos, dinâmicos (com diversos graus de mobilidade) e mais suscetíveis e sobreposições; e aquilo que denominamos “aglomerados”, mais indefinidos, muitas vezes mesclas confusas de territórios-zona e territórios-rede, onde fica muito difícil identificar uma lógica coerente e/ou uma cartografia espacialmente bem definida. (HAESBAERT 2006, p. 306)

Para o autor esses três elementos participam de forma conjunta e indissociável no processo de territorialização pelo poder, sendo esta uma ferramenta vital para aquele que consegue “jogar” com as múltiplas escalas: do local ao regional, ao nacional e ao global.

O fato é que o exercício do poder sobre os espaços nos quais se encontram recursos naturais e sociais que facilitam a produção e proporcionam a reprodução do capital se coloca como estratégia de diferentes segmentos como forma de se viabilizar e estabelecer condição de competitividade territorial. Os territórios são, assim, fundamentais para a atual configuração de estruturação da produção. Controlar os recursos da natureza, principalmente água e solo, serão, assim, movimentos necessários ao capital como procedimento de manutenção e expansão.

1.1. A tecnificação agrícola, o início da Revolução Verde.

O movimento de tecnificação da agricultura, embora fruto da Globalização, se mostra excludente e seletivo, uma vez que nem todos os espaços tiveram acesso aos conhecimentos e equipamentos da agricultura tecnificada.

Em boa parte do mundo, principalmente em países subdesenvolvidos, as técnicas agrícolas usadas até a década de 1950 se baseavam na utilização intensa dos recursos naturais do solo e da mão-de-obra, em sua grande maioria da própria família. Quando esse solo não produzia mais, compensavam os problemas da produção agrícola, como fertilidade do solo, problemas climáticos e biológicos (como incidência de pragas), com a exploração de novas áreas (ALVES, 2013).

A disseminação da tecnificação foi patrocinada e incentivada pelo grande capital e por governos de nações com forte capacidade de desenvolvimento tecnológico. Antes, entretanto, tiveram que ser implantadas em outros espaços e contaram com a valiosa colaboração das elites e governos locais, sob a intensa propagação de ideias relacionadas à resolução da escassez de alimentos. Segundo o discurso dos defensores da disseminação da tecnificação, quando as áreas cultiváveis começaram a ficar escassas, mesmo nos países desenvolvidos, foi necessário repensar novas estratégias de cultivos que possibilitassem o aumento significativo da produção agrícola na mesma área cultivável.

Essa seria a solução para a insuficiência de produção de alimentos ante a população mundial, que estava aumentando consideravelmente, e da iminente fome no mundo após a Segunda Guerra Mundial.

Como parte das ações institucionais associadas à produção e distribuição de alimentos em escala mais ampla, Alves (2013) considera que a questão da fome só foi abordada no âmbito global após a II Guerra Mundial, com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) e de sua agência voltada ao combate da fome e da pobreza. A Food and agriculture Organization of the United Nations (FAO) “tinha por missão liderar os esforços internacionais para erradicar a fome, elevar os níveis de nutrição, melhorar a produtividade agrícola, a vida das populações rurais e contribuir para o crescimento da economia mundial” (ALVES 2013, p 30).

Para tentar solucionar o problema da fome e consequentemente ganhar mais aliados, os dois blocos hegemônicos nas disputas ideológicas, culturais e econômicas durante a Guerra Fria, criaram estratégias diferentes.

De um lado o bloco comunista, liderado pela URSS, defendia a estatização de certos setores da economia, a divisão igualitária dos recursos nacionais e uma ampla reforma agrária que possibilitaria o aumento da oferta de alimentos, questões essas enraizadas no âmago do comunismo; por outro o bloco capitalista, comandado pelos Estados Unidos. [...] Defendia, então, a liberdade econômica, o direito à propriedade privada e ao lucro. (ALVES 2013, p 31)

A estratégia do bloco comunista ganha o apoio de camponeses, dos países subdesenvolvidos que tinham acabado de sair do colonialismo europeu, e encontravam-se em uma situação crítica devido ao elevado crescimento populacional e a escassez de alimentos. Embora fosse mais adequada para garantir a soberania alimentar e a manutenção de produção e consumo localizados tal iniciativa não proporcionava condições para a reprodução capitalista, portanto, não serviria para o mundo capitalista, que passa a elaborar diferente proposta.

Em contrapartida aos ideais propostos e defendidos pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), os Estados Unidos (EUA) estruturaram um pacote de ações privadas e estatais que ficou conhecido por Revolução Verde. Esta defendia “interesses econômicos e políticos ligados à expansão e fortalecimento das grandes corporações a caminho da transnacionalização” (BRUM 1988, p. 44).

A chamada “Revolução Verde” foi um programa que tinha como objetivo explícito contribuir para o aumento da produção agrícola no

mundo, através do desenvolvimento de experiências no campo da genética vegetal para a criação e multiplicação de sementes adequadas às condições dos diferentes solos e climas e resistentes às doenças e pragas, bem como da descoberta e aplicação de técnicas agrícolas ou tratamentos culturais mais modernos e eficientes. (BRUM 1988, p. 44)

Embora o objetivo estivesse voltado para a ampliação da produtividade, o referido pacote trazia em seu bojo a gestação de condições para garantir a inserção de um padrão profundamente estruturado nos princípios capitalistas. Sua disseminação contou com a atuação da FAO, através da idealização de projetos de fundações filantrópicas americanas ligadas a grandes grupos empresariais e industriais, como a Fundação Rockefeller e Fundação Ford. Tais instituições pretendiam causar uma ‘revolução’ na produção de alimentos com um novo tipo de agricultura, tecnificada, dependente de pacotes tecnológicos, da qual segundo Alves (2013, p.24) seria intimamente ligada “ao mercado financeiro (bancos), a indústria metal-mecânica (máquinas e equipamentos agrícolas), a indústria química (fertilizantes e defensivos agrícolas) e a indústria de pesquisa de tecnologia agrícola”.

O subterfúgio de potencializar a produção de alimentos trazia, também, a resolução de questões de ordem econômica ao criar mercados e sistemas capazes de absorver investimentos do grande capital e garantir a sua reprodução em ampla escala e em praticamente todo o planeta. Estava iniciado o processo de mundialização da agricultura, subordinada, definitivamente, à lógica do capitalismo industrial (ALVES 2013). A mundialização da agricultura ocorreu acompanhando o processo de mundialização do capitalismo monopolista.

[...] decorreu dos processos de evolução dos diferentes setores industriais a partir de uma crescente integração dos fluxos de conhecimentos técnicos, matérias-primas, bens intermediários, produtos e serviços finais através de diversos países do mundo. A mundialização por sua vez, originou-se do processo de transformação das empresas nacionais em empresas mundiais através da expansão por diferentes países via abertura de filiais, aquisições, fusões, associações etc. Internacionalização, multinacionalização e mundialização são, portanto, fenômenos integralmente interconectados (OLIVEIRA, 2016, p.100).

Dentro dessa lógica, a agricultura se transformou do ponto de vista da técnica, da produção e da circulação. Acompanha tal movimento o avanço das teorias neoliberais para determinadas condições e segmentos da produção agrícola. A defesa da redução de subsídios à agricultura de base familiar camponesa passa a ser defendida em nome de um pretenso neoliberalismo, enquanto, de forma contraditória, a agricultura tecnificada

clamava por incentivos e investimentos estatais de financiamento de produção e geração de tecnologia.

Como consequência do contexto, diversos governos neoliberais substituíram as políticas de soberania alimentar pela política de segurança alimentar⁵ substituindo os estoques governamentais pelos estoques das empresas monopolistas mundiais, tornando o mercado como regulador único do abastecimento alimentar das populações nacionais. O ciclo de ações para fixar o capital como ferramenta para a tomada de decisões e controlar a produção, a circulação e os preços, se completa com a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC), órgão supranacional com função de estabelecer a regulação e decisões no comércio mundial (OLIVEIRA, 2016).

Assim, segundo Oliveira (2016, p. 123) a agricultura capitalista monopolista mundial, se estruturou sobre uma tríade, “produção de *commodities* (mercadorias), as bolsas de mercadorias e de futuro e a formação das empresas monopolistas mundiais”.

Em uma etapa inicial, para a constituição do mercado mundial de *commodities*, a Revolução Verde deu início a fase pioneira de implantação desse pacote tecnológico no México, com o Programa Agrícola Mexicano. “Foi um programa operacional com base num acordo entre a Fundação Rockefeller e o governo Mexicano em 1943” (ALVES 2013, p. 22), em que a produção agrícola passaria por uma intervenção controlada, criteriosamente planejada e habilmente executada. Notou-se que depois de sete anos a experiência, realizada com o trigo, quadruplicou a produtividade.

Juntamente com o México, esse projeto também foi implantado em outros países de forma experimental, como nas Filipinas, com a produção de arroz; no próprio território dos Estados Unidos, com o trigo e o milho; e no Brasil, inicialmente com o trigo e, posteriormente, introduzindo a soja e melhorando a produção de milho. Os resultados foram satisfatórios tanto no aumento da produção quanto na produtividade. O melhoramento da produção e produtividade em diferentes localidades despertou o interesse das corporações internacionais e contribuiu para que elas expandissem o modelo de “projeto” para o maior número de países, em todos os continentes, principalmente na Ásia, Extremo Oriente e América Latina (BRUM, 1988).

5 Para (HOYOS e D’AGOSTINI, 2017, p.182) Soberania Alimentar e Segurança Alimentar são propostas que respondem a interesses historicamente antagônicos. Os autores definem Soberania Alimentar “como a autonomia de cada nação na produção de todos os alimentos básicos consumidos no interior de suas fronteiras, o que implica a liberdade para produzir e para o desenvolvimento de suas próprias capacidades de produção de alimentos e conservação das já existentes, garantindo, por sua vez, a diversidade cultural dos hábitos alimentares e dos modos de produção agrícola”. Já a Segurança Alimentar surgiu como uma estratégia internacional que influencia as economias locais, interferindo na compra e venda dos alimentos, sendo independente da soberania dos Estados. Resumindo é uma estratégia que culmina no monopólio internacional de produção de alimentos.

O início da implantação das ações e técnicas originadas no contexto da Revolução Verde no Brasil, ocorreu através de programas patrocinados pelo governo norte americano denominados como “Aliança para o Progresso” e “Alimentos para a Paz”, em parceria com corporações transnacionais. As ações que pretendiam criar condições favoráveis para a implantação e expansão do pacote tecnológico acabaram ocasionando a dependência da economia brasileira, por meio da agricultura, segundo interesses externos, que serão apresentados no próximo tópico.

1.2 A ação estatal e a tecnificação da agricultura no Cerrado Goiano

Uma vez dimensionado e testado em diferentes locais, inclusive no Brasil, o padrão de tecnificação defendido pela Revolução Verde precisava ser implantado em larga escala como forma de estabelecer as condições para a reprodução do capital em espaços de países emergentes, considerados favoráveis para esse tipo de agricultura. Internamente, governos locais que aderiram voluntária ou compulsoriamente ao pacote, passam a defender que o novo dinamismo econômico proporcionado pela tecnificação da agricultura complementaria a série de esforços e medidas do governo para alcançar o desenvolvimento econômico. No Brasil, sua adoção se coloca como mais uma etapa da série de ações estatais que ocorreram a partir de 1930, com a pretensa intenção de industrializar e unificar o país, integrando as terras do Oeste.

A década de 1930 representou um marco decisivo nas políticas nacionais de colonização, integração nacional e interiorização dos recursos escudados nas políticas desenvolvidas pelo Estado, as quais resultaram em investimentos e deslocamentos populacionais para vastas áreas do território brasileiro que até então eram consideradas “vazias” e pouco articuladas à economia do Centro-Sul brasileiro. (RIBEIRO, 2003, p. 25)

Sob o governo de Getúlio Vargas o pacote de ações ficou conhecido como “Marcha para o Oeste”, movimento que construiu uma nova ordem econômica-social e territorial. O Estado passa a intervir de forma mais incisiva e criar condições para o desenvolvimento econômico capitalista, através da industrialização interna com a instalação de setores tecnologicamente avançados, que exigiam altos investimentos para atender aos objetivos desse projeto.

Tal movimento incentivou a mobilização de população e investimentos para diferentes unidades da federação, inclusive o estado de Goiás. Dentre as principais

estratégias adotadas pelo poder público que acabaram por alcançar o estado de Goiás, este:

[...] eliminou as barreiras alfandegárias entre os estados e implantou infra-estrutura de transporte e comunicação. Então, o território goiano passou a ser receptáculo do moderno. Isto se materializou em infra-estrutura como a Estrada de Ferro de Goiás e, principalmente, na construção da nova capital do estado, Goiânia. [...] (MELLO, 2003, p 88)

No conjunto das ações para a integração e ocupação territorial é necessário destacar a criação das Colônias Agrícolas Nacionais (CAN) através do Decreto-Lei nº 3.059 de 14 de fevereiro de 1941, o qual aborda no Art.1º que

[...] o Governo Federal, em colaboração com os Governos estaduais e municipais e todos os órgãos da administração pública federal e por intermédio do Ministério da Agricultura, promoverá a fundação e instalação de grandes Colônias Agrícolas Nacionais, as quais serão destinadas a receber e fixar, como proprietários rurais, cidadãos brasileiros reconhecidamente pobres que revelem aptidão para os trabalhos agrícolas e, excepcionalmente, agricultores qualificados estrangeiros. (BRASIL, 1941, p.00)

Diante disso, esse decreto estabeleceu regiões ideais para a fundação das colônias, as quais deveriam ter, situação climática e condições agrológicas exigidas pelas culturas da região, e cursos permanentes d'água ou possibilidade de açudagem para irrigação (BRASIL, 1941).

Dentro desses critérios o Estado de Goiás foi contemplado com a criação da primeira Colônia Nacional de Goiás (CANG), a qual contribuiu para a mobilização, ocupação e integração do interior do país.

Liderado pelo Carioca e Engenheiro Agrônomo Bernardo Sayão, a CANG foi fundada em 19 de fevereiro de 1941 e contou com o apoio do governo estadual que escolheu o local em que seria implantada.

Localizada onde hoje é a cidade de Ceres, na Messorregião do Centro Goiano, a região foi selecionada por contar com posição estratégica em relação à cidade de Anápolis e por conter um terreno extremamente fértil e ainda pouco explorado.

[...] a escolha da área para a implantação da CANG indica alguns fatores básicos para a modernização daquele período: condições de solo, proximidade com Anápolis (até então principal centro regional) e expansão da política e da economia pelo interior do país. (CASTILHO 2012, p. 120)

Essa localização era estratégica por facilitar o escoamento da produção e pela proximidade com mercados consumidores, o que induziu o aumento da produção na região.

De acordo com Castilho (2012, p. 124) “a área que se formou a partir da CANG foi uma importante fronteira agrícola”. Isso porque as colônias tinham por objetivo criar uma frente agrícola comercial interna, aproveitando a mão-de-obra dos antigos cafeicultores.

Diante disso, a região recebeu vários investimentos que ocasionou no significativo crescimento econômico regional baseado na produção agrícola, como “a implantação da Estrada de Ferro Goiás até Anápolis, as políticas de Estado, a abertura de estradas e a chegada de um grande número de camponeses e colonos”.

Com a abertura de estradas, como a BR-153, vários municípios foram surgindo possibilitando a mobilização, ocupação e integração da economia no interior do país. De acordo com Castilho (2012, p.129) “alguns programas, como o de geração de energia e de infraestrutura, muito influenciaram a reconfiguração da dinâmica territorial da porção central de Goiás”. Castilho (2012) salienta o papel do Estado no planejamento regional e na mudança do perfil territorial brasileiro, que passou a ser comandado pela dinâmica urbano-industrial.

Posteriormente, em 1950, o ideário estava focado na modernização do país através da macropolítica de conjugação da urbanização e industrialização e, consequentemente, do incentivo e melhorias da produção agrícola através de investimentos estrangeiros juntamente com ações estatais. Segundo Ribeiro (2003) nessa época a economia foi marcada pela integração e subordinação ao mercado internacional.

Ainda entendido como continuidade das estratégias para a modernização do país, o Governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) estabeleceu as ações com as quais pretendia desenvolver economicamente o país. Utilizando os *slogans* “Cinquenta anos em cinco” e “energia e transporte”, desenvolveu um Plano de Metas para identificar os setores carentes de investimentos, propondo 30 metas, organizadas nos setores de energia, transporte, alimentação, indústrias de base e educação, além da construção da nova capital federal, Brasília, no Planalto Central (CALAÇA e INOCÊNCIO, 2010).

A construção de Brasília foi um marco importante para Goiás e todo o Centro-Oeste, pois constituiu elemento para a consolidação do projeto de ocupação do Centro-Oeste (MELLO, 2003). Esses projetos podem ser entendidos como a continuidade da estratégia que Getúlio Vargas iniciou, de governar para o desenvolvimento econômico e

social, de fortalecer a Marcha para o Oeste, priorizando e acelerando a integração nacional.

Por ocasião das ações estatais através das políticas rodoviárias, ocorre a expansão da malha rodoviária pelo interior do país, o que contribuiu para integrar as diferentes regiões brasileiras a nova capital do país. De acordo com Calaça e Inocêncio (2010, p. 283) “[...] no que tange à malha rodoviária, foi importante para o posterior alargamento das fronteiras econômicas nacionais em direção ao Cerrado”.

Na década de 1960, sob o Regime militar, se acelera a realização de ações e planos estatais voltados a promover a transformação econômica, social e política brasileira, alcançando a produção agrícola em diferentes regiões do país pela adoção da tecnificação. A aproximação política com os Estados Unidos se colocou como condição favorável a disseminação, no Brasil, de princípios organizacionais econômicos, costumes, produção e consumo ao modelo norte americano.

O processo de intensificação da tecnificação agrícola no Brasil tem início na região do Planalto Gaúcho, mas especificadamente na Mesorregião Noroeste do Rio Grande do Sul, na década de 1960, inicialmente com a produção de trigo (alimento básico da população) e posteriormente, com a produção secundária de soja. Se expandiu para outras regiões do Estado do Rio Grande do Sul e, depois, para outros espaços do país.

De acordo com Brum (1988) e Alves (2013), o sul do país foi identificado pelas corporações transnacionais como uma área de mercado potencial para a implantação da agricultura mecanizada, já que seu espaço oferecia condições climáticas, sociais e econômicas para esse tipo de atividade agrícola.

Sua localização climática, inserida na região Sul do Brasil, única do país com clima temperado, possibilitou o desenvolvimento agrícola em larga escala, baseado nas cultivares oriundas desse clima. Possui ainda uma grande área com relevo plano, com leves ondulações, ideais para a moderna prática agrícola, com o uso intensivo da mecanização. (ALVES 2013, p. 73-74)

Para Alves (2013) a mesorregião Noroeste do Rio Grande do Sul já dispunha de certa estrutura, o que facilitou a introdução das técnicas da Revolução Verde naquela região. Antes mesmo da implantação do pacote tecnológico oriundo da Revolução Verde, a região já havia passado por um processo de transformação agrícola promovida pela ação estatal.

[...] Mesmo antes do modelo da Revolução Verde ter chegado definitivamente no país, a mesorregião Noroeste do Rio Grande do Sul

já dispunha de uma estrutura formada, que facilitou a introdução da mesma na agricultura mesorregional. Fatores como a produção comercial em larga escala, já presente com o trigo desde a década de 1940; adoção da mecanização e “acessórios” tecnológicos que o trigo exigia para a sua produção (adubação, fertilização e controle químico de pragas); exigência da construção de armazéns de grande capacidade; formação das cooperativas tritícolas; apoio governamental (incentivo e indução a produção de trigo); formação de uma nova classe agrária (granjeiros) constituíam os alicerces das transformações que a Revolução Verde traria para a mesorregião (ALVES, 2013, p. 94).

A implantação da Revolução Verde no país, foi favorecido pelo alinhamento político entre Estados Unidos e Brasil. De acordo com Alves (2013), utilizando de estratégias geopolíticas, os governos brasileiro e estadunidense pretendiam estabilizar e diminuir as contestações à ditadura militar e assegurar um ambiente tranquilo para seus interesses, além de assegurar a condição de dependência do Brasil em relação a produtos e tecnologia americana e preservar os interesses de suas corporações transnacionais em solo brasileiro.

[...] Os canais de sua implantação aqui foram os programas “Aliança para o Progresso” e “Alimentos para a Paz”, ambos patrocinados pelo governo norte-americano. Tais programas estavam em consonância com os interesses e objetivos das corporações transnacionais e, obviamente, faziam parte da estratégia global para criar condições favoráveis à sua expansão, de que resultará a crescente internacionalização (integração dependente) da economia brasileira, particularmente da agricultura. (BRUM, 1988, p. 66)

Assim, o Brasil colocou em prática o plano de desenvolvimento técnico-científico com objetivo de promover o desenvolvimento em diversas áreas no país, embora tivesse como foco privilegiado a implantação da indústria modernizada da agricultura.

O governo, a partir de um discurso de desenvolvimento da economia nacional, estava diante do desafio de ampliar o mercado interno, dar continuidade ao desenvolvimento da produção industrial e fazer da agricultura um setor dinâmico. Para o desenvolvimento da economia brasileira, segundo os “moldes” do capitalismo, era preciso a efetivação do projeto modernizante, contendo no país, as limitações de ordem técnica (com o emprego de maquinários, insumos e tecnologias avançadas no processo produtivo) [...] (MELO, RIBEIRO e SOARES, 2003, p. 87).

Foram vários Planos de Governo, entre 1963 e 1979, os quais Segundo Arantes (2001, p. 46) “todos com uma característica comum: a forte participação do Estado, implantando programas com o objetivo de crescimento da economia. Em cada um destes Planos foi incluído um tópico sobre o setor agrícola, definindo políticas e metas”.

Os planos tiveram participação fundamental na tecnificação das operações agrícolas no país. Contraditoriamente, contribuíram para a intensificação de desigualdades sociais e assimetrias entre as classes. Governos locais, regionais e nacional focaram ações para a concretização dos planos e metas para desenvolvimento da tecnificação da agricultura no país.

Os dois primeiros projetos, Plano Trienal (1963-1965) e o Plano de Ação Econômica do Governo - PAEG (1964-1967), “[...] reorganizaram a ação do Estado, preparando-o para as próximas etapas de alto intervencionismo estatal na economia, com a institucionalização do planejamento governamental” (CALAÇA e INOCÊNCIO 2010, p. 283).

O conjunto de ações implementadas com a pretensa finalidade de modernizar o país extrapolou o reordenamento do setor produtivo, uma vez que as atividades desenvolvidas foram capazes de modificar, inclusive, o perfil populacional do país. Dentre as principais ações, se destaca, a criação do Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada, mais tarde Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 1964; a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), integrado a Secretaria Nacional de Habitação (SNH), o qual contribuiu para a construção de habitações populares; no âmbito agrário, entre 1963 e 1964, a criação do Estatuto do Trabalhador Rural e o Estatuto da Terra (INOCÊNCIO, 2010).

A criação das instituições para a construção e financiamento de moradias atendia o significativo fluxo migratório ocasionado pela tecnificação das atividades agrícolas e pelas condições estabelecidas pelo Estatuto da Terra, que acabou por acelerar a saída de milhões de pessoas do campo.

Outro importante projeto governamental foi o Programa Estratégico de Desenvolvimento (1968 – 1970) – PED. Nesse programa o objetivo básico era a acelerar o desenvolvimento nacional, valorizar o progresso social, fortalecer a empresa privada e utilizar melhor a capacidade produtiva da agricultura, além de controlar a inflação.

As Metas e Bases para a Ação de Governo (1970 – 1973), tinham a intenção de transformar a agricultura tradicional, ainda praticada nas regiões Centro-Oeste e Nordeste do Brasil, por meio de incentivos, créditos e assistência técnica. A mudança ocorreu por meio da inserção de novas técnicas de cultivo no campo, o que incentivou a ocupação de terras ainda inexploradas ou exploradas de forma precária e que suportassem a mecanização.

O Programa de Integração Nacional (PIN) visava o desenvolvimento regional com a integração nacional através da criação de superintendências regionais como: a

Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) e a Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL). O Programa, segundo Calaça e Inocêncio (2010, p. 284) teve a intenção de “financiar as obras infraestruturais no Nordeste e na Amazônia, promovendo a integração econômica territorial dessas duas regiões”, com isso, teve início o programa de obras do governo federal que culminou nos Planos Nacionais de Desenvolvimento.

O I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972-1974) (I PND), tinha como objetivo principal a “execução de obras de infraestrutura, ligadas aos transportes, corredores de exportação e telecomunicações, prosseguindo a expansão capitalista e a reestruturação territorial nacional, iniciadas pelo Plano de Metas” (CALAÇA e INOCÊNCIO, 2010, p.284).

É, ainda necessário identificar a situação em que Goiás se inseria no contexto nacional da ocupação de terras ante aos programas estatais implementados pelo governo federal na segunda metade do século XX. O Estado de Goiás, por sua extensão territorial, considerado “espinha dorsal do país” por Estevam (1997), se inseriu nos programas governamentais, que contribuíram para a implantação da tecnificação da agricultura no Estado.

A parte norte foi incluída no contexto da “Amazônia Legal” tendo sido objeto de planejamento específico através de programas do governo federal implementados a partir da década de 1960. O centro-sul esteve incluso na agenda especial para as terras de cerrado através da Comissão de Desenvolvimento do Centro-Oeste posteriormente transformada em Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO). (ESTEVAM, 1997, p.130)

Diante disso a região centro-sul do Estado, passou a receber investimentos dos programas PROTERRA e PRODOESTE, associados ao I PND, consolidando a implantação das infraestruturas construídas para apoiar as atividades produtivas rurais. Nesse sentido o PRODOESTE “tornou-se particularmente importante, em relação ao território de estudo, pois contribuiu para que se construísse a estrada Jataí-Rondonópolis - sentido leste-noroeste - proporcionando maior integração entre o estado de Mato Grosso e o sudoeste goiano” (ESTEVAM, 1997, p. 132).

O sistema rodoviário brasileiro desempenha um papel importante para o desenvolvimento da economia e para a organização do território, servindo como rede de integração regional, direcionando os fluxos viários, regulando o escoamento da produção

e garantindo o abastecimento da população (JOIA e PAIXÃO, 2016). O sistema de transporte pode refletir o grau do desenvolvimento econômico e social da região dependendo da sua qualidade e quantidade, uma vez que é um dado do território e proporciona maior ou menor fluidez.

A disponibilidade de vias e equipamentos de transportes atua numa relação dialética com a dinâmica econômica e socioespacial. A rede de transportes pode ser atraída para determinados espaços por conta da sua dinâmica econômica e socioespacial já existente, que demanda por estes serviços e oferece remuneração de capital compatível com os investimentos necessários. Em sentido oposto, a abertura de vias de transportes e a instalação de equipamentos e modais é vista como indutora da dinâmica econômica e socioespacial. No movimento de intensificação da ocupação do Centro-Oeste brasileiro a ação estatal para a abertura de vias de transportes, especialmente as rodoviárias, ocuparam papel de centralidade. A orientação estatal e as políticas criadas para o setor foram orientadas no sentido de proporcionar a integração e atender às demandas dos setores produtivos.

Segundo o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – DNIT (2006) em cada unidade da Federação, o Sistema Rodoviário Nacional é constituído pelas rodovias federais, estaduais e municipais, sob jurisdição de seus respectivos governos.

De acordo com a Lei nº 12.379/2011, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação, Artigo 16, as rodovias federais que compõem a Rede de Integração Nacional devem atender aos seguintes requisitos:

- I - promover a integração regional, interestadual e internacional;
- II – ligar capitais de Estados entre si ou ao Distrito Federal;
- III - atender a fluxos de transporte de grande relevância econômica; e,
- IV - prover ligações indispensáveis à segurança nacional. (BRASIL, 2011).

Nos âmbitos estadual e municipal o objetivo das rodovias visa uma integração do local e regional com o país, proporcionando maior integração nacional desses locais.

- I - promover a integração do Estado e do Distrito Federal com o Sistema Federal de Viação e com as unidades federadas limítrofes;
- II - promover a integração do Município com os Sistemas Federal e Estadual de Viação e com os Municípios limítrofes;
- III - conectar, respectivamente:
 - a) a capital do Estado às sedes dos Municípios que o compõem;
 - b) a sede do Distrito Federal às suas regiões administrativas; e
 - c) a sede do Município a seus distritos;

IV - possibilitar a circulação econômica de bens e prover meios e facilidades de transporte coletivo de passageiros, mediante oferta de infraestrutura viária adequada e operação racional e segura do transporte intermunicipal e urbano. (BRASIL, 2011).

No contexto da intensificação da ocupação da porção central do país, a implantação das rodovias se tornou intencional na estratégia regional para o desenvolvimento econômico e para efetivar a integração nacional, ao que visava consolidar o núcleo de desenvolvimento do Centro-Sul e implantar novos polos regionais, como agroindustrial do Sul, o industrial-agrícola do Nordeste e o agropecuário do Planalto Central e da Amazônia.

De acordo com a ressalva nº 5 da Lei nº 5.727 de 04/11/1971, que dispõe sobre o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), as vias de transporte referidas no Programa de Integração Nacional devem denominar-se "Corredores de Transporte", que segundo Josef Barat (1978), visava a implantação de infraestrutura e sistemas operacionais modernos para o transporte, manuseio e armazenagem e comercialização dos fluxos densos de mercadorias.

A intenção era aumentar a integração dos grandes centros industriais e suas áreas adjacentes às regiões abastecedoras de matérias-primas e alimentos criando condições do mercado interno competir com o mercado internacional.

A conexão entre os pontos de contato com os fluxos densos de longo curso e as regiões de elevado potencial de produção (agrícola, extrativa e industrial) diretamente ou por intermédio de redes alimentadoras e locais definiria um "Corredor de Transportes" para exportação. (BARAT, 1978, p. 268)

Como visto, o foco era a tecnificação da produção da agricultura de base empresarial, para competir com os outros países, transformar a agricultura e modernizar as estruturas de comercialização e distribuição de produtos agrícolas. Segundo o I PND (1971, p. 24) “a exequibilidade da estratégia adotada se condicionará, em particular, a garantia de rentabilidade adequada para a exploração agrícola dos principais produtos, e a disponibilidade de mercado em crescimento acelerado”.

Além das estruturas de logísticas instaladas, figuram dentre as ações estruturadoras capitaneadas pelo Estado, a realização de programas de desenvolvimento que alcançavam diferentes ações e segmentos, com o destaque para a criação de instituições voltadas à pesquisa.

O Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRODOESTE), dentre outras ações, tinha como objetivo desenvolver e modernizar a agricultura e pecuária da região, contribuiu no melhoramento das sementes de soja e teve papel importante no desenvolvimento da produção tecnificada. No mesmo sentido, foram criados “o Instituto de Pesquisa Agropecuária do Oeste (IPEAO); o Instituto de Pesquisa Agropecuária do Centro-Oeste (IPEACO); a Fundação Zoobotânica de Brasília, a Universidade Nacional de Brasília (UNB); e as Secretarias dos Estados do Centro-Oeste”, todos com o mesmo objetivo (CALAÇA e INOCÊNCIO, 2010, p. 285), proporcionar a disseminação de técnicas de produção agrícola e inserir estes espaços nos circuitos produtivos internacionais.

O surgimento de órgãos que davam suporte para atender esses objetivos, de transformar a região do Cerrado em uma nova fronteira agrícola, foi de extrema importância para a implantação da tecnificação agrícola, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, EMBRAPA, (1973), e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, (INCRA) em 1970.

O II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979) – II PND, deu continuidade ao anterior. Durante sua execução, surgiram programas que contribuíram para o desenvolvimento regional, os quais

[...] o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLOAMAZONIA), o POLOCENTRO, o PRODECER, o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste (AGRIN) e o Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília (PERGEB) (CALAÇA e INOCÊNCIO, 2010, p.285).

Para os autores, os programas POLOCENTRO E PROCEDER, merecem destaque devido a sua importância de incorporar o Cerrado ao circuito produtivo capitalista nacional, além de promover a reestruturação produtiva deste espaço.

O primeiro programa contribuiu com a implantação de infraestrutura para a tecnificação agrícola, como construção de armazéns, apoio à pesquisa, assistência técnica, ampliação do sistema de transporte e de rede de energia e exploração de calcário, nas regiões Centro-Oeste e Oeste do Estado de Minas Gerais, com o aproveitamento racional e em escala empresarial de áreas com características de Cerrado. Porém, segundo os autores o programa foi desativado após a década de 1980, por apresentar baixo crescimento da produção e da produtividade em relação aos recursos investidos (CALAÇA e INOCÊNCIO 2010).

O segundo programa, foi uma parceria entre Brasil e Japão, no qual um fornecia financiamentos para a implantação de tecnologias para a exploração do Cerrado e o outro fornecia a matéria-prima (soja) para abastecimento do mercado. Esse programa foi considerado o maior em abrangência e resultados dentro do Cerrado, pois

constitui-se como veículo criado e “motorizado” pela fusão capital/Estado que trouxe novos padrões produtivos e “hábitos” de cultivo dos solos do Cerrado. Acentuou o processo de expropriação do pequeno produtor rural e de grande parcela de trabalhadores rurais, ainda, contribuindo para o processo de transformação/modernização territorial do Cerrado (CALAÇA e INOCÊNCIO, 2010, p.289).

Dentro dessa lógica o Cerrado goiano se tornou alvo da implementação da tecnificação da agricultura por dispor de vários fatores favoráveis a esse processo.

[...] aponta de início “os fatores naturais” a partir da facilidade do relevo plano-ondulado, das boas condições climáticas, da aeração do solo de acordo com a natureza das rochas, da riqueza dos recursos hídricos, da vastidão de terras, além de outros; em seguida, apresenta os “fatores econômicos”, tais como o tamanho do alqueire goiano, o seu preço ínfimo comparado ao das regiões hegemônicas do país, a boa oferta de mão de obra com preços módicos; por fim, apresenta os “fatores financeiro-comerciais” destacando os subsídios das esferas governamentais, o cinturão comercial formado por Goiânia-Anápolis-Brasília etc. (CHAVEIRO e BARREIRA 2010, p. 23)

Nessa perspectiva, a tecnificação da agricultura transformou o uso do Cerrado, inserindo-o numa lógica econômica capitalista, por meio da acumulação monopolizada, diante das estratégias globais do capital.

Os territórios de interesse para a produção agrícola tecnificada se colocam como objeto de disputa entre diferentes setores produtivos, permeada pelo controle do principal ativo, a terra. O processo histórico de ocupação e exploração das terras do Cerrado goiano proporcionou a formação de uma estrutura fundiária estabelecida pela materialidade das condições regionais associada aos processos externos. O movimento de inserção destes territórios em circuitos produtivos dos quais eles estavam alheios, até então, desperta novas territorialidades e novos processos de acesso e controle da terra que serão explorados na sequência.

1.3 Concentração fundiária, a estruturação intencional da exclusão

O espaço do Cerrado goiano, ao ser alcançado pelo movimento de tecnificação da produção agropecuária, se torna um espaço fortemente disputado por frações de classe, por corporações do agronegócio e se insere em circuitos de produção e circulação que ultrapassam os limites nacionais.

Os interesses sobre este território acirram disputas e promove novas transformações espaciais e origina novas territorialidades. Nesse movimento, os interesses de camponeses e da população urbana excluída ocupa posição periférica nas mesas de decisão e são relegados à incapacidade de disputar estes territórios e de garantir sua reprodução.

Chaveiro e Barreira (2010) afirmam a importância de averiguar as formas de apropriação desse espaço, usado e impactado por um tipo de modelo econômico, além de,

[...] verificar quais são os atores que se beneficiam do uso do Cerrado. Da mesma maneira, é necessário compreender as estratégias de uso, o papel da logística espacial ou da infraestrutura, suas diferenciações regionais etc. como componentes importantes para elucidar conflitos, contradições e problemas ambientais decorrentes do processo de ocupação atual. (CHAVEIRO E BARREIRA 2010, p.16)

O adensamento de ocupação das terras do Cerrado faz ampliar o interesse sobre o entendimento e a leitura acerca deste local. Ele se torna objeto de pesquisa por diferentes segmentos da ciência que proporcionam a construção de múltiplas e diferenciadas representações. O fato é que, nestas circunstâncias, o Cerrado não poderia ser entendido somente enquanto bioma ou como região.

A própria definição de Cerrado deveria ser portadora do significado e da materialidade das relações que permeiam a conformação deste espaço. Dentre os esforços para estabelecer uma definição que seja compatível com as condições que transformam o Cerrado, Calaça e Inocêncio (2010) o definem como

[...] porção territorial do Planalto Central; segundo maior bioma do país; ponto de origem das “águas da América do Sul”; patrimônio genético da biodiversidade; mosaico de diferentes fitofisionomias que se aglutinam sob relações de interdependência entre solo, relevo, clima e vegetação; “mar de soja” e “campina de cana”; ambiente, culturalmente uno e diverso de lugares.

Território, espaço onde ocorre a interação sociedade/natureza. Não o território político, econômico, jurídico ou social, mas território como totalidade, cristalização das ações sociais mediadas pelo sistema socioeconômico vigente, o capitalismo. Território do Cerrado que, em 1970, passa a ser foco de diretivas ações de modernização propostas pelo Estado. (CALAÇA e INOCÊNCIO, 2010, p.273)

Como visto, a definição estabelecida aponta para aspectos de diferentes naturezas que alcançam as disputas territoriais, os aspectos ambientais e o caráter de transformação.

O conjunto das transformações e processos ocorridos no Cerrado o proclamam a denominá-lo de Bioma-Território. De acordo com Chaveiro e Barreira (2010, p.16) “[...] domínio de disputas – e de conflitos – próprias da estrutura econômica que preside os usos e os interesses dos atores que hegemonizam o seu controle econômico e territorial”.

As condições que levaram o Cerrado a se tornar o palco de disputas, ao ponto de ser tratado como Bioma-Território, passam, obrigatoriamente, pelo interesse sobre os recursos naturais. Em especial, a terra, que em dadas localidades combina características de solo, topografia e aspectos climáticos capazes de abrigar uma produção tecnificada. Nesse sentido, o acesso e o controle destas terras, se coloca no centro de processos de disputas territoriais que envolvem atores locais, populações migrantes, atraídas pela ação do capital e beneficiadas por políticas governamentais, como frisado em trechos anteriores.

Faz-se necessário, compreender os processos pelos quais a estrutura fundiária foi organizada neste Bioma-território, como forma de elucidar estratégias de acesso e controle da terra na contemporaneidade e, por consequência, a possibilidade de exploração de renda.

Antes de mais nada se coloca como imperativo considerar que pela dimensão territorial do Brasil, o quinto maior país em extensão territorial do globo terrestre, “o assombroso tamanho, que à primeira vista poderia garantir terra, trabalho e pão para toda sociedade, está submetido a uma das maiores concentrações fundiárias mundiais e com os maiores latifúndios já produzidos na história moderna”. (PRIETO 2020, p. 131)

O quadro de concentração de terras não se consolidou como mero acaso. Desde o início do processo de colonização as estratégias e ações do poder público contribuíram para o fortalecimento desta característica. O interesse privado sobre as terras também se coloca como fator de potencialização da concentração, não apenas da terra, mas por conseguinte, da renda.

Há um certo consenso entre os pesquisadores em afirmar que se trata de um processo sócio-histórico, por meio do qual a concentração fundiária no Brasil foi desenhada e vem se perpetuando por meio da ação estatal, associada aos interesses de uma fração da sociedade que tem por finalidade ocupar e se apropriar das terras em diferentes momentos históricos e em partes distintas do que hoje compõe o Brasil.

Desde o processo inicial de ocupação, os argumentos para a realização de ações e a determinação de diferentes modelos e normas para o acesso às terras foram se alterando.

No início da colonização o argumento era o de proporcionar a ocupação inicial e a exploração de eventuais recursos naturais disponíveis na colônia. Depois, com a intenção de assegurar e povoar o território, a exploração da terra passou a ter caráter de apropriação através das capitanias hereditárias e das sesmarias. Com isso, o sesmeiro⁶, tinha a posse da terra não o domínio, mantendo a coroa portuguesa a propriedade.

A doação de terras em sesmarias, embora estas não dessem o domínio mas tão-somente a posse ao seu titular, provocou o processo de sua ocupação e apropriação, sob a égide da grande propriedade, e definiu um processo de dominação do latifúndio que ainda hoje ocorre no país. (ANDRADE 2004, p.54)

As ações estatais, através das leis, contribuíram para a constituição da propriedade privada capitalista no Brasil. A Lei de Terras de 1850⁷, serviu para legitimar as doações das terras feitas através da sesmaria. Embora essa lei não tenha dado origem a propriedade privada, ela tornou-se um importante instrumento na história para a sua constituição e manutenção (FARIA, 2020).

[...] a constituição da propriedade privada capitalista das terras no Brasil se dá agregando os conteúdos de formas antecessoras, por meio de instrumentos jurídicos, entre os quais destaca-se a Lei de Terras (nº 601 de 1850), que regulamentou a transformação das sesmarias e das posses com quaisquer dimensões em propriedade privada desde que fossem levadas ao registro nos livros próprios das freguesias. Este processo se configurou na manutenção da desigualdade e na concentração de riquezas, pois as sesmarias concedidas, propriedades da coroa, e regularizadas tornaram-se “candidatos a latifúndios”. (FARIA 2020, p.55)

Uma vez constituída em propriedade privada, a terra passa a ser inserida no processo mercantil capitalista, ganhando

o sentido de equivalência de mercadoria, de produtora e reprodutora deste falso capital, de acumulação de riqueza, de bem patrimonial, de interesse financeiro, de instrumento de poder e de “objeto de direito de propriedade independente de produção ou uso”. (FARIA 2020, p. 56)

6 Pessoa com certa posição social, que era influente e que tinha participação direta ou indiretamente das ações de conquista e expropriação das tribos indígenas. Recebia uma sesmaria como objetivo de cultivar a terra. (ANDRADE 2004, p. 54)

7 Dispõe sobre as terras devolutas no império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros, autorizado o governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara. (tirado do original – Ementa da Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850)

Nesse sentido o proprietário da terra passa a usá-la ou não como bem entender, comercializando aquilo que se produz nela, dos seus elementos naturais e da própria terra. O fato de ter sido convertida em uma mercadoria contribuiu para valorizar a terra, e restringir o acesso a somente aqueles que por ela podem pagar.

[...] sob a lógica do modo de produção capitalista esse uso da terra está condicionado à monetarização, em que seu acesso aparece restrito a quem pode ou não pagar, porque, barata ou não, ela tem um preço. Portanto, sua monopolização se realiza, teoricamente, via mercado. (FARIA 2020, p. 56)

O Art. 1º da Lei de Terras de 1850, contribuiu para condicionar o acesso às terras devolutas⁸ e seu uso à monetarização, estipulando que sua aquisição fosse única e exclusivamente através da compra. Porém, de acordo com Faria (2020) e Prieto (2020) isso não ocorreu na prática.

Vários meios ilícitos têm perpetuado ao longo do tempo no território brasileiro, que através de diferentes ações se apropriam de terras indígenas, quilombolas, camponesas e outras, através do processo de grilagem, o qual legitima a propriedade da terra usurpada.

Todavia, nesse processo, esses usurpadores legitimam sua apropriação privada ilegal das terras públicas (ocupadas pelas populações tradicionais), institucionalizam-na por meio de um papel (o título) e lastram-na nos cartórios de registro de imóveis. Neste sentido, a grilagem, ação não-capitalista de acesso à terra, consolida o fundamento da sociedade capitalista, a propriedade privada, que ratifica a concentração fundiária e a desigualdade social. (FARIA 2020 p. 60)

Segundo Prieto (2020, p. 135) “a formação territorial capitalista brasileira é consequência do processo através do qual o capital submeteu a terra à sua lógica econômica da exploração”. Sendo assim, os movimentos de exploração juntamente com a grilagem da terra, sempre estiveram atrelados a ciclos econômicos, que atendem interesses e privilégios das classes dominantes, e atuam no sentido de dificultar o acesso à terra, e até barrar, potencializando a concentração de grandes quantidades nas mãos de poucos.

Algumas transformações e fatos contemporâneos contribuem para potencializar a importância e demanda da terra e consolidá-la como mercadoria. Durante o século XX

8 Sobre terras devolutas, ler Art. 3º da Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850.

ocorre a intensificação do uso de terras e a disseminação de novos cultivares pelo território brasileiro, bem como a ampliação da demanda por bens agropecuários. Esta combinação contribui para a fortalecer a condição de terra enquanto mercadoria. Associado a esta condição ocorre a implantação de obras de infraestrutura e os processos de modernização e industrialização do país, afeta diretamente a agricultura brasileira.

O incentivo a ocupação e colonização de novas fronteiras agrícolas no Oeste brasileiro após 1930, contribuiu para a manutenção do latifúndio, “a produção dos interesses políticos da modernidade capitalista se arranhou com os interesses da reprodução da condição política de domínio dos latifundiários” (PRIETO 2020, p. 147-148). Essa aliança entre Estado e os grandes proprietários de terras agravou cada vez mais a situação fundiária.

O valor atribuído a terra é influenciado pela escolha mais vantajosa para sua ocupação e exploração, e condiciona a orientação dos processos de produção futuros. Assim, dominar a terra passou a significar dominar a própria economia, o que significava deixar muitos excluídos do acesso à terra.

A terra, elemento primordial para a existência de sistemas alimentares e base de sobrevivência de comunidades por gerações, alçada à condição de mercadoria se coloca no centro de disputas territoriais. Por sua vez, a tecnificação das atividades agropecuárias, assistida pela humanidade e defendida por teóricos burgueses como solução de fome e guerras no mundo, potencializou as disputas pela terra e estimulou a cobiça e a apropriação pelo capital de frações cada vez maiores da superfície do planeta.

Ao invés de arrefecer as disputas pela terra, a tecnificação da agropecuária coloca como potenciais territórios de interesse áreas que antes não se prestavam à produção agropecuária. Essa mercadoria com características peculiares se valoriza e potencializa sua capacidade de oferecer renda ao proprietário, mesmo em condições nas quais novas terras são agregadas aos sistemas produtivos.

A inserção de modelos produtivos baseados na tecnificação, na intensificação da mecanização, nos investimentos públicos e privados e em incentivos por meio dos programas do governo, contribuíram para consolidar a terra como mercadoria, perpetuar o monopólio das terras por uma pequena parcela de produtores, além de excluir muitos dos pequenos proprietários do novo modelo de cultivo e consequentemente de suas terras.

A combinação em alto grau da disponibilidade de terra e água faz do Brasil um dos principais focos de atração para os capitais interessados em expandir a produção agropecuária, visto que o padrão agrícola

moderno, derivado da revolução verde, é intensivo em terra, água e energia. (ALENTEJANO 2020, p.10)

Nesse processo de ocupação, conforme a exploração da terra foi se intensificando e a disponibilidade sendo reduzida nas porções mais densamente ocupadas do Brasil, o interesse se voltou para o Planalto Central, por conter grandes quantidades de terras, consideradas “disponíveis”, e que reuniam condições naturais para a exploração.

De acordo com Ab’ Sáber (2003) o Planalto Central é composto por uma vasta área de planaltos e chapadões revestidos por cerrados e cerradões, penetrados por florestas-galeria de diversas composições.

Com clima tropical, variando entre mínima de 20 a 22° C até a máxima de 24 a 26° C, o Domínio do Cerrado possuiu de 1,7 a 1,9 milhão de quilômetros quadrados de extensão, com solo de fraca fertilidade primária (predominância de latossolos), o que geralmente demanda da intervenção artificial para as atividades agrícolas.

Diante da vasta extensão de terras dos cerrados, a exploração sempre foi acompanhada e amparada pelo poder estatal. Considerando o contexto geral de concentração de terras no Brasil e as tensões derivadas do modelo concentrador, em determinados momentos, a intervenção do Estado foi reclamada para promover ações capazes de trazer alguma estabilidade.

Um momento de significativa importância é a promulgação da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 – o Estatuto da Terra. A legislação, surgida no bojo do Regime Militar, tinha o intuito, segundo o Art 1º, de regular “os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola”. Porém, de acordo com Prieto (2020) a aliança entre terra e capital proporcionou uma ampla política de incentivos fiscais á grandes empresas para investirem em terras nas áreas de fronteira de expansão do capitalismo, o que segundo o autor, gerou

[...] o aumento da concentração fundiária e a drenagem de recursos públicos para a manutenção de empresas capitalistas interessadas em rendimentos fartos e praticamente gratuitos. O Estado cedeu, então, parte de seus bens patrimoniais – vastas extensões de terras devolutas – a empresas capitalistas que aplicassem em incentivos fiscais a fundo perdido. (PRIETO 2020, p.148)

Diante disso, Alentejano (2020) afirma que a conjuntura agrária brasileira tem aprofundado a expropriação e a violência contra comunidades tradicionais até os dias atuais, devido à continua expansão do agronegócio

De um lado, verificamos a resistência dos camponeses, indígenas e quilombolas contra o açambarcamento das terras que ocupam pelas forças do latifúndio/agronegócio. De outro, observamos a luta dos movimentos sociais do campo contra um modelo agrário que concentra riqueza, promove devastação ambiental (desmatamento e contaminação de águas, solos, alimentos e trabalhadores por agrotóxicos) e se reproduz com base na violência e na exploração do trabalho (inclusive com trabalho escravo); e por uma reforma agrária que desconcentre a terra, o poder e a riqueza no campo e promova a produção de alimentos saudáveis a partir da perspectiva agroecológica. (ALENTEJANO 2020, p. 252)

O movimento de exploração do território brasileiro em especial no Centro-Oeste, permite perceber que a desigualdade quanto ao acesso às terras foi, historicamente, construída, em diferentes momentos e ações, permeado pelos interesses políticos e econômicos.

A região Centro-Oeste, de acordo com Oliveira (2013, p. 72 e 73) é considerada o paraíso dos latifundiários. Segundo o autor, a concentração de latifundiários com mil e mais ha, nesse território, “representam 6,7% do total, entretanto controlam mais de 69% da superfície regional”. Só no estado de Goiás “5% (9.368 estabelecimentos com mais de mil ha) controlam mais de 24 milhões de ha de terras, ou seja, mais de 50% das terras do Estado”.

Os dados divulgados a partir do Censo Agropecuário de 2017 (Quadro 1) consolidam a afirmação de Oliveira (2013). O levantamento revelou que no recorte nacional a proporção de estabelecimentos agropecuários com área superior a 1.000 ha é equivalente a 1,02% do total de estabelecimentos. A mesma comparação para a região Centro-Oeste revela que a participação é de 6,21% do total e em Goiás é de 3,36%. Segundo as informações censitárias, a proporção de estabelecimentos agropecuários com mais de 1.000 ha de área é seis vezes maior no Centro-Oeste em relação à média nacional e mais de três vezes no estado de Goiás (Quadro 1).

Quando avaliada a área ocupada pelos estabelecimentos estratificados pelo mesmo princípio, a característica de concentração fundiária se confirma ainda mais para a região Centro-Oeste. No recorte nacional, os estabelecimentos com mais de 1.000 ha ocupam 47,6% da área total com estabelecimentos agropecuários. No Centro-Oeste elas ocupam 71,58% da área, só no estado de Goiás 47,44%.

Quadro 1 - Estabelecimentos agropecuários maiores e menores de 1.000 ha. Brasil, Centro-Oeste e Goiás (2017)

	Class	Brasil		Centro-Oeste		Goiás	
		Quantidade	Part. (%)	Quantidade	Part. (%)	Quantidade	Part. (%)
Estabelecimentos	<1000	4.945.084	98,98	325.028	93,79	146.802	96,64
	>1000	51.203	1,02	21.513	6,21	5.104	3,36
		184.062.30					
Área Ocupada (ha)	<1000	7	52,40	31.828.388	28,42	13.809.078	52,56
	>1000	167.227.51					
		1	47,60	80.175.932	71,58	12.466.167	47,44

Fonte: IBGE (2022). Org. SOUZA (2022)

Por estes dados, o tamanho médio dos 51.203 estabelecimentos com mais de 1.000 ha no Brasil é de 3.265,97 ha, no recorte regional do Centro-Oeste os 21.513 estabelecimentos com mais de 1.000 ha têm área média de 3.726,86 ha. As comparações entre os recortes nacional e regional apontam para a manutenção do quadro de concentração fundiária no Centro-Oeste, característica que se vincula ao perfil desejado pelos idealizadores da expansão da sojicultura pelo Cerrado brasileiro.

Esses dados nos permitem refletir que grandes quantidades de terras estão concentradas nas mãos de poucos e essa desigualdade sempre esteve presente, e se perpetuou a partir da década de 1970, quando o interesse em expandir o agronegócio de grãos exigiu a exploração de grandes quantidades de terras.

O Cerrado goiano, nessa conjuntura de exploração da terra devido ao avanço do agronegócio, foi compreendido por muito tempo como um “vazio” demográfico e econômico, espaço a ser ocupado e apropriado a partir de interesses econômicos.

Segundo Peixinho (2006) o uso da terra no cerrado pode ser entendido considerando os processos seletivos de ocupação, da seguinte maneira:

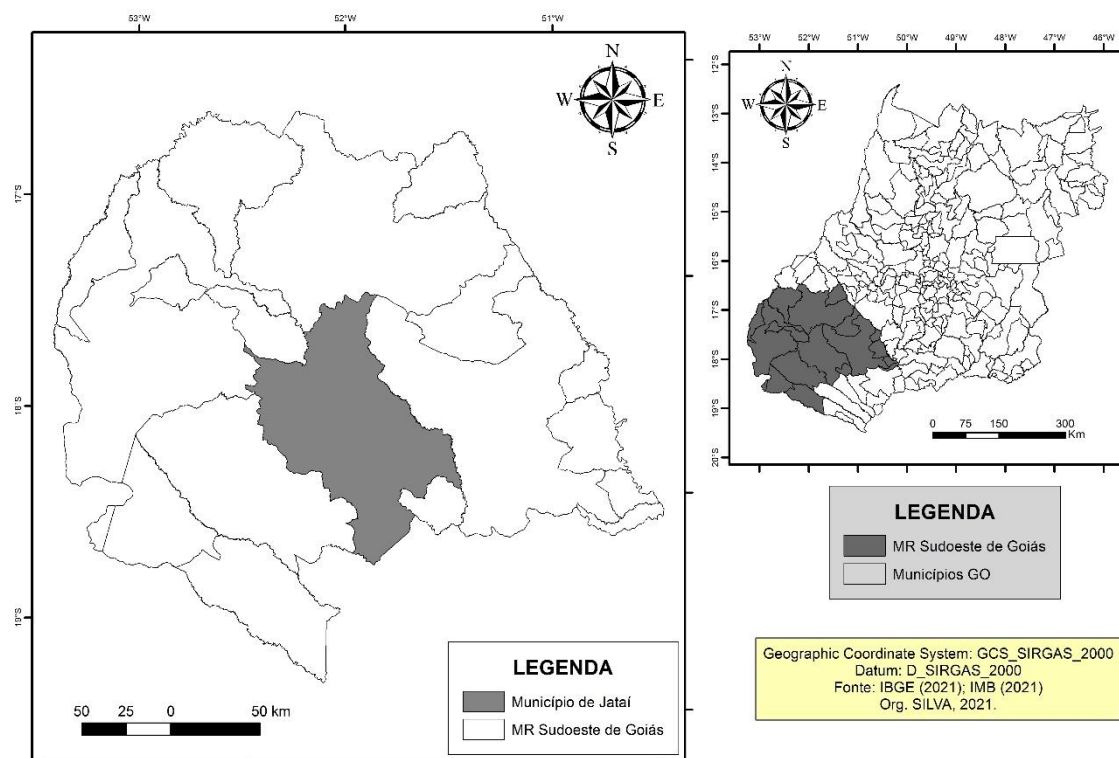
- a) “terras de matas”, que eram as mais valorizadas para a ocupação tradicional, normalmente tinham uma fertilidade natural melhor, mesmo que estivessem em um relevo mais movimentado; b) “terras de campos”, pouco exploradas, pois sua condição de fertilidade natural era muito baixa, além de um teor de acidez bastante elevado. Porém, essas áreas estavam, normalmente, em relevo plano e/ou suavemente ondulado, o que era condição fundamental para a mecanização em grande escala, já que os solos poderiam ser corrigidos; c) terras arenosas, pouco valorizadas em ambas as ocupações, mas conforme foi se dando a intensificação da ocupação, esse tipo de terra também está sendo ocupada. (PEIXINHO 2006, p. 87)

Após a implantação da agricultura tecnificada na década 1970, houve uma inversão no uso das terras e em sua valorização. As “terras de matas”, nessa época, eram mais valorizadas por suas condições naturais de fertilidades, e de acordo com Peixinho (2006) deixam de ser os ambientes mais valorizados em detrimento das chamadas “terras de campos”. Estas terras, até então consideradas de segunda categoria, reuniam as características requeridas pelo modelo técnico prestes a ser implantado no Cerrado.

A exploração de terras para a implantação da tecnificação agrícola não encontrou, de início, obstáculos com a ocupação já existente, uma vez que a prioridade era para as “terras de matas”. Porém, com o aumento do interesse por localidades onde predominava relevo mais suave e solo com um bom balanço de argila, ocorre a valorização destas terras e a expansão das fronteiras agrícolas (PEIXINHO, 2006).

O município de Jataí (GO), localizado na microrregião do Sudoeste de Goiás, por suas características naturais e por sua localização frente aos centros consumidores e disponibilidade de infraestrutura de escoamento se coloca como área de interesse para o processo de territorialização pela agroindústria de grãos, se transformando no palco de disputas pelo principal ativo, a terra.

Figura 1: Localização do município de Jataí-GO



Fonte: IBGE (2021); IMB (2021); Org. SILVA 2021.

Por estar inserido no Cerrado goiano, o município conta com as características típicas deste bioma, que favoreceram a inserção da produção mecanizada de grãos, dentre elas, a topografia que varia entre plana e suavemente ondulada e clima tropical com chuvas consideráveis. Além, de conter grandes extensões de terras “disponíveis”, que foram apossadas e integradas aos circuitos produtivos comandados pelos interesses do capital, e promovem a submissão da economia regional à dinâmica mundializada.

De acordo com Oliveira (2007) é possível notar o avanço da agricultura sobre áreas antes ocupadas pela pecuária após a década de 1990. A predominância de ocupação se deu nos Chapadões de relevo plano, o qual corresponde a 99,3% de toda a área ocupada pelos cultivos, aonde não houvesse impedimento de uso da mecanização das atividades produtivas.

A adoção de espaços pela agricultura é condizente com a política agrícola vigente a partir da década de 1970, que direcionou vultosos recursos financeiros para os agricultores, por meio das instituições oficiais de crédito, ao mesmo tempo em que, por meio da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), dirigiu os esforços de pesquisa para geração de tecnologia apropriada à utilização do cerrado, em especial quanto à superação das restrições químicas dos solos e adaptação de plantas/sementes. Isso permitiu o avanço da agricultura pelos terrenos planos dos chapadões (ainda recobertos com cerrado), francamente favoráveis ao uso intensivo da mecanização. Com a incorporação dos chapadões, as lavouras passam a ocupar quase um quarto do território jataiense, mostrando, contudo, uma especialização das práticas agrícolas, que se direcionam para as monoculturas [...]. (OLIVEIRA 2007, p. 173-174)

Segundo Oliveira (2007) ao que tudo indica, a migração dos sulistas para a região após a década de 1970, intensificou o processo de transformação da paisagem, com a ocupação definitiva dos chapadões para a prática da agricultura comercial.

Como visto, o movimento geral de ocupação de terras foi permeado pela ação do Estado, e uma pequena parcela, abastada da população, se apropriou das glebas e as ocuparam, o que potencializou a transformação da terra em mercadoria e permitiu a adoção da tecnificação na produção agrícola. Esse processo, de forma mais geral, foi o vetor para a transformação do cerrado em territórios dominado pelo segmento produtivo de grãos, condição que inaugura uma nova fase no bioma-território.

A apropriação não pode ser vista como um processo generalizador, vez que se deu de forma seletiva, ocorreu exatamente nas terras mais propícias para implantar o modelo de produção preconizado pela modernização e fortemente apoiado pelo Estado.

Nesse contexto de intensas e rápidas transformações, o tradicionalismo da comunidade local e de seus sistemas produtivos poderia se colocar como um obstáculo, condição que seria superada com o estímulo para que novos atores participassem do processo, como veremos a seguir.

1.4 A transferência de população para o Cerrado e a consolidação da transformação territorial

De acordo com o anuário brasileiro da soja (2020), a cultura agrícola mais forte do país é a soja, destacando as regiões produtoras no Cerrado do Centro-Oeste e áreas rurais do Sul, onde teve início o cultivo comercial na segunda metade do século passado.

De origem Asiática, essa planta foi introduzida no país através de imigrantes japoneses. Mesmo com relatos da presença na Bahia, os primeiros registros estatísticos de produção apontam a região de Santa Rosa, no Sul do país, a cultivar essa cultura em 1947, como forma de alimento para a suinocultura (ALVES 2013).

A soja encontrou na região Sul do país um clima favorável para seu cultivo e com a tecnificação agrícola já em implantação naquela região, através dos programas de melhoramento, ampliou sua produção nas décadas de 1950 e 1960. Adicionalmente, este produto se coloca como uma alternativa para a inserção de espaços da agricultura brasileira nos circuitos internacionais de comercialização de bens agrícolas devido a sua utilização na alimentação animal em diversos locais.

O Estado brasileiro em consonância com a elite capitalista trata de estruturar as condições necessárias para a ampliação do cultivo, o aumento da produtividade e mesmo a ampliação do consumo de soja e de seus derivados no espaço nacional. Instituições de pesquisa públicas e privadas passam a se esforçar para criar condições para a disseminação do cultivo e a ampliação de sua importância no quadro econômico nacional.

Sendo os primeiros a cultivarem de forma sistemática a soja, os sulistas se tornaram mão-de-obra especializada nesse tipo de produção e referência para implantação em outras regiões do país.

Eles foram os pioneiros na ocupação dos cerrados para o desenvolvimento da agricultura tecnificada, o que ocorreu graças a projetos de colonização estatal que visavam ocupar novas áreas para a produção agrícola moderna, em grande escala, visando a exportação.

Não foi aleatória, entretanto, a escolha de tal grupo para comandar a ocupação das terras do que viria a ser a fronteira agrícola, mas fazia parte da estratégia de reforçar um modelo econômico sustentado na produção de *commodities* agrícolas para exportação. (ALVES 2005, p. 49)

A escolha desse tipo de agricultor, de acordo com Alves (2005) era uma estratégia do governo em transmitir a ideia de modernidade alinhado com o novo tipo de cultivo que estava sendo implantado no país, por isso, o agricultor deveria ser aquele que conhecia os meios técnico-científicos para a produção.

No conjunto de ações necessárias para fazer com que a soja ocupasse posição de relevância no conjunto dos bens agrícolas produzidos pelo Brasil, foi necessário fazer com que ocorresse o movimento de transferência populacional de áreas na quais havia conhecimento técnico, mas não havia margem para a ampliação do cultivo devido à indisponibilidade de terras em quantidade suficiente para tal.

Segundo Alves (2005, p.42) “a questão migratória brasileira do século XX é ilustrativa de como o capital lança suas estratégias para colocar em movimento grupos sociais determinados”. Com isso, ações do Estado em conjunto de grupos econômicos privados criaram políticas para a transferência desse tipo de agricultor para as novas áreas de interesse de cultivo.

Tais políticas visavam: estimular o pequeno produtor do Sul a vender sua propriedade ao vizinho - o lindeiro; oficializar um discurso voltado à população sulista com o intuito de convencê-la das vantagens em migrar para uma área de colonização; fundar cooperativas agrícolas para comandar o processo de transferência de colonos de uma região para outra; possibilitar, nas áreas de colonização, acesso a terras baratas, a créditos agrícolas bancários e a financiamentos facilitados para aquisição de lotes agrícolas e terrenos para residências nas agrovilas. (SANTOS, op.cit.). (ALVES, 2005, p. 50)

A expansão da fronteira agrícola para o Cerrado brasileiro foi intencional a medida que terras iam sendo asseguradas para esse tipo de cultivo. Vários foram os investimentos no agronegócio apoiados pelos créditos rurais públicos que contribuíram para isso.

[...] Terras com preços seis vezes mais baratos em comparação ao Sul do Brasil, permitiram a aquisição de fazendas bem mais extensas (entre 500 a várias dezenas de mil hectares), em parte devido a anexações ilegais de terra (*grilagem*). [...] (KOHLHEPP; BLUMENSCHNEID 2000, p. 57)

O conjunto de circunstâncias provocadas pela combinação entre a ação estatal, as demandas de mercado, o quadro natural das terras do cerrado e o seu estágio de ocupação foram benéficos ao movimento de transformação na estrutura fundiária neste espaço, tendendo a concentração de terras e a potencialização da renda da terra. É possível dizer que o conjunto de ações tornou o Cerrado um dos principais focos da ocupação e proporcionou a formação de latifúndios a partir do aproveitamento de estímulos para a implantação do agronegócio nesse Bioma-Território.

Como parte desse movimento mais geral, a partir de 1970, a região Centro-Oeste vivenciou uma onda de migrações oriunda da Região Sul do país. De acordo com Kohlhepp e Blumenschein (2000, p. 49) “os dados estatísticos mais recentes indicam para o período de 1975 a 1996 um saldo de migração de aproximadamente um milhão de famílias”.

A instalação de migrantes sulistas nos espaços da fronteira produz, num momento imediatamente posterior, uma nova dinâmica urbana. Ela decorre, por um lado, do crescimento das pequenas cidades existentes anteriormente; por outro, da construção de novos núcleos urbanos surgidos, freqüentemente, da fundação de agrovilas de agricultores sulistas a partir das quais germinam novas cidades. Na primeira situação, as transformações resultam do fluxo de migrantes que ali se instalam criando condições para tornar as velhas cidades em abastecedoras das novas necessidades surgidas com a ampliação da produção no campo, através da comercialização de equipamentos para atender a demanda (lojas de maquinários, de insumos agrícolas, de material de construção, escritórios de assistência técnica, restaurantes, bancos, etc.). (ALVES 2005, p. 52)

Percebemos assim, a transformação do espaço através do que Santos (1994) denomina de meio técnico-científico-informacional, o qual o território inclui obrigatoriamente ciência, tecnologia e informação.

Ciência, tecnologia e informação fazem parte dos afazeres cotidianos do campo modernizado, através das sementes especializadas, da correção e fertilização do solo, da proteção às plantas pelos inseticidas, da superimposição de um calendário agrícola inteiramente novo, fundado na informação, o que leva para as cidades médias do interior um coeficiente de modernidade. Não raro, maior que o da metrópole. (SANTOS 1994, p.20)

É nesse espaço que as atividades hegemônicas, relacionadas a agroindústria de grãos e participantes do comércio internacional, serão instaladas, ligando determinados lugares com a economia mundial.

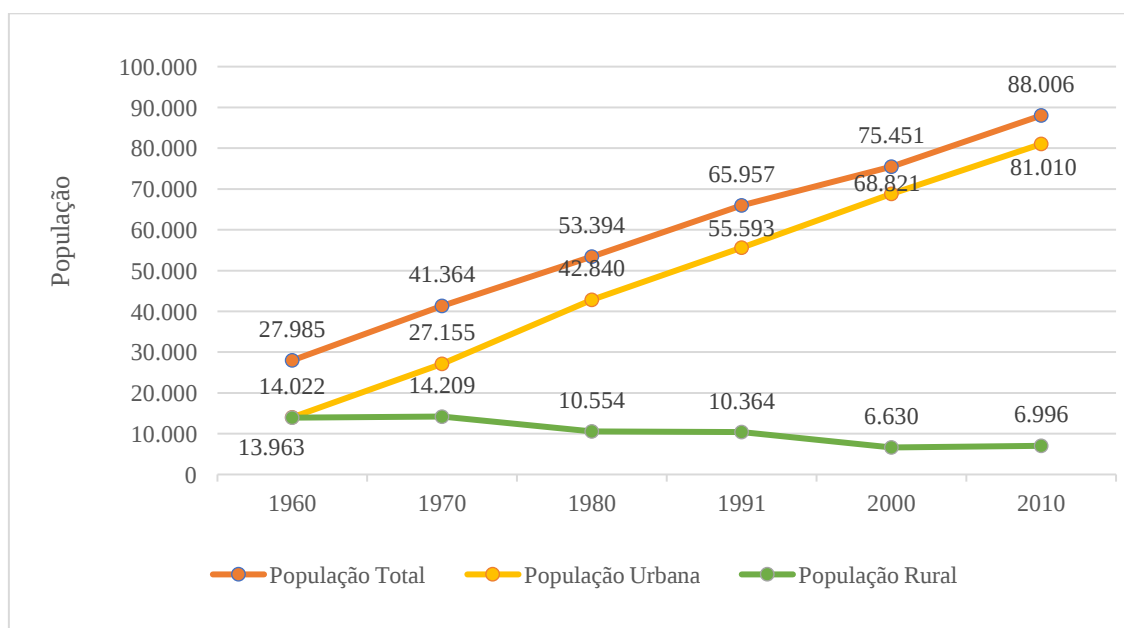
Em Goiás, vários municípios foram imersos nessas transformações do espaço e das relações socioeconômicas, devido a inserção do modelo de agricultura tecnificada de

grãos. Nestes municípios diversas adequações se processam e o espaço passa a ser moldado para atender ao segmento de produção do agronegócio que se instala.

Embora o campo se tornasse o *lócus* da produção e desencadeador de processos que contribuíram para tecnificação da agricultura, a cidade é o centro que comanda esse processo, pois é nela onde estão sediadas as estruturas e serviços que atendem ao campo. Adicionalmente, a tecnificação das atividades do campo contribui para a dispensar mão-de-obra nestes espaços, condição que contribui para a redução de população rural.

No município de Jataí, entre os anos de 1960 a 2010, ocorrem simultaneamente dois processos, o de crescimento populacional e o de urbanização (Gráfico 1). Na década de 1960 os números da população urbana e da população rural eram bem próximos. Esses números começam a se distanciar após a década de 1970, quando o município se torna atrativo para a produção mecanizada, recebendo migrantes (principalmente oriundos do Sul do país). Após a década de 1980, quando se cristaliza o novo modelo de produção a população rural cai drasticamente.

Gráfico 1 - Jataí (GO): Evolução da população de 1960 a 2010



Fonte: IBGE (2022). **Org.:** SOUZA (2022)

O crescimento populacional observado não poderia ser sustentado apenas pelo crescimento vegetativo. Dentre outros motivos, a tecnificação das atividades agropecuárias contribuiu para que ocorresse a inversão na tendência de crescimento da população urbana e rural. Segundo Santos (2009, p. 129) “já em 1990, as estimativas admitiam que todos os estados das regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, exceto Mato Grosso, teriam população urbana superior a 70%”. No município de Jataí (GO) a

população rural, que representava 34% do total no ano de 1970, chega ao ano de 1991 representando 19% e em 2010 representando somente 7,9% (IBGE, 2022).

A mobilidade populacional, consequência da tecnificação das atividades agrícolas associada à mudanças na legislação, elevou o fluxo de pessoas dispensadas dos trabalhos rurais devido à mecanização. A chegada de migrantes de diferentes origens, com destaque para os sulistas (gaúchos, catarinenses, paulistas e paranaenses), contribuiu para o crescimento populacional e para a implantação do pacote tecnológico para a produção de grãos.

A adoção de um novo modelo produtivo, baseado na técnica trouxe para o município mão-de-obra especializada para atender o novo padrão de produção, que cada vez mais exigia conhecimento especializado das novas tecnologias. Diante disso, houve

[...] incentivo a migração de profissionais e agricultores com experiência em atividades modernas principalmente de sulistas que já tinham vivido essa experiência e conviviam com problemas de esgotamento dos solos e dificuldades de acesso à terra”. (MELO, RIBEIRO E SOARES, 2003, p. 95)

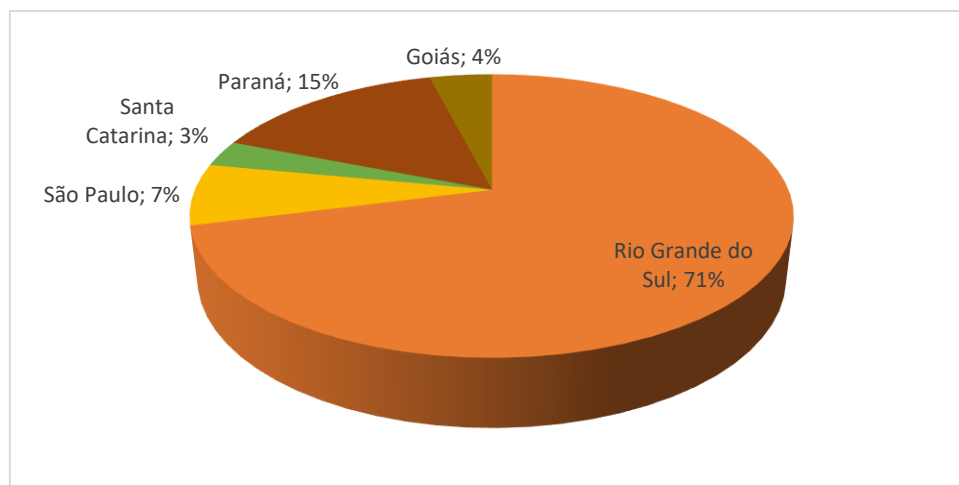
Em seu trabalho “Sulistas em Jataí/GO: abordagens econômicas” Edione Raquel Fockink (2005), relata que através de entrevistas com os migrantes sulistas que residem em Jataí/GO, foi possível identificar que 90% deles migraram após a década de 1970, ocupando-se da atividade agrícola, fomentados pelos incentivos fiscais, associados ao esgotamento das propriedades rurais no Sul do país.

Ribeiro (2003), através de fontes primárias, levantou o perfil dos produtores do município de Jataí em 2001, apontando que, dos 30 produtores pesquisados, 94% eram de outros estados do país (Gráfico 2).

Segundo Lima (1988) quando os sulistas chegaram para produzir nos chapadões, os goianos, que não detinham conhecimento das técnicas de produção modernizadas, não consideravam que as terras da região eram boas para grandes lavouras, pois devido a experiência que tinham com a terra, acreditavam que elas só serviam para criar gado.

Esse pensamento era proveniente do tipo de ocupação inicial da terra na região, utilizada para a criação de gado, que de acordo com Peixinho (2006, p. 57) “se dava nas áreas de vales, próximas aos córregos e rios, onde predominavam solos de melhor fertilidade natural, que permitiam a sua exploração sem o uso de insumos”, e por considerarem as terras dos chapadões fraca demais para cultivos, ainda mais em grande escala.

Gráfico 2 – Origem dos Produtores Agrícolas do Município de Jataí



Fonte: RIBEIRO (2003, p.78)

A presença dos agricultores sulistas na região, o acesso a financiamentos e técnicas, a disponibilidade de terras relativamente baratas e os incentivos estatais se associam para transformar o perfil do uso da terra em boa parte do Cerrado, de forma mais destacada em espaços que contavam com extensos chapadões. Ocorre a substituição gradual do antigo modelo de produção e uso da terra, alterando as relações de trabalho e sociabilidade de pessoas que viviam nas fazendas e na cidade.

[...] A região Sudoeste, já bem servida de estradas que ligam a região com o sudeste brasileiro, via triângulo mineiro, floresce com o arroz e o feijão, nas décadas de 40 a 60; com o algodão e milho nas décadas de 60 – 70; e a partir dos anos 70, com a soja (ARANTES, 2001, p. 77).

A soja se adaptou bem ao solo devidamente preparado e gradualmente sua produção foi crescendo. Após a década de 1990, segundo o IBGE (2022), a soja se tornou o cultivar com maior área colhida no município, com 77.900 hectares colhidos, frente a 25.000 ha de milho, 7.870 ha de arroz e 1.498 ha de feijão. Os anos posteriores consolidam o movimento de ampliação da área de cultivo de soja e do milho (Quadro 2).

Importante levar em conta que os cultivos de soja e milho no modelo tecnificado dominante, ocorre em sua maioria na mesma área física em momentos diferentes. Sendo o cultivo da soja a partir do início do período chuvoso (normalmente em outubro) com a colheita ocorrendo entre janeiro e fevereiro, quando se faz a semeadura do milho na mesma área.

A importação e a incorporação do pacote tecnológico levaram ao aumento da produção e da produtividade, permitiram a incorporação e exploração de novas áreas e deram destaque à microrregião e ao município no ranking nacional de produção de grãos, principalmente de milho e soja. (RIBEIRO 2003, p. 87)

Quadro 2 – Jataí - Área colhida (Hectares) das lavouras temporárias – 1974/2020

Variável – Área colhida (Hectares)							
Município Jataí (GO)	Produto das lavouras temporárias	Ano					
		1974	1980	1990	2000	2010	2020
	Arroz (em casca)	30.000	42.250	7.870	4.500	200	-
	Feijão (em grão)	700	1.600	1.498	1.886	5.800	6.000
	Milho (em grão)	1.500	3.400	25.000	100.529	120.000	215.000
	Soja (em grão)	140	1.431	77.900	157.300	210.000	285.000

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal (2022). **Org.:** SOUZA (2022)

No entanto, esse crescimento ocasionou a exclusão dos pequenos produtores, que não tinham condições de ter acesso ao pacote tecnológico para a produção mecanizada, obrigando-os a se deslocarem para as cidades.

As políticas governamentais, especialmente o sistema de fornecimento de crédito e financiamento à produção agrícola privilegiaram os produtos destinados à exportação e as grandes propriedades onde poderiam ser aplicadas as inovações tecnológicas. Diante disso, percebe-se que houve uma marginalização das culturas para consumo interno e dos produtores que desenvolviam suas atividades em pequenas propriedades. A “modernização da agricultura” foi se revelando concentradora e seletiva. (RIBEIRO 2003, p.88)

Para Ribeiro (2003) o produtor de origem sulista, que conseguiu implantar a tecnificação agrícola no município de Jataí, se beneficiou em relação a população local. Esse fato se mostra através da concentração da posse da terra por esses agricultores, devido aos benefícios fornecidos pelo Estado com apoio de bancos estatais, como o Banco do Brasil.

A trajetória apresentada até aqui evidencia algumas condições centrais para a transformação do território do Cerrado quanto à sua ocupação e, por consequência, sua participação na economia nacional.

O movimento de tecnificação das práticas agrícolas, por iniciativa do capital internacional, alcança o território brasileiro, inicialmente no sul do país para depois alcançar as demais porções do território. Esse movimento, no Brasil, foi fortemente amparado pelo poder público e se insere em um conjunto de ações e planos mais amplos que buscavam a modernização do país e sua inserção em circuitos mundiais de produção e consumo de mercadorias. A aliança entre o capital internacional, o Estado brasileiro e o capital nacional foram fundamentais para consolidar a transformação do país quanto ao seu perfil populacional e produtivo.

Soma-se a este movimento, ou o complementa, a orquestração de estratégias que permitiram o acesso à terras suficientes para fortalecer a concentração fundiária. A terra, um dos principais recursos necessários à manutenção da produção agrícola, não poderia representar um entrave para a consolidação dos objetivos macro, de ter a hegemonia dos territórios de produção, os moldando para atender seus interesses. Assim, as regiões de interesse, aquelas com capacidade de abrigar a produção tecnificada no Cerrado, passam a ser tratadas pelo Estado e pelo capital como alvo preferencial, uma vez que não estavam densamente ocupadas e mantinham preço de mercado inferior ao observado no Sudeste e no Sul do país.

Adicionalmente, a movimentação de população para o Cerrado, também incentivada pelo Estado e pelo capital, originária de regiões onde a tecnificação já se encontrava em estágio mais avançado, completa o quadro necessário para transformar o Cerrado. De uma falsa imagem de subutilização, ele passa a ser idealizado e transformado para abrigar um modelo de produção vindo e pensado em outros espaços e voltado à atender demandas de outros espaços.

A produção de *commodities*, em especial a soja e o milho passam a ocupar lugar central no conjunto da produção agrícola, requerendo, para tal a presença de sistemas de objetos (SANTOS, 1996) como armazéns, revendas de insumos e maquinários, cooperativas agrícolas e de crédito, infraestrutura de transportes e outros elementos necessários. Adicionalmente, os sistemas de ações (SANTOS, 1996) se constrói para atender a nova realidade de parcela da sociedade que ocupa estes espaços. O desenvolvimento de pesquisas agrícolas, os financiamentos, a disseminação de conhecimentos da agricultura tecnificada, a integração do mercado local aos mercados externos e a ampliação da renda da terra rural e urbana são consequências que se combinam nestes espaços.

É, justamente este último aspecto que se mostra com capacidade de provocar novas transformações e que se julga, neste momento, necessário seu melhor entendimento

para a compreensão da formação de uma burguesia local ligada ao domínio da terra e de sua exploração, seja produzindo, seja apenas obtendo renda. Estas condições serão objeto de discussão na sequência.

2. JATAÍ, CIDADE DO AGRONEGÓCIO

Nas regiões em que a agricultura tecnificada foi implantada ocorreu um processo de transformação da relação campo-cidade, exigindo da segunda uma refuncionalização para atender as novas demandas da primeira. Essa nova realidade impôs, dentre outras transformações, o movimento de aproximação aos padrões de organização do capital já presente em outros segmentos produtivos, especificamente o estabelecimento do comando dos processos por corporações e empresas nacionais e transnacionais.

Diante disso, a nova conjuntura que o capitalismo apresenta no arranjo espaço-temporal se desenvolveu através da dialética globalização/regionalização, a qual conecta a economia local com a global, inserindo regiões e lugares em uma rede mundial de produção e comércio (ARACRI, 2012). O movimento em questão proporciona, assim, a reestruturação no urbano na escala regional ao capturar os recursos produtivos e impor seu ritmo, seu tempo e suas demandas.

Regiões que passaram pelo processo de (re)estruturação urbana e regional devido as atividades agropecuárias são de tal forma transformadas que dão origem a novos arranjos territoriais chamados de Regiões Produtivas Agrícolas, de acordo com Elias (2011). Estes são:

[...] lugares funcionais de circuitos espaciais da produção e círculos de cooperação da produção de importantes *commodities*, cada vez menos resistente às ingerências exógenas e aos novos signos do período histórico atual, comandado por algumas empresas hegemônicas do setor, tornando-se lugares do fazer do agronegócio globalizado. (ELIAS 2011, p. 156)

Essas regiões se reconfiguram conforme os *fronts agrícolas*⁹ vão avançando e se consolidando. São espaços cada vez mais carregados de técnica, ciência e informação, e juntos “estão na própria base da produção, da utilização e do funcionamento do espaço e tendem a constituir o seu substrato” (SANTOS 2002, p. 238).

Nestes espaços capturados pela dinâmica do agronegócio fortemente tecnificado ocorre a multiplicação de diversos tipos de serviços especializados, os quais, segundo Frederico (2010, p. 62) são os principais responsáveis “[...] pelo fenômeno da urbanização nessas áreas, pois é nas cidades que o consumo dos serviços acontece e é nelas também que a informação oriunda das diversas partes do globo é tratada e retransmitida”.

9 Termo utilizado por Frederico (2010) para explicar o movimento de ocupação e organização de novos espaços agrícolas, ou seja, a expansão da agricultura moderna brasileira.

Sendo assim, as cidades se tornam o centro das realizações da produção moderna e precisam se adaptar para atender às principais demandas do consumo ligado a produção e fornecer suporte “técnico, financeiro, jurídico, mão de obra e de todos os demais produtos e serviços necessários à sua realização.” (ELIAS, 2011, p. 159)

Conforme Elias (2011) vem defendendo ao longo de seus estudos, há municípios no Brasil, nos quais o processo de urbanização está diretamente ligado a implantação e expansão do agronegócio globalizado, e sua principal função “associa às demandas produtivas dos setores relacionados à organização das redes agroindustriais.” (ELIAS 2011, p. 160).

A implantação de infraestruturas de transporte e comunicação, bem como das formas espaciais que servem ao agronegócio, faz com que esses municípios sofram impactos na vida social e no território, reformulando o sistema urbano antigo. As formas espaciais herdadas vão sendo, gradativamente, adaptadas ou substituídas por formas renovadas, compatíveis às funções que as atividades agrícolas fortemente tecnificadas requerem. Simultaneamente, ocorre a transformação das estruturas que sustentam e organizam a sociedade, alcançando, inclusive, a organização do trabalho.

Como resultado, há uma nova divisão social e territorial do trabalho, com consequências na estrutura demográfica e do emprego, que também ajudam a melhor compreender o acelerado processo de urbanização, o qual se realiza sobre novas bases, e gera novas práticas socioespaciais. (ELIAS 2011, p. 161)

Esses municípios, chamados pela autora de *cidades do agronegócio*, se transformam “em lugares de todas as formas de cooperação erigidas pelo agronegócio e resultam em muitas novas territorialidades” (ELIAS 2011, p. 162), e sua economia se torna dependente dessa atividade agrícola.

Como visto, a constituição de espaços especializados na produção agrícola e a inserção de atividades correlatas a esta se coloca como uma etapa da gestação de uma cidade do agronegócio, no entanto, prescinde de condições adicionais no sentido de tornar processos e estruturas mais consolidadas.

Elias (2011) julga necessário a análise de algumas variáveis para que seja possível reconhecer esses espaços agrários e caracterizá-los enquanto Regiões Produtivas Agrícolas (RPA) e a produção do espaço urbano como uma *cidade do agronegócio*.

A especialização da cidade pode ser captada mediante a leitura de suas funções urbanas. Dado que as cidades do agronegócio apresentam uma especialização funcional, não basta a cidade estar inserida em uma RPA

para poder ser classificada como uma cidade do agronegócio. O que a caracterizaria e a distinguiria de outro espaço urbano seria justamente uma hegemonia das funções inerentes às redes agroindustriais sobre as demais funções urbanas. (ELIAS 2011, p. 162)

O município de Jataí-GO, enquanto espaço que foi significativamente transformado pela inserção de atividades agrícolas tecnificadas, foi submerso em uma nova realidade que transformou as relações entre o campo e a cidade, os quais passaram por uma (re)organização territorial coordenada por processos, procedimentos e ações ligadas aos setores produtivos do agronegócio. O domínio dos espaços e recursos necessários à implementação do modelo produtivo e a reprodução capitalista se colocaram como consequência do movimento.

Em um primeiro momento será esclarecido acerca do que se entende por Região Produtiva Agrícola, para posteriormente estender a análise para o conceito de *cidade do agronegócio* e caracterizar o município de Jataí como tal, demonstrando que o mesmo se insere dentro de uma Região Produtiva Agrícola.

2.1 Regiões Produtivas Agrícolas

No movimento de organização e transformação do espaço para atender às demandas de cadeias produtivas, determinadas porções deste, por apresentarem condições adequadas à reprodução do capital por meio das atividades realizadas pela cadeia, se tornam prioritárias. Neste sentido, o adensamento da presença de uma atividade produtiva e, por consequência, de atividades acessórias e complementares, tendem a criar espaços nos quais se torna possível identificar uma especialização do espaço. As denominações destes recortes espaciais tem sido motivo da atenção de diferentes ciências no contexto contemporâneo, uma vez que tais fenômenos guardam capacidade de proporcionar transformações espaciais e o estabelecimento de territorialidades para além de seus limites. Dentre as possibilidades teóricas de tratar tais fenômenos, uma com significativa aderência na comunidade científica geográfica é a região produtiva agrícola.

As Regiões Produtivas Agrícolas (RPAs) são os territórios produtivos que surgem devido as transformações oriundas das atividades agropecuária que ocasionaram profundos impactos sobre a (re)organização do território brasileiro.

Essas regiões se constituem a partir da escolha de espaços prioritários para receber intensivos investimentos produtivos, segundo o agronegócio globalizado, nas quais são instaladas “partes dos circuitos espaciais da produção e círculos de cooperação de

importantes *commodities* agrícolas, evidenciando a dinâmica territorial do agronegócio” (ELIAS 2011, p. 153).

Os espaços agrícolas e urbanos são integrados a essas regiões e suas atividades se realizam através da dialética globalização/regionalização, articulando o território local e regional às imposições do mercado internacional, comandados pelas multinacionais.

Portanto, as RPAs são um lugar funcional do agronegócio globalizado, meras regiões do fazer, com pouquíssima ou nenhuma ingerência efetiva sobre as respectivas produções agrícolas e agroindustriais nelas ocorridas. (ELIAS 2011, p. 157)

Cada região produtiva se desenvolve de maneira específica e apresenta diferenças associadas aos aspectos locais e da natureza da atividade a ser realizada. Isso “porque cada *commodity* possui suas próprias exigências de insumos químicos, serviços, força de trabalho, tecnologia, capital, maquinário etc., o que resulta em arranjos territoriais produtivos distintos” (ELIAS 2011, p. 156).

A delimitação dessas regiões é algo complicado pois, devido ao seu constante processo de transformação essa delimitação sofre mudanças. Com isso, a “configuração das RPAs não respeita os limites político-administrativos oficiais e, assim, é bastante comum uma mesma RPA ser formada por municípios de diferentes Estados” (ELIAS 2011, p. 157).

Diante disso, Elias (2011) apresenta um grupo de variáveis representativas fundamentais para a identificação e o estudo das RPAs, para que seja possível reconhecer a especificidade atual da racionalização do espaço agrícola, das relações campo-cidade e a produção dos espaços urbanos não metropolitanos.

[...] julgo adequado agrupar algumas variáveis imprescindíveis para análise, segundo eixos, quais sejam: Eixo 1 – uso e ocupação do espaço agrário; Eixo 2 – ramos industriais representativos das redes agroindustriais; Eixo 3 – economia urbana; Eixo 4 – mercado de trabalho e dinâmica populacional; Eixo 5 – infraestrutura e equipamentos urbanos. (ELIAS, 2011, p. 164)

Assim, uma RPA seria identificada e delimitada a partir da identificação inicial da espacialização da produção de seus principais bens, mas também pela presença de elementos espaciais que estabelecem as conexões entre diferentes recortes territoriais e estimulam a relação de complementaridade entre estas. Considerando tais características para a identificação de uma RPA, considera-se que é possível identificar uma destas regiões na porção sul do estado de Goiás, ordenados pela produção de grãos, em especial

a soja, o milho e o sorgo, mas com conexões com as cadeias produtivas de carnes e de leite. Assim, o esforço para identificar e delimitar esta RPA passa pela necessidade de elencar os critérios e de verificar a sua aplicabilidade e coerência ao recorte avaliado.

Neste sentido, dentre os eixos apresentados acima os selecionados para a análise e identificação da RPA que pretendemos apresentar, como uma produtora de soja, milho e sorgo, foram priorizados os eixos 1, 2, 3 e 4. Em seu conjunto, estes eixos seriam capazes de proporcionar a caracterização e a delimitação de uma RPA.

No recorte em questão, o uso e ocupação do espaço agrário para a produção das *commodities* mencionadas, se coloca como um forte indicativo da mobilização dos espaços e do estabelecimento de territorialidades.

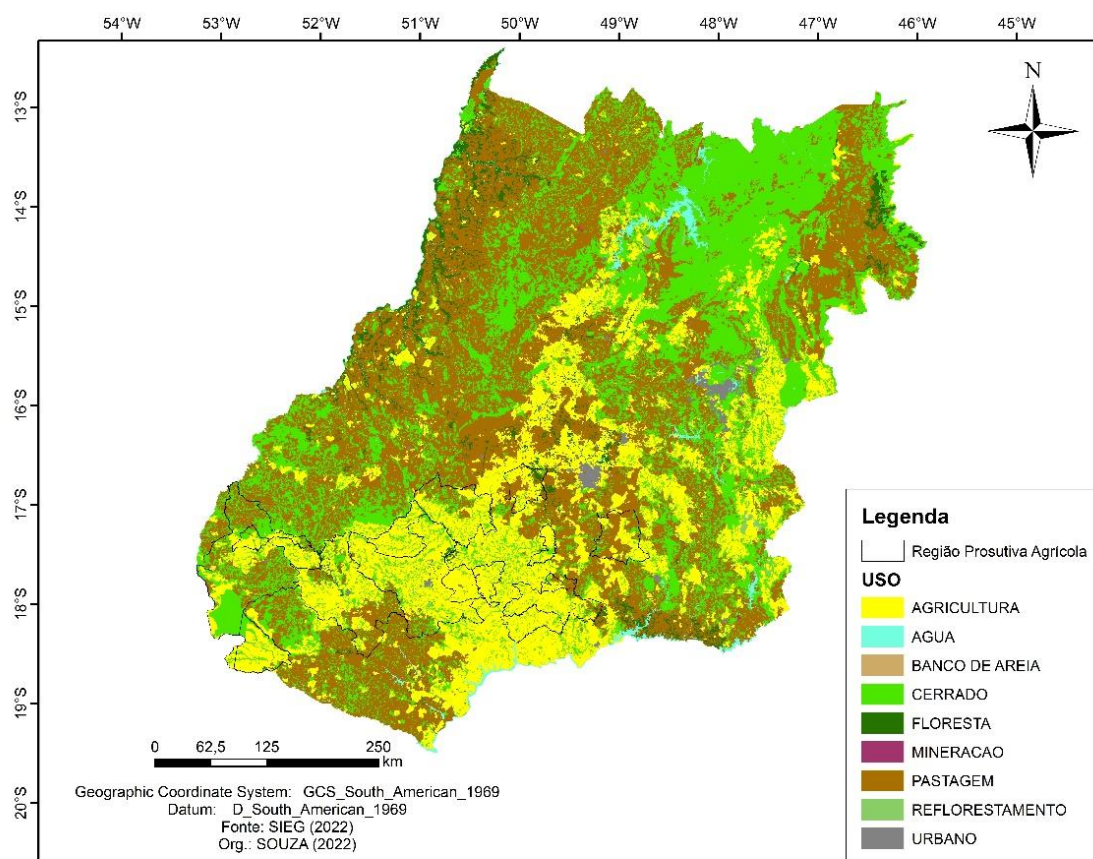
Outra característica marcante é a presença de atividades complementares à produção de grãos, como a atuação de ramos industriais representativos das redes agroindustriais. A identificação das indústrias que fornecem insumos e equipamentos ou que consuma a produção de grãos como matéria prima é condição significativa para demonstrar a existência de circuitos de produção e cooperação dessa produção.

Adicionalmente, na composição de uma RPA é condição fundamental a interação entre o campo e a cidade, assim, a economia urbana e suas características são indicativos importantes. Analisar o PIB per capita e os PIBs setoriais (agropecuária, indústria, de serviço e administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social), com ênfase para a participação da agropecuária, nos municípios que compõem a RPA, se coloca como condição para entender a movimentação econômica e possível primazia de um setor em relação aos demais.

Finalmente, compreender como as atividades produtivas que estruturam a RPA alcançam o mercado de trabalho e a dinâmica populacional se coloca como um significativo indicativo da capacidade desta unidade transformar a dinâmica espacial, por apontar as mudanças que os municípios sofreram com esse tipo de produção, já que cada *commodity* tem características e demandas próprias.

A Região Produtora Agrícola que pretendemos identificar, considerando a disposição das áreas de cultivo, se estende por municípios de três microrregiões do Sul do Estado de Goiás, consolidando uma espécie de corredor de produção da soja. São municípios que estão nas microrregiões Sudoeste de Goiás, Meia Ponte e Vale do Rio dos Bois, nos quais a área de cultivo de grãos (soja, milho e sorgo), que estão na base da cadeia de grãos e com forte conexão com a cadeia de carnes, ocupa significativa área e se coloca como elemento de dinamização espacial (figura 2).

Figura 2 – Goiás - Uso do solo e municípios que compõem a Região Produtiva Agrícola - 2020



Fonte: SIEG (2022). Org.: SOUZA (2022)

Quando observadas a partir do recorte das microrregiões, estas três unidades produzem significativa quantidade do milho, soja e sorgo produzidos no estado (Quadro 3). O destaque é a microrregião Sudoeste de Goiás, que é a maior produtora do Estado, dos três produtos mencionados. Juntas, as três microrregiões somam 4.087.561 hectares de grãos colhidos em 2020, sendo que somente a produção de soja contou com quase dois milhões de hectares de área colhida nas três microrregiões citadas.

Os dados do quadro acima demonstram a forte participação dessas microrregiões na produção de grãos, indicando a possibilidade de que, em seu conjunto, tais recortes constituam uma Região Produtora Agrícola. Porém, nem todos os municípios pertencentes a essas microrregiões contém grande representatividade na produção dessas *commodities*. Isso ocorre, segundo Elias (2011), porque muitos municípios, mesmo dentro de uma RPA, podem não se enquadrar como uma *cidade do agronegócio*.

Quadro 3 - Área colhida (Hectares) de produtos selecionados por microrregião no Estado de Goiás (2020)

Microrregião Geográfica	Produto		
	Milho (em grão)	Soja (em grão)	Sorgo (em grão)
São Miguel do Araguaia (GO)	4804	33069	-
Rio Vermelho (GO)	5200	33290	800
Aragarças (GO)	5800	86800	-
Porangatu (GO)	14835	143721	4690
Chapada dos Veadeiros (GO)	21723	50323	1300
Ceres (GO)	11850	20687	790
Anápolis (GO)	23255	37413	11040
Iporá (GO)	3765	15100	-
Anicuns (GO)	15930	28564	1065
Goiânia (GO)	17968	36355	7276
Vão do Paranã (GO)	7231	20482	810
Entorno de Brasília (GO)	208380	553709	45832
Sudoeste de Goiás (GO)	969280	1234400	79550
Vale do Rio dos Bois (GO)	105664	315050	80970
Meia Ponte (GO)	159535	423857	68780
Pires do Rio (GO)	85150	211600	18600
Catalão (GO)	59500	294310	36540
Quirinópolis (GO)	11790	35500	2500

Fonte: IBGE/PAM (2022). Org.: SOUZA (2022)

Diante disso, para identificar a delimitação da RPA dentre os municípios das três microrregiões, foi levado em conta a distribuição espacial das lavouras temporárias, focando na produção de soja. Adicionalmente, considerou-se a relação entre a área colhida com as três *commodities* selecionadas (milho, soja e sorgo) e a extensão territorial do município. Foram considerados como participantes da RPA os municípios nos quais a participação da área colhida foi superior à 25% da extensão do município (Quadro 3).

Na microrregião Sudoeste de Goiás os municípios selecionados foram: Chapadão do Céu, Jataí, Mineiros, Montividiu, Rio Verde e Santa Helena de Goiás. Na microrregião do Vale do Rio dos Bois os municípios selecionados foram: Edealina, Palmeiras de Goiás, Paraúna e Turvelândia. Na microrregião Meia Ponte os municípios selecionados foram: Bom Jesus de Goiás, Goiatuba, Joviânia e Piracanjuba.

Todos os municípios citados acima têm mais $\frac{1}{4}$ do solo de seu território produzindo as três *commodities* analisadas. Com exceção do município de Mineiros, onde a área ocupada pela produção de grãos alcança 21% da extensão do município. Embora seja inferior ao percentual estabelecido, o município foi incluído devido a importância de

sua área cultivada (191000 ha) e pela sua integração em cadeias produtivas de grãos e de carnes, capazes de proporcionar significativa movimentação de fluxos e a instalação de fixos, na forma de unidades agroindustriais, além da complementaridade de sistemas produtivos com municípios vizinhos. Entre os produtos selecionados o que tem menor área cultivada é o sorgo, plantado em safrinha.

Quadro 4 – Uso do solo (%) para a produção de *commodities* selecionadas – 2020

Microrregião/ Município		Milho (ha)	Soja (ha)	Sorgo (ha)	Total (ha)	Área município (km ²)	Uso do solo (%)
Sudoeste de Goiás	Chapadão do Céu	66000	90000	1000	157000	2.184,076	71,9
	Jataí	215000	285000	6000	506000	7.178,792	70,5
	Mineiros	88000	100000	3000	191000	9.042,844	21,1
	Montividiu	115380	138000	7000	260380	1.869,581	139,3
	Perolândia	31000	32000	4000	67000	1.033,657	64,8
	Portelândia	16000	22000	1000	39000	553,411	70,5
	Rio Verde	323000	390000	45000	758000	8.374,255	90,5
	Santa Helena de Goiás	36500	51000	7500	95000	1.142,337	83,2
Vale do Rio dos Bois	Edealina	4000	22000	4800	30800	598,218	51,5
	Palmeiras de Goiás	9250	39000	4900	53150	1.537,196	34,6
	Paraúna	58000	115000	38000	211000	3.786,578	55,7
	Turvelândi a	8000	27000	3500	38500	935,659	41,1
Meia Ponte	Bom Jesus de Goiás	33800	57000	7500	98300	1.405,605	69,9
	Goiatuba	24500	75800	20000	120300	2.479,591	48,5
	Joviânia	8460	20800	3000	32260	446,258	72,3
	Piracanjuba	20500	68000	11500	100000	2.374,232	42,1

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal (2022). Org.: SOUZA (2022)

Outra observação necessária, está relacionada ao município de Montividiu, localizado no Sudoeste de Goiás. Demonstrando que a mesma área pode ser utilizada mais de uma vez por ano para produzir grãos, ocasionando em um percentual de área utilizada para produzir que ultrapasse dos 100%.

Esse município em específico chegou a ocupar 139% do solo produzindo milho, soja e sorgo. Tal indicador demonstra que o uso dos recursos naturais neste município alcança o mais intenso nível para o recorte avaliado.

Dentre os municípios citados, Rio Verde e Jataí lideram em todas as produções, concentrando as principais atividades econômicas das três microrregiões, gerando uma rede de apoio para a produção nessas microrregiões, que podem se localizar dentro ou próximo desses municípios, agilizando todo o processo de produção, colheita, armazenagem, escoamento, comercialização e até a industrialização desses produtos.

Dentre as *commodities*, a produção da soja exige o uso intenso de equipamentos e infraestruturas para sua produção, devido seu caráter de comercialização totalmente voltada para o mercado externo e para a indústria. Diante disso, redes de apoio são necessárias e indispensáveis em regiões de intensa produção dessa *commodity*.

[...] O cultivo da soja incrementou o uso de implementos, insumos agrícolas, tecnologia, conhecimento e práticas/técnicas inovadoras, destinadas ao aumento da produção e da produtividade. Também, funcionou como um agente articulador entre a produção moderna e a agroindústria, fazendo surgir a primeira onda de agroindustrialização na região. (BORGES 2012, p. 4)

Nesta perspectiva, o cultivo da soja se coloca apenas como uma das etapas do processo. Há várias atividades de serviços, de revenda de insumos e maquinários, da pesquisa científica e da logística que antecedem o cultivo, e várias outras que complementam o cultivo, como o armazenamento, o beneficiamento, a comercialização e o transporte da soja e de seus derivados. Assim, diversas empresas se instalaram na região para atender a demanda desse segmento produtivo, o que daria origem ao complexo agroindustrial da soja. De acordo com Borges (2012) a soja foi responsável pelo processo de consolidação dos Complexos Agroindustriais no território brasileiro¹⁰. “No caso específico do Sudoeste de Goiás, o cultivo da soja foi responsável por uma nova dinâmica regional e pelo surgimento de agroindústrias, fixos importantes na transformação do espaço”. (BORGES 2012, p. 4)

A instalação de unidades de empresas como a Caramuru Alimentos S/A, Cargill Agrícola S/A, Louis Dreyfus (antiga Coinbra S/A) e a Comigo, são alguns exemplos da transformação que o território dessa Região Produtiva Agrícola analisada sofreu com a inserção da produção de soja.

Fundada em 1964, no município de Maringá (PR), a Caramuru Alimentos é um dos principais grupos brasileiro dedicado à armazenagem, à logística e à industrialização

¹⁰ O autor utiliza o termo CAI's, como base na teoria explicativa dos Complexos Agroindustriais defendida por Graziano da Silva (1991), por entender que existem vários complexos agroindustriais de acordo com produtos específicos (carnes, grãos, sucoalcooleiro, cítricos).

de grãos (soja, milho, girassol e canola) para a extração e o refino de óleos, produção de biodiesel, etanol e lecitina de soja e glicerina refinada, além da exportação de soja em grãos, farelo, óleo, lecitina e proteína concentrada de soja (SPC).

O grupo possui, em Goiás, três unidades industriais nos municípios de Itumbiara, São Simão e Ipameri e 38 armazéns estrategicamente localizados próximos dos produtores rurais, das indústrias e dos terminais rodoferroviário, rodo-hidroviário e hidro ferroviário, com capacidade de armazenar 1.464.900 toneladas, além de manter um terminal rodo-hidroviário no município goiano de São Simão, no rio Paranaíba.

A Cargill Agrícola é uma empresa internacional que atua em 70 países, e se faz presente na região desde a década de 1980. Atuando no setor agrícola, financeiro, alimentício e industrial, possui armazéns e escritórios espalhados por várias cidades goianas.

A instalação de unidades dessa empresa em municípios estratégicos da microrregião do Sudoeste de Goiás como Rio Verde, Jataí e Chapadão do Céu, pretendia atender à crescente demanda por farelo de soja, devido a instalação da Perdigão. A região foi considerada promissora por ser grande produtora de grãos, por receber incentivos governamentais e pela crescente movimentação de indústrias ligadas ao agronegócio. (BORGES 2012)

A Louis Dreyfus Commodities (LDC) de capital originalmente francês, é uma comercializadora e processadora global de produtos agrícolas. Iniciou suas atividades no Brasil em 1942, quando adquiriu a empresa Comércio e Indústrias Brasileiras (Coinbra).

Contribuindo com o desenvolvimento agrícola e geração de renda da microrregião do Sudoeste de Goiás, essa empresa instalou-se em municípios dessa região com o intuito de comercializar grãos em parceria com os produtores, e posteriormente com a produção de óleo e farelo de soja.

A Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano (COMIGO) iniciou suas atividades em 1974 com a organização de alguns produtores buscando melhor infraestrutura para a produção e armazenamento. A COMIGO atua na revenda de insumos e maquinários, na comercialização e armazenagem de grãos e seus derivados e na produção de fertilizantes, sementes e derivados de soja, além de fornecer assistência técnica para seus associados.

Para Borges (2012) nenhuma cooperativa foi tão significativa como agente transformador socioespacial e formador do complexo de soja na região como a COMIGO, pois influenciou na alteração tanto da configuração territorial quanto da dinâmica social.

A criação dessa cooperativa visava resolver o problema de falta de armazenagem da produção e da comercialização dos produtos, pois esse fator obrigava os produtores a venderem logo quando colhiam e a comercialização não era diretamente com eles, o que consequentemente reduzia o lucro da produção.

A capacidade de armazenamento de grãos é uma característica importante que indica a presença de grande quantidade de produção em determinada região. Segundo Frederico (2008, p. 74) “a presença dos sistemas de armazenagem permite identificar os municípios que funcionam como centro de recepção e expedição”, mesmo que a produção seja realizada em um local e a comercialização em outro.

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) registra em sua plataforma para consulta de informações do Sistema de Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras (SICARM) a quantidade de armazéns por todo território brasileiro. Segundo esta plataforma, no Estado de Goiás a quantidade de armazéns é de 964 com a capacidade de armazenagem de 14.990.337 toneladas. Destes, 377 (39,1%) armazéns estão nos municípios que compõem a RPA objeto desta avaliação, condição que confirma a existência de concentração de estrutura de armazenamento na região e a correlação entre a instalação de infraestrutura e a capacidade de produção.

Quanto ao Eixo 3, que considera as características da economia urbana, as RPAs, por sua constituição e a importância das atividades de produção agropecuária, tendem a contar com significativa participação de empresas que assessoram ou complementam a produção do campo. A complementaridade entre a economia rural e urbana é condição facilmente notável pela existência de empresas de assistência técnica, revendas de insumos e maquinários, bem como atividades agroindustriais. Tais atividades podem alterar a composição do PIB municipal, inclusive, demonstrando a concentração das atividades industriais em alguns municípios no recorte da RPA.

Nas condições predominantes do balanço entre a participação dos setores na composição do PIB, os serviços se colocam como o segmento com maior participação, seguido da indústria e da agropecuária, se forem desprezados os valores relativos à administração pública e ao recolhimento de impostos. Desta forma, a agropecuária aparece com menor contribuição para a composição do PIB de uma região mediana no Brasil, contrariando o entendimento popular de que o agro é o setor que movimento e mantém o país.

Quando avaliados os municípios que compõem a RPA dos grãos localizada na porção sul de Goiás, se torna possível identificar diferentes perfis dentre eles (Quadro 4). A comparação na composição do PIBs da participação dos segmentos agropecuária,

indústria e serviços, se coloca como um indicativo da movimentação financeira dos municípios da região em cada uma dessas variáveis e a possível concentração de uma ou outra atividade em detrimento das demais.

No quadro 4 apresentamos o valor adicionado bruto a preços correntes para cada segmento da produção e para cada município, na intenção de verificar certas tendências quanto à sua composição e a correlação com o perfil do município.

Quadro 5 – Produto Interno Bruto dos municípios selecionados -2019

Microrregião/ Cidade/PIB		PIB Per capita	Valor adicionado bruto a preços correntes			
			Agropecuária (R\$)	Indústria (R\$)	Serviços (R\$)	Total (R\$)
Sudoeste de Goiás	Chapadão do Céu	139.625,70	537.745	313109	376.938	1.291.622
	Jataí	52.881,92	1.244.867	950.353	2.086.159	5.417.186
	Mineiros	41.035,09	624.598	464.079	1.021.262	2.667.123
	Montividiu	63.126,39	438.866	49.238	235.173	909.213
	Perolândia	121.220,92	168.900	89.919	70.648	329.468
	Portelândia	53.653,44	87.135	16.267	70.711	174.114
	Rio Verde	42.360,16	1.467.676	1.682.553	4.388.248	10.244.173
	Santa Helena	29.470,18	243.665	149.583	460.085	1.163.837
Vale do Rio dos Bois	Edealina	75.656,28	82.690	92.205	54.937	229.833
	Palmeiras de Goiás	38.300,63	200.166	288.306	366.371	854.844
	Paraúna	90.385,45	503.029	139.535	217.493	938.016
	Turvelândia	64.847,69	123.201	100.200	64.252	287.653
Meia Ponte	Bom Jesus de Goiás	29.929,73	345.350	277.524	556.689	1.179.563
	Goiatuba	45.247,04	236.827	49.553	294.455	580.836
	Joviânia	28.285,49	64.423	11.106	84.325	36.923
	Piracanjuba	33.295,33	309.239	67.543	268.415	645.198

Fonte: IBGE

Quando avaliado o Valor Adicionado Bruto a preços correntes da agropecuária no ano de 2019 para os municípios goianos, fica evidente que os municípios da Microrregião Sudoeste de Goiás possuem pelo menos um aspecto fundamental para serem considerados como parte de uma Região Produtiva Agrícola, uma vez que dos dez primeiros municípios quanto a este indicador, cinco deles são desta Microrregião, sendo Rio Verde, Jataí, Mineiros, Chapadão do Céu e Montividiu.

Os municípios selecionados das duas microrregiões, Vale do Rio dos Bois e Meia Ponte, também demonstram ter certo desenvolvimento do PIB agropecuário. O município de Paraúna ocupa a 6ª posição e Goiatuba a 10ª em relação ao restante do Estado. Mesmo sendo municípios com menor expressividade se for analisado em conjunto com o quadro 3, se observa que a proporção de produção para o tamanho do seu território justifica sua participação na Região Produtiva Agrícola analisada.

Quando ao Valor Adicionado Bruto a preços correntes da indústria, os municípios de Rio Verde e Jataí estão novamente entre dez colocados. Isso devido a instalação de indústrias referente ao agronegócio que permitem dar suporte para a produção, armazenagem, escoamento, industrialização e comercialização.

Quando ao Valor Adicionado Bruto a preços correntes de serviço exceto Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social, novamente os municípios de Rio Verde, Jataí e Mineiros (nessa ordem) seguem liderando os demais municípios listados, que possuem maior dinamismo na atividade de comércio, impulsionado pelo bom desempenho das atividades de Indústria e Agropecuária.

Os dados permitem notar que no recorte avaliado, os maiores PIBs se encontram na microrregião Sudoeste de Goiás, demonstrando que o centro dinâmico da RPA se localiza justamente nesta microrregião.

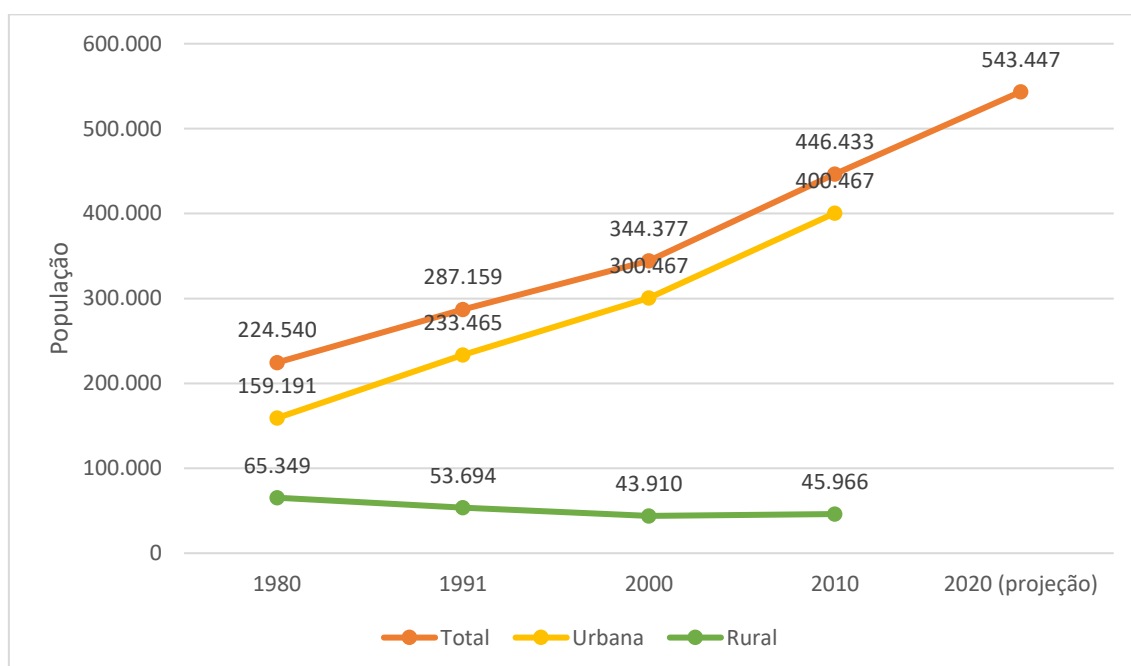
Quanto ao Eixo 4, que trata do mercado de trabalho e dinâmica populacional, considera-se que a conformação de uma RPA quanto às suas características de predominância de um grupo de atividades econômicas em detrimento de outras pode ocasionar transformações no perfil da força de trabalho empregada na região. Embora a tecnificação das atividades agropecuárias seja crescente, em especial nestas regiões concentradoras de investimentos em equipamentos e técnicas de produção modernizadas, a concentração das atividades é condição suficiente para causar alterações no perfil do emprego formal.

Adicionalmente, o comportamento da dinâmica populacional tende a ser alterada pela oferta de postos de trabalho do segmento produtivo que estrutura a RPA. Considerando o nível de tecnificação das atividades produtivas, as operações de tais

atividades requerem trabalhadores com capacidade técnica suficiente para atender as demandas, condição capaz de se tornar um atrativo de migrantes para a região. Desta forma, busca-se analisar as movimentações quanto à mão-de-obra empregada nos setores econômicos e a evolução populacional tanto rural quanto urbana. Para além da dinâmica econômica aqui exposta, a constituição da RPA demanda, também, dinâmica demográfica. A atração de trabalhadores, bem como a distribuição da população entre o urbano e o rural são transformados para atender demandas do circuito de produção.

Nos gráficos 3, 4 e 5, podemos observar a evolução populacional das três microrregiões (Sudoeste de Goiás, Vale do Rio dos Bois e Meia Ponte) dos anos de 1980 a 2010, anos em que foi realizado censo demográfico, da população urbana, rural e o total, e a projeção para o ano de 2020. Assim, seria possível verificar a evolução populacional no período em que o agronegócio se consolidou nessas microrregiões.

Gráfico 3 – Microrregião do Sudoeste de Goiás (GO): Evolução da população de 1980 a 2010 e a projeção para 2020

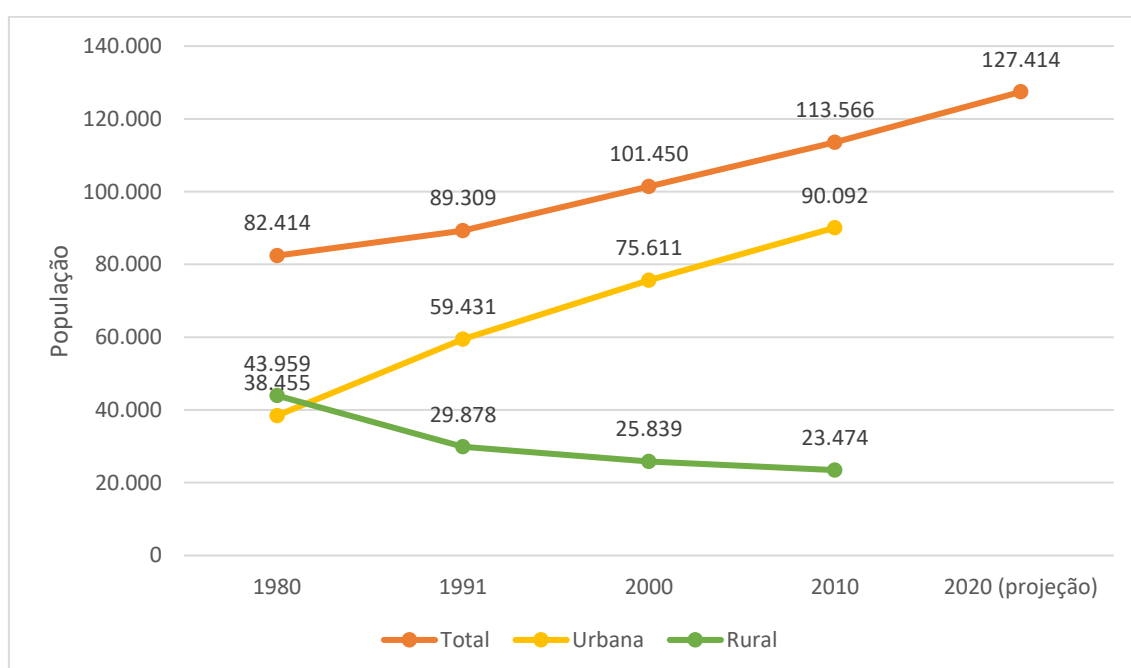


Fonte: IMB (2022). **Org.:** SOUZA (2022)

Na microrregião do Sudoeste de Goiás a população total obteve crescimento acentuado para todo o período analisado. Desde o início da década de 1980 a população urbana já era maior que a rural e manteve linha de crescimento acelerado, em contraste com a população rural, que teve reduzido seu efetivo em cerca de vinte mil habitantes. O movimento observado na microrregião se assemelha ao que ocorreu no recorte estadual, com a redução da população rural e o acelerado crescimento da população urbana.

Do total de habitantes da Microrregião Sudoeste de Goiás em 2020, 86,3% ocupam os municípios selecionados por essa pesquisa como participantes da RPA. Quando observado o movimento de crescimento da população nos municípios da microrregião, entre 2000 e 2020, se torna possível verificar que naqueles que foram considerados como parte da RPA o crescimento alcançou 66,1%, enquanto nos demais o crescimento foi de 25,6% (IBGE, 2022). O que se compreende com os dados é que os municípios da RPA além de concentrarem a população, estão em crescimento mais acelerado em relação aos demais. A dinâmica produtiva da RPA se coloca com capacidade de interferir na dinâmica populacional.

Gráfico 4 – Microrregião Vale do Rio Dos Bois (GO): Evolução da população de 1980 a 2010 e a projeção para 2020



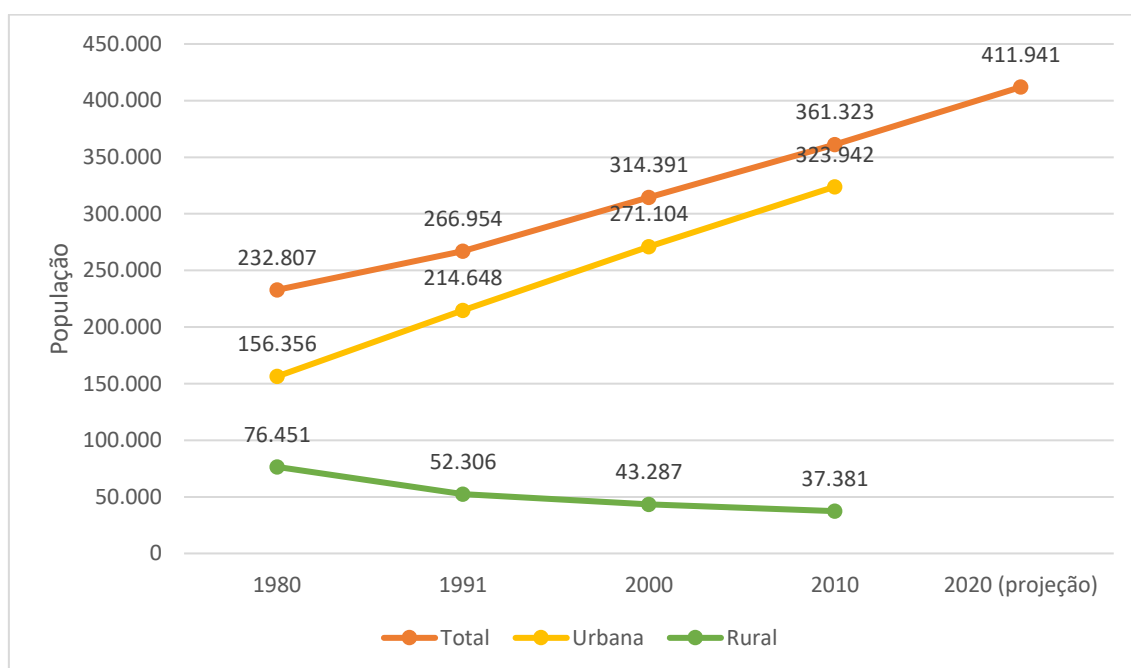
Fonte: IBGE (2022). **Org.:** SOUZA (2022)

Na microrregião Vale do Rio dos Bois ocorre, após o ano de 1980, uma inversão nos números da população rural com a urbana, sendo que a primeira realiza uma curva descendente com a redução de mais de vinte mil habitantes entre 1980 e 2010, enquanto a segunda tem comportamento de crescimento acelerado durante o mesmo intervalo, chegando a mais que duplicar o efetivo populacional.

Os municípios desta microrregião que foram considerados como parte da RPA concentravam 38,8% da população da microrregião no ano de 2020 (IBGE, 2022). Quanto ao crescimento populacional, enquanto este grupo apresentou crescimento de 36,4% no intervalo entre 2000 e 2020, o conjunto dos demais municípios da microrregião

apresentou crescimento populacional de 17,5%. Assim como na microrregião Sudoeste de Goiás, o crescimento mais acelerado nos municípios considerados como da RPA denota que a dinâmica econômica foi capaz de atrair população em velocidade mais acelerada em relação ao restante da microrregião.

Gráfico 5 – Microrregião Meia Ponte (GO): Evolução da população de 1980 a 2010 e a projeção para 2020



Fonte: IBGE (2022). **Org.:** SOUZA (2022)

A população da microrregião Meia Ponte tem comportamento semelhante ao da microrregião Sudoeste de Goiás quanto à urbanização. Desde o primeiro ano avaliado a população rural é menor que a população urbana e mantém curva descendente, tendo perdido quase metade de seu efetivo entre 1980 e 2010. No mesmo intervalo a população urbana, que já era maior que a rural, mais do que dobra seu efetivo, alcançando quase 324 mil habitantes. Percebe-se que o adensamento da população urbana em detrimento da rural conta com a atração de habitantes de outras localidades, visto o quantitativo do acréscimo obtido nas cidades.

Por ser uma microrregião com mais municípios e onde outras atividades econômicas se colocam com significativa importância, como o turismo (Caldas Novas e Rio Quente) ou os serviços e comércio (Itumbiara), o conjunto dos municípios que foram classificados como integrantes da RPA abrigavam 22,2% da população da microrregião, sendo a menor participação no comparativo entre as três microrregiões por onde a RPA se estende. Quanto ao crescimento populacional, também é a microrregião onde há um

comportamento de menor crescimento populacional nos municípios da RPA (17,0%) em relação aos demais (33,5%), quando avaliado o período entre 2000 e 2020.

Ao avaliar as três microrregiões e os municípios que compõem a RPA, fica claro que em todas as microrregiões houve uma evolução da população total e o crescimento mais acelerado da população urbana em relação à rural. Adicionalmente, se torna possível verificar a predominância de população urbana em municípios da RPA no Sudoeste de Goiás, o que permite afirmar que estaria justamente nesta microrregião o centro dinâmico da RPA, quando se avalia o comportamento populacional.

Quadro 6 – Evolução da população dos municípios selecionados de 1980 a 2010 e a projeção em 2020

Microrregião/Cidade/Ano		1980	1991	2000	2010	2020 Projeção
Sudoeste de Goiás	Chapadão do Céu	–	–	3.778	7.001	9.791
	Jataí	53.394	65.957	75.451	88.006	101.213
	Mineiros	21.690	31.144	39.024	52.935	65.853
	Montividiu	–	5.595	7.736	10.572	13.197
	Perolândia	–	–	2.791	2.950	3.189
	Portelândia	2.352	3.021	3.696	3.839	4.100
	Rio Verde	74.699	96.309	116.552	176.424	230.049
	Santa Helena	26.654	33.142	34.545	36.469	39.377
Vale do Rio dos Bois	Edealina	12.597	8.999	10.223	11.266	12.516
	Palmeiras de Goiás	22.536	16.635	17.822	23.338	28.551
	Paraúna	13.569	9.832	10.834	10.863	11.303
	Turvelândia	–	2.437	3.524	4.399	5.252
Meia Ponte	Bom Jesus de Goiás	11.623	13.851	16.257	20.727	25.022
	Goiatuba	26.937	32.469	31.130	32.492	34.809
	Joviânia	6.320	6.538	6.904	7.118	7.558
	Piracanjuba	24.095	25.273	23.557	24.026	25.317

Fonte: IMB (2022). Org.: SOUZA (2022)

As atividades produtivas, quando se colocam como determinantes da dinâmica econômica em determinados recortes espaciais e temporais, passam a impactar diretamente o mercado de trabalho, de forma a ocupar significativa parcela do efetivo de trabalhadores. Adicionalmente, tais atividades, de certa forma, tendem a influenciar no sistema de formação e de qualificação de mão-de-obra em busca de atender suas demandas. Especificamente na condição de contar com força suficiente para estabelecer a formação de uma RPA, a atividade agropecuária, tende a se comportar de forma a ocupar significativa parcela da força de trabalho nos municípios participantes da região agrícola. Em tempo, cabe a observação de que a informalidade no segmento agropecuário é condição que acompanha o setor, visto as condições históricas e as dificuldades de fiscalização no espaço rural, além da sazonalidade das contratações.

Embora se admita que se trata de um setor da economia no qual os dados do emprego formal podem estar contaminados pela ausência da formalização do contrato de trabalho ou mesmo pela variedade de modalidades de relação de trabalho que podem ocorrer, parte-se do princípio de que a comparação entre o recorte da RPA a outros recortes seria indicativo da intensidade da utilização de mão-de-obra formal neste setor e da sua participação na consolidação da região.

O estado de Goiás é, constantemente, apontado como um território do agronegócio, onde a responsabilidade pela geração de renda, riqueza e postos de trabalho é a atividade agropecuária. Quando avaliados os números acerca da geração de empregos formais por este segmento tal imagem começa a se desfazer, uma vez que a participação da agropecuária no conjunto dos empregos formais se mantém em torno de 6,5% do total nas duas datas avaliadas, 2000 e 2020, segundo os dados disponibilizados pelo Ministério da Economia (ME, 2022). No ano de 2000 haviam 43,3 mil empregos formais, somadas as atividades de Agricultura, Silvicultura, Criação de Animais, Extração Vegetal e Pesca. Esse número chegou a 95,7 mil no ano de 2020, no entanto, mantendo a participação proporcional nos mesmos patamares.

Quando avaliados os empregos formais no recorte dos dezesseis municípios que compõem a RPA o cenário se modifica sensivelmente. Neste conjunto de municípios a participação da agropecuária no conjunto de empregos formais é, proporcionalmente, bastante superior ao verificado no recorte estadual, alcançando 18,7% para o ano de 2000 e 15,6% para o ano de 2020 (ME, 2022). Embora esteja longe da imagem que se formou no imaginário popular pela mídia e pelo Estado, de que a agropecuária seria responsável direta pela maioria dos postos de emprego, é necessário apontar para o fato de que na

RPA sua participação proporcional mantém índices importantes para o mercado formal de trabalho.

Quanto ao comportamento deste setor quanto à geração de empregos no intervalo avaliado, o conjunto de todas as atividades de produção foi responsável por um acréscimo de 99.146 postos de trabalho, o que equivale ao um crescimento de 201,9% durante as duas décadas. As atividades agropecuárias, no mesmo intervalo e no mesmo recorte territorial dos municípios que compõem a RPA tiveram um acréscimo de 13.912 postos de trabalho, o que equivale a 151,7% de crescimento (ME, 2022). Os dados revelam que em detrimento da elevação da produção e da produtividade, a agropecuária não se mostrou capaz de gerar postos de trabalho na mesma velocidade que o conjunto de toda a economia, perdendo parte da participação que detinha no início do século. A mecanização das operações pode estar na base da explicação das proporções e do comportamento aqui observado.

Por meio dos dados de geração de emprego formal, embora estes sejam indicativos de participação aquém daquilo que o setor quer fazer a sociedade acreditar, os municípios da RPA estão proporcionalmente em nível superior quanto à ocupação de mão-de-obra pela agropecuária (Agricultura, Silvicultura, Criação de Animais, Extração Vegetal e Pesca). Tal constatação corrobora com a ideia de que estas atividades são estruturadoras do espaço nestes municípios em intensidade superior ao que ocorre na média do estado de Goiás.

O conjunto dos elementos trazidos para a caracterização apontam para a condição de concentração da atividade agropecuária nos municípios da RPA. Embora existam outras atividades produtivas de importância nestes espaços, fica claro que as atividades agropecuárias se colocam em posição de destaque no conjunto, condição que justifica a delimitação do conjunto enquanto uma região produtiva agrícola (ELIAS 2011). Embora existam condições de certa homogeneidade quanto às variáveis identificadas, alguns dos municípios e mesmo recortes destes municípios concentram condições mais intensas acerca das características que delimitam a RPA. Tais municípios se caracterizam enquanto cidades do agronegócio, como será verificado a seguir.

2.2 Jataí (GO): cidade do agronegócio globalizado

Como visto, a Região Produtiva Agrícola se configura a partir da dinâmica da produção, da tecnificação da produção e pelos seus rebates na demografia e no emprego. São regiões onde há significativo fluxo de capital, de pessoas e de informações, onde a

produção tecnificada dinamiza todas as fases do processo de cultivo, armazenagem, escoamento e processamento dos produtos.

Diante disso, alguns municípios se transformam em lugares de cooperação para essa produção e passam a ter papel fundamental da interação campo-cidade. Porém, nem todos os municípios pertencentes as três microrregiões analisadas, tem características de uma *cidade do agronegócio*. O que não é o caso do município de Jataí (GO).

Enquanto território do agronegócio, por ter recebido a implementação da agricultura tecnificada, o município de Jataí-GO passou a adquirir características que são consideradas por Elias (2007) como próprias de uma *cidade do agronegócio*. A avaliação da presença destas características, bem como das dinâmicas espaciais podem ser verificadas a partir dos eixos que facilitam a identificação destes espaços, são eles: 1) Formação das redes agroindustriais e as novas relações campo-cidade; 2) Mercado de trabalho agropecuário e dinâmica populacional; 3) Desigualdades socioespaciais.

Para Elias (2007) a escolha dessas temáticas serve para que seja possível reconhecer

[...] a especificidade do novo e sua definição estrutural e funcional, as combinações com os fatores herdados e o seu movimento de conjunto, governado pelos fatores novos, presentes localmente ou não e, também os ritmos de mudanças e suas combinações. (ELIAS 2007, p. 125)

O primeiro eixo de interesse, “Formação das redes agroindustriais e as novas relações campo-cidade”, busca analisar os sistemas de objetos (SANTOS, 1996) viabilizadores dos fluxos e fixos inerentes à agropecuária globalizada e fazer um estudo detalhado da economia urbana.

Para a análise dos sistemas de objetos (SANTOS, 1996), considera as variáveis e/ou indicadores associados aos meios de transporte, telecomunicações, armazenagem agrícola, eletrificação, equipamentos de hospedagem, espaços para a realização de eventos ligados à agropecuária, irrigação, entre outros. Segundo Elias (2007, p. 126) “tais variáveis nos revelarão a nova composição técnica e orgânica do território urbano e rural e sua capacidade de fluidez, além de auxiliar na compreensão da unicidade técnica”.

Para o estudo detalhado da economia urbana considera as variáveis e indicadores associados a: equipamentos industriais associados aos complexos agroindustriais, os cursos de graduação e de pós-graduação voltadas para as demandas do agronegócio, empresas comerciais associadas ao agronegócio, empresas de serviços associadas ao agronegócio, empresas provedoras de internet, empresas de turismo rural, serviços

inerentes ao novo nexos financeiro e á monetarização da vida social e da difusão do crédito rural.

Dentro das variáveis sobre a economia urbana é relevante, segundo Elias (2007) reconstruir a lógica espacial dos processos produtivos de acordo com os circuitos espaciais da produção e os círculos de cooperação. Para tanto, a autora salienta a necessidade de considerar todas as relações técnicas e econômicas envolvidas e a interação entre elas.

conhecer a expansão do consumo e suas formas, assim como a intensidade, qualidade e natureza dos fluxos de matéria e de informação parecem importantes para indicar a gama de relações, sejam elas interurbanas ou entre o campo e a cidade, e de um leque de novas relações entre a cidade e o campo, assim como novas formas de organização interna das cidades. (ELIAS 2007, p. 128)

O segundo eixo de interesse, “Mercado de trabalho agropecuário e dinâmica populacional”, auxilia na compreensão, primeiramente, de como vêm se dando as mudanças nas relações sociais de produção, através da evolução do mercado de trabalho formal no setor da agropecuária, já que a mudança do padrão de produção é acompanhada do aumento do mercado de trabalho agrícola nos moldes capitalistas. Segundo, como consequência dessas mudanças, do surgimento de novas dinâmicas populacionais, como a migração de profissionais especializados do agronegócio de cidades maiores para cidades menores.

Entre as variáveis e indicadores associados a estes temas e seus respectivos processos, consideramos fundamental considerar: a evolução da população total, urbana e rural; a taxa de urbanização; a migração (seja do campo cidade, seja da cidade maior para a menor); a estrutura do emprego formal; a evolução da mão-de-obra especializada associada ao agronegócio; a distribuição do emprego formal, segundo os diferentes ramos do agronegócio; a evolução da PEA agrícola; a formação do mercado de trabalho agrícola formal; o aparecimento de novas categorias de trabalhador agrícola, como a do agrícola não rural, no total da mão de obra empregada no setor, o nível de subemprego agrícola; as políticas públicas de geração de emprego agrícola, entre outros. (ELIAS 2007, p. 129)

O terceiro eixo de interesse, “Aprofundamento das desigualdades socioespaciais” busca analisar as desigualdades sociais e territoriais geradas nas *cidades do agronegócio* devido ao crescimento desordenado que tiveram com a transformação imputada pela difusão da agricultura científica e do agronegócio globalizado, ocasionando o aumento das periferias urbanas e nas carências de infraestruturas.

Para Elias (2007) as condições de moradia são uma importante referência para a análise das desigualdades, pois, compreendendo o espaço como síntese da interação entre os processos naturais e as relações sociais de produção, as formas como a moradia se configura na paisagem urbana serve de referência para tal estudo (ELIAS 2007).

Diante disso julga importante considerar para o estudo

[...] as favelas e áreas de riscos; os loteamentos irregulares e clandestinos; os programas habitacionais; de interesse social públicos e os não governamentais; os loteamentos e condomínios fechados; as intervenções do mercado imobiliário de locação; o uso residencial e diversificado nas áreas centrais associado à verticalização; o déficit habitacional; coabitação, improvisação e uso de materiais rústicos; as condições inadequadas de moradia (densidade excessiva, irregularidade fundiária, carência de infra-estrutura e de instalações sanitárias no domicílio); as interfaces entre a questão habitacional e os conflitos de uso do solo, problemas de mobilidade, precariedade das redes de infra-estrutura, acessibilidade deficiente aos equipamentos sociais e serviços urbanos; as políticas públicas habitacionais nas diferentes esferas de governo; processos de planejamento urbano e habitacional; os instrumentos de gestão do solo; a evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), entre outros. (ELIAS 2007, p. 131)

A análise das *cidades do agronegócio*, seguindo os temas, processos e as variáveis citadas acima, permitirá conhecer melhor as dinâmicas de estruturação urbana e os diferentes níveis de determinações decorrentes da atuação de novos agentes econômicos associados ao agronegócio, através da urbanização corporativa.

Embora o município avaliado apresente diversas das características elencadas como as de uma *cidade do agronegócio*, nossa análise se restringirá ao primeiro eixo de interesse “Formação das redes agroindustriais e as novas relações campo-cidade”.

Em relação a dinâmica populacional, o segundo eixo de interesse, constata-se que ocorreu importante acréscimo populacional entre 1960 e 2010, comprovando que houve uma mudança significativa no espaço do município, ocasionado pela tecnificação das atividades agropecuárias, ocorrendo assim a inversão na tendência de crescimento da população rural pela urbana.

Após a demonstração da evolução da população total urbana e rural, o gráfico 2 apresentou a taxa de migração dos produtores que vieram para o município e sua origem, os quais através dos incentivos das políticas públicas, se mobilizaram para áreas destinadas a exploração do uso da terra para agricultura tecnificada. O uso e ocupação do espaço agrário no município de Jataí sofreu forte exploração, primeiramente pela pecuária e posteriormente pela agricultura tecnificada.

É possível identificar que no ano de 2020 o espaço jataiense se encontrava densamente antropizado e contava com a agricultura e a pecuária como atividades predominantes, restando poucos espaços com cobertura vegetal original (Fig. 3).

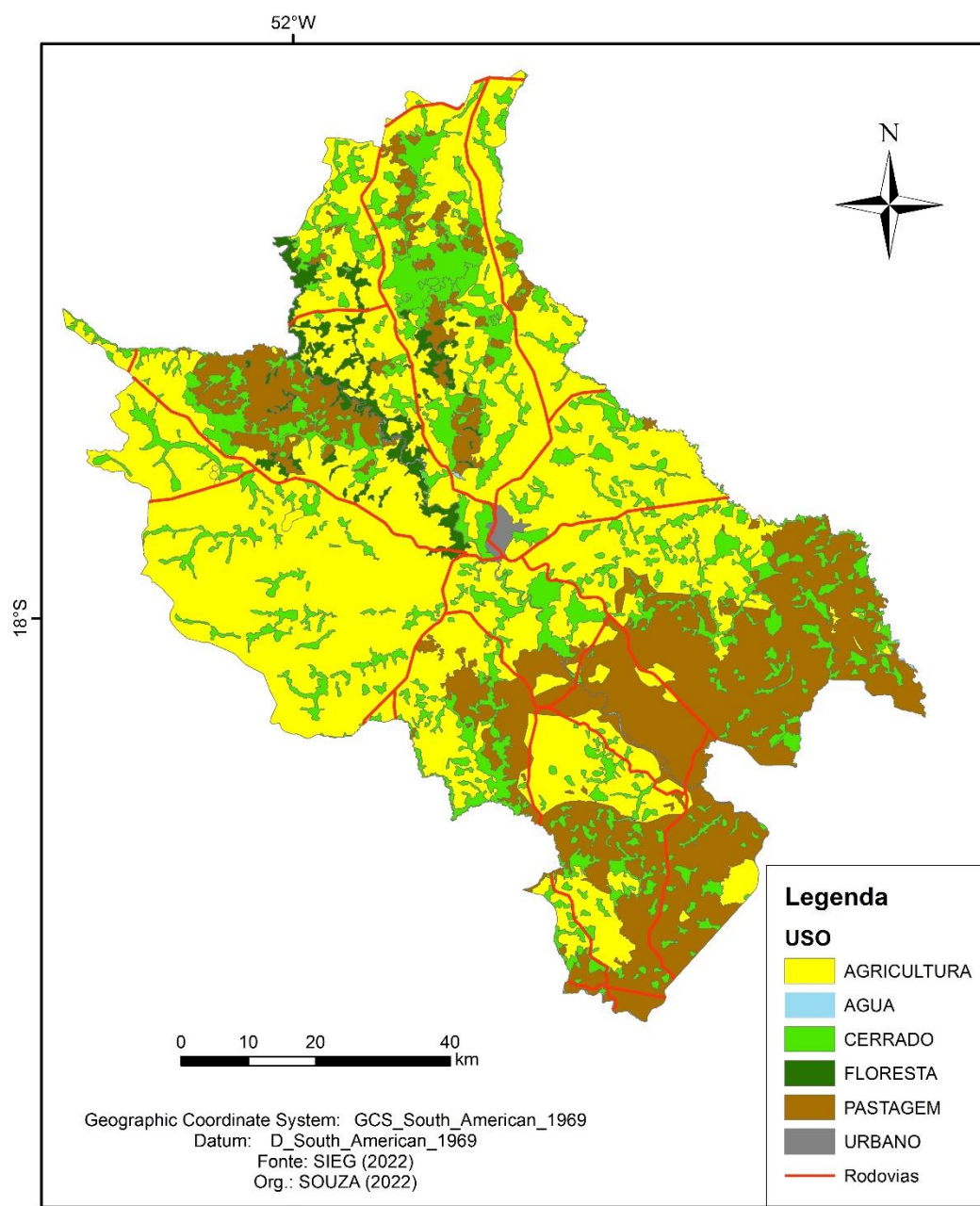
De acordo com Oliveira (2007) desde a implantação da agricultura tecnificada a quatro décadas, a ocupação do espaço agrário vem avançando ao longo dos anos, principalmente ao norte do município, e vem avançando para áreas antes destinadas a pastagem para o gado, localizada em grande maioria ao sul¹¹. A pecuária ocupa, de forma prioritária, a porção sul do município, enquanto a agricultura está mais presente na porção norte.

A desigual distribuição das terras no município, está associada a processos históricos de ocupação que destinaram as áreas com solos de textura menos argilosas e os fundos de vale para a criação extensiva de animais. A prioridade por locais com tais características foi complementar às demandas da agricultura tecnificada, que requeria espaços com topografia menos acidentada, solos com maior teor de argilas e, se possível, regime de chuvas mais regular e abundante. Assim, as terras dos chamados chapadões foram ocupadas pela agricultura tecnificada, sendo que o cultivo de grãos se colocou como atividade predominante nestas áreas.

O gráfico 3 demonstra o movimento de inflexão nas características produtivas resultantes da transformação no perfil do uso do solo. Por quase duas décadas do período avaliado, o comportamento da produção de lavouras temporárias e da criação de bovinos se manteve em um mesmo ritmo, ambos em crescimento, mas sem a ocorrência de um descolamento entre as duas atividades. O período posterior ao ano de 1992, claramente, traz o início de um movimento de descolamento no qual a área colhida com lavouras temporárias definitivamente assume um comportamento diferente em relação ao quantitativo de bovinos.

Entre 1974 e 2020 a área colhida com lavouras temporárias se amplia cerca de quinze vezes, enquanto o quantitativo de bovinos apenas dobra no mesmo intervalo. Necessário levar em conta que a pecuária também passou por aprimoramentos técnicos no intervalo mencionado, condição que permitiu que o efetivo do rebanho bovino duplicasse, mesmo diante da drástica redução das áreas de pastagens, que foram convertidas em lavouras temporárias.

11 [...] o uso da terra no município evidencia o avanço e consolidação da agricultura sobre áreas antes ocupadas pela pecuária, em especial aquelas situadas nos extensos chapadões, ao mesmo tempo em que a vegetação natural do cerrado sofreu uma drástica redução, restando apenas como *ilhas* encravadas em meio às pastagens. (1983), os. (OLIVEIRA 2007, p.170)

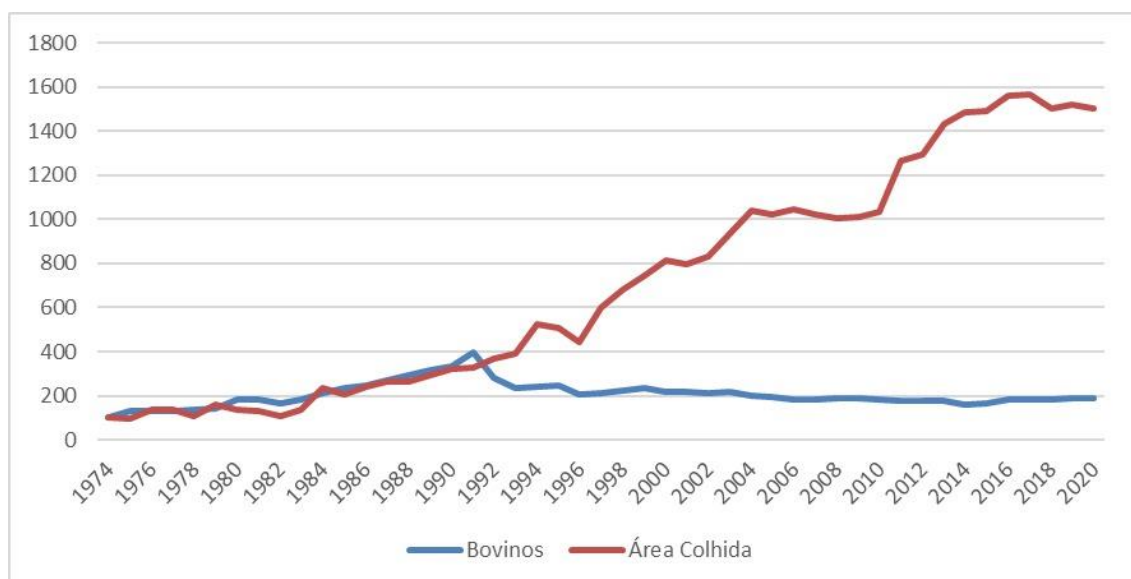
Figura 3 – Uso do solo de Jataí em 2020

Fonte SIEG (2022). Org.: SOUZA (2022)

O avanço da agricultura se deu por base no avanço da produtividade sustentada no tripé mecanização, insumos químicos e tratos culturais otimizados, movimento nominado por agentes do setor por agricultura de precisão.

O descolamento entre a quantidade de bovinos e a produção agrícola corrobora com o entendimento de que ocorreu a consolidação da agricultura tecnificada no município, forçando o campo a se adequar as exigências do capital, implantando o novo modelo de produção cada vez mais tecnológico.

Gráfico 6 – Jataí - Evolução (%) da área colhida com lavouras temporárias e o efetivo de bovinos¹² (1974 – 2020)



Fonte: IBGE (2022). Org.: SOUZA (2022).

Em decorrência disso, a cidade passa a ser *Locus* dessa nova demanda, se adaptando para atender os “fluxos inerentes aos circuitos espaciais produtivos e aos círculos de cooperação agrícola” (FREDERICO 2010, p. 70), instalando formas espaciais (armazéns, escritórios exportadores, bancos, aeroportos, terminais rodoviários, sistemas de energia e comunicação) dotadas de funções reclamadas pela atividade produtiva. Tais processos, conforme apontado anteriormente, não se restringem ao campo, mas se instalam nas cidades e, por consequência, conferem a estas, novas dinâmicas e novas funções, além de desencadear transformações nestes espaços.

Outro conjunto de características apontado por Elias (2011), em concordância com as análises de Frederico (2010), é a funcionalidade do núcleo urbano às demandas do campo moderno, as novas relações campo-cidade. Tal observação proporciona avaliar a função exercida pela cidade do agronegócio em relação ao espaço agrário, bem como a sua relação com a rede urbana regional.

Todas as cidades funcionais do campo moderno possuem um elevado PIB agropecuário. Mas, com a modernização do campo, alguns municípios passam a conectar também uma grande quantidade de serviços essenciais à produção, assim como agroindústrias, o que aumentam a participação percentual do PIB industrial e de serviços. (FREDERICO 2010, p.70)

¹² Base inicial 100% para as duas atividades no ano de 1974.

De acordo com o autor, essas cidades possuem um PIB agropecuário elevado se destacando em relação ao PIB estadual, e em algumas o PIB industrial é significativo devido a posição estratégica da região, que através da tecnificação do modelo de produção, promovem a industrialização delas.

Segundo o IBGE (2022) o município de Jataí ficou na sexta posição dentre os maiores PIBs do estado, alcançando R\$ 5,33 bilhões, atrás apenas da capital do estado e das cidades de Anápolis, Aparecida de Goiânia, Rio Verde e Catalão.

À posição do município de Jataí é o segundo maior PIB agrícola do estado com valor adicionado bruto de R\$ 1,24 bilhão. Desta forma, este município reúne uma das características apontadas como fundamentais das cidades do agronegócio.

Quanto ao valor adicionado bruto relativo à atividade industrial, o município de Jataí ocupa a nona posição no conjunto dos municípios goianos, alcançando o valor de R\$ 950 milhões para o ano de 2019. Mesmo que o valor adicionado bruto observado seja cerca de sete vezes menor que o do primeiro colocado, a capital do estado, é necessário considerar que as atividades industriais de maior porte presentes no município estão associadas diretamente ao segmento agrícola, sendo destaque o processamento de cana-de-açúcar para a produção de etanol e o processamento de soja para a produção de derivados como farelo e óleos.

Quanto à contribuição dos serviços no valor adicionado bruto, o município ocupa a sexta posição no estado, com valor de R\$ 2,090 bilhões para o ano de 2019 (IBGE). Por se tratar de um segmento no qual as atividades são bastante diversificadas, a identificação da correlação com o segmento agrícola pode parecer mais dificultosa, no entanto, a presença de agências bancárias que financiam a atividade agrícola, as empresas de assessoria agrícola, bem como aquelas que realizam a manutenção de maquinários e estruturas que servem ao setor podem ser facilmente identificadas no espaço urbano.

Avaliando a distribuição das atividades econômicas pelos setores produtivos, há indícios iniciais de que este município atenda ao conjunto de características de uma cidade do agronegócio por contar com significativa participação de atividades diretas e indiretas da produção agrícola. Estabelecimentos comerciais, de serviços e indústrias se fazem presentes no espaço urbano, como a Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano (COMIGO); uma unidade industrial da Comércio e Industria Brasileira (COINBRA), pertencente ao grupo francês Louis Dreyfus, que atua no processamento e industrialização de soja; a Cargill Agrícola, atuando no comércio e armazenamento de grãos; a Brasil Foods (BRF) atuando no abate e processamento de aves; a Piracanjuba, atuando no segmento de laticínios; além da Raízen, atuando no processamento de cana-

de-açúcar, que embora não esteja situada no espaço urbano, possui capacidade de dinamizá-lo, especialmente, por meio de seus trabalhadores.

Um dos serviços importante para o agronegócio e consequentemente para a industrialização são aqueles relacionados aos fluxos financeiros, que possibilitam os financiamentos da produção. Neste segmento, o município conta com instituições estatais, privadas e cooperativas de crédito que, em seu conjunto, se colocam como importantes agentes financiadores do novo modelo de produção, destacando o Banco do Brasil. De acordo com (Frederico 2010, p. 74) “a presença dos sistemas bancários permite aos produtores e cooperativas obterem financiamentos para o investimento, custeio e comercialização da produção.”

Na década de 1980, Jataí chegou a ter 11 agências bancárias, as quais eram: Banco do Brasil, Banco da Indústria e Comércio de Minas Gerais (Banco Nacional), Banco da Lavoura (Real), Caixa Econômica Federal, Bradesco, Banco do Estado de Goiás, Itaú, Agrobanco, Bamerindus, Caixa e Mercantil de São Paulo, e seus centros de computações (ASSIS, 1991, p. 79). Dos bancos citados, hoje restam somente o Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco, Itaú e o Santander.

Outro aspecto apontado por Elias (2011) e por Frederico (2010) como característica das cidades do agronegócio é a capacidade de armazenamento de grãos. De acordo com a Conab (2022) o município de Jataí possui 58 armazéns instalados, pertencentes a produtores, a empresas e a cooperativas.

Na área da educação, os cursos de graduação e pós-graduação tem papel fundamental para a qualificação da mão-de-obra nas cidades do agronegócio. “A maioria dos cursos localiza-se nas cidades de maior contingente populacional e que exercem uma centralidade regional” (FREDERICO 2008, p. 79).

O município de Jataí possui algumas instituições de ensino superior, sendo uma universidade federal (UFJ), uma estadual (UEG), um instituto federal (IFG – Câmpus Jataí), três particulares (CESUT, FGI e UNA) além de alguns polos de instituições que funcional na modalidade *online*.

Os cursos relacionados ao agronegócio são agronomia (UFJ e UNA), engenharia florestal (UFJ), medicina veterinária (UFJ e UNA), zootecnia (UFJ e UNA) e uma pós-graduação em gestão de estratégia do agronegócio (UNA).

Outra característica relevante para a análise do eixo de interesse é o aumento do turismo relacionado ao agronegócio. “Este se relaciona com o deslocamento temporário e empresários e técnicos com o objetivo de realizar negócios relacionado ao circuito agropecuário ou prestar assessoria técnica” (FREDERICO 2008, p. 81).

Segundo o autor a realização das exposições agropecuárias é um sintoma da tecnificação da agropecuária, e ao analisar o primeiro ano do evento em cada cidade, podemos observar a incorporação das mesmas aos *fronts* agrícolas. No município de Jataí por exemplo, o primeiro ano do evento foi em 1970, período em que o território jataiense inicia o movimento de transformação do modelo de produção.

Seja para o armazenamento, seja para a prestação de serviços de manutenção de máquinas e equipamentos agrícolas, seja para a assistência técnica na produção agrícola, para outras demandas da atividade, ou para a qualificação da mão-de-obra, o fato é que a inserção da agroindústria tecnificada foi responsável por significativas transformações na dinâmica socioespacial no recorte regional e do município avaliado. Diante de todos esses fatos, fica evidenciado que outras consequências foram provocadas pela mesma dinâmica, como a demanda por trabalhadores que exercem sua atividade no urbano ou que, no mínimo, residem no urbano.

Diante do exposto é possível compreender que o município de Jataí se enquadra dentro das características de uma *cidade do agronegócio*, pois se transformou, em diferentes aspectos pela ação do agronegócio. O fato é que toda esta dinâmica é permeada pelo interesse maior do capital, sua reprodução. Justamente compreender a conformação deste aspecto se coloca como um desafio para a sociedade local, mas também enquanto desafio desta pesquisa, condição que será perseguida adiante.

Adicionalmente é necessário considerar que as atividades produtivas são geradoras de renda. Especificamente quando se trata da agropecuária, a renda está diretamente associada às condições e à localização da área de produção, de forma a oferecer maior ou menor renda de acordo com estas variáveis.

2.3 A territorialização da produção de grãos no município de Jataí e a renda da terra

Como visto, há uma RPA na porção sul do estado de Goiás cuja delimitação se dá pela espacialização da produção de grãos e a consequente existência de estruturas que atendem esta cadeia produtiva. Adicionalmente, fica claro que dentre os municípios que compõem a RPA há diferentes intensidades e formas de participação que fazem com que possam ser classificados como cidades do agronegócio. Dentre estas, o município de Jataí se destaca por reunir tais condições para ser classificado como tal.

O movimento de constituição da RPA e da cidade do agronegócio passa pela territorialização da produção de grãos nestes espaços, de forma a garantir acesso aos

recursos necessários à produção de grãos e a finalidade principal a que é a reprodução do capital. Neste movimento, a apropriação da renda e a sua eventual distribuição se colocam de forma central no debate sobre o agronegócio. Os municípios do Sudoeste de Goiás, assim como diversos outros do país, que estão inseridos no conjunto avaliado são apresentados ao grande público como locais onde a pujança do agronegócio promove prosperidade e distribuição de renda, tornando o município desenvolvido em relação a outros que não contam com tais características.

A grande questão que se coloca é se realmente este segmento é capaz de gerar e distribuir renda e promover justiça social. Neste sentido, se torna imperativo compreender os mecanismos pelos quais ocorre a apropriação da renda na produção de grãos e sua eventual distribuição, considerando o atual estágio de organização do capital e da tecnificação neste segmento produtivo.

Antes da tecnificação da produção transformar o modelo de exploração dos solos no Brasil, a agricultura se concentrava em solos de melhor qualidade quanto à disponibilidade de nutrientes e à retenção de água, culturalmente chamadas de terras de cultura, por conter fertilidade natural e serem consideradas boas para o cultivo.

Porém, houve uma ruptura na forma prioritária de exploração da terra devido a consolidação do modelo técnico-produtivo tecnificado que acompanhou a expansão da sojicultura, aproveitando terras que antes não eram consideradas boas para o cultivo.

Essa ruptura contribuiu para transformar a terra em mercadoria e consequentemente o valor atribuído passou a ser influenciado pela escolha mais vantajosa para sua ocupação e exploração, além de condicionar a orientação dos processos de produção futuros.

A construção do território permeada pela dialética entre as formas espaciais já estabelecidas com suas territorialidades e os interesses de novos atores e setores da economia, promovendo um movimento desigual, simultâneo e combinado. De acordo com Oliveira (2004, p.40) “são as relações sociais de produção e a lógica contínua/contraditória de desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração histórica específica ao território”.

Oliveira (2004) explica que essa lógica do desenvolvimento do modo capitalista de produção é gerada pelo processo de produção, circulação, valorização do capital e a reprodução da força de trabalho, ocasionando na lógica contraditória de construção/destruição de formações territoriais ou dinâmicas desiguais de valorização, produção e reprodução do capital.

A valorização é, assim, compreendida como fruto da transformação que a produção e a reprodução passam. Isso significa dizer que, sob capitalismo, a valorização é oriunda do trabalho humano nas suas diferentes mediações sociais. Significa também que a produção é resultado contraditório de constituição do capital e que a reprodução do território deriva da reprodução ampliada do capital. (OLIVEIRA 2004, p. 40)

O desenvolvimento contraditório do capitalismo no campo, se deu de duas formas, uma através da possibilidade de o capitalismo adquirir terras e se transformar em latifundiário, unindo a agricultura com a indústria. A outra forma ocorreu pela sujeição do agricultor ao modelo capitalista de produção. Nesta interpretação, segundo Oliveira (2004) o capital pode se organizar de forma a territorializar o monopólio ou no sentido de realizar a monopolização do território. Embora sejam formas distintas, a leitura que se deve realizar é a de que em todos os casos a prioridade é a maximização da reprodução do capital.

No primeiro caso Oliveira (2004) explica que se trata da territorialização do monopólio pelo capital na agricultura. Os segmentos produtivos que se organizam por este princípio possuem estratégias pelas quais a indústria e a agricultura são partes ou etapas de um mesmo processo e comandadas pela mesma fração do capital. A exploração do trabalho se dá no ciclo agrícola e no industrial, fazendo com que a renda gerada pela atividade agrícola e pela atividade industrial seja apropriada pelos mesmos agentes. Os setores de celulose e da atividade canavieira se organizam por este princípio.

No segundo caso Oliveira (2004) explica que se trata da monopolização do território pelo capital. Nesse caso, a produção agrícola e a produção industrial, embora sejam partes de um mesmo processo, estão fragmentados em dois segmentos distintos do capital. A produção agrícola ocorre por parte de agentes que não controlam a produção industrial, desta forma, o que ocorre é a complementaridade entre os dois segmentos. A relação pode ocorrer de duas formas: 1) o capital industrial é representado por empresas industriais, enquanto a propriedade da terra e a realização da produção agrícola ocorrem por outra fração do capital, ou 2) o capital industrial é uma empresa industrial, a propriedade da terra pertence a outra fração do capital e a produção agrícola é realizada por outra fração que controla a terra por meio de arrendamento. Este é o modelo de organização predominante no segmento de grãos, onde a produção agrícola é realizada por produtores que de alguma forma estão subordinados às empresas que comercializam e processam os grãos, no entanto estão em segmentos distintos do capital.

Nesse segundo modelo, segundo Oliveira (2004) relata, o capital cria, recria, redefine relações, inclusive com a produção familiar, quando lhe interessa. A diversidade de possibilidades tende a proporcionar mais elevado grau de distribuição da riqueza na cidade e no rural em relação ao primeiro modelo.

Nesse segundo caso ainda, o próprio capital cria as condições para que os camponeses forneçam matéria-prima para as indústrias capitalistas, ou mesmo viabilizem o consumo dos bens industrializados no campo (ração na avicultura ou para a suinocultura). Isso revela que o capital sujeitou a renda da terra gerada pelos camponeses à sua lógica, ou seja, se está diante da metamorfose da renda da terra em capital. Revela-se, portanto, que tem-se à frente o capital, que nunca deriva de relações especificamente capitalistas. (OLIVEIRA 2004, p.42)

O desenvolvimento da agricultura capitalista e sua aproximação com a industrialização, “abriu a possibilidade histórica aos proprietários de terras ou aos capitalistas/proprietários de terras para a apropriação da renda capitalista da terra, quer na sua forma diferencial e/ou absoluta”. (OLIVEIRA 2004, p. 41)

Oliveira (2007) explica que a renda da terra é um conceito da Economia Política, por calcular o lucro extraordinário, suplementar e permanente, que ocorre tanto no campo como na cidade. Esse lucro é acima do lucro médio que o capitalista iria ganhar, e se desenvolve de maneiras diferentes na indústria e no campo. “Na indústria ele é eventual, devido ao avanço tecnológico, entretanto na agricultura ele é permanente, pois, por exemplo, existem diferenças entre a fertilidade natural dos vários tipos de solos. (OLIVEIRA 2007, p. 43)

Nogueira (2017) aponta que esse conceito nos estudos agrários é fundamental para a compreensão do desenvolvimento do capitalismo de produção no campo brasileiro, o qual é marcado pela relação entre indústria e agricultura e entre cidade e campo.

Para Oliveira (2007) a compreensão do desenvolvimento capitalista na produção permite conhecer a realidade agrária e urbana, por ser a terra um componente importante.

Assim, de acordo com Bender (2017), a teoria da renda da terra é interpretada nos estudos agrários como uma teoria sobre o espaço que articula os conceitos de produção, trabalho e localização. É uma forma de valorização da propriedade no modo de produção capitalista

Toda renda é um pagamento social para a classe que monopoliza uma fração do espaço terrestre, permitindo desse modo que as terras sejam colocadas em produção. De maneira geral, pode ser definida como um lucro extra, constante, acima do lucro médio; um tributo pago aos

proprietários de terra pela população que necessita e consome os produtos advindos da agricultura. (BENDER 2017, p. 7)

A teoria da renda da terra é trabalhada por Bender (2017) através da análise da concepção geográfica do mundo e sua dinâmica no materialismo de Marx. Já para Nogueira (2017) sua análise advém da produção teórica e metodológica do prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira, que também é influenciado pela concepção de Marx.

Marx apresentou essa teoria em seu livro *O Capital*, dividindo em três tipos de renda capitalistas: a) renda diferencial, a qual é dividida em I e II, b) renda absoluta, e c) renda de monopólio.

Considerando os objetivos desta investigação, faz-se necessário elencar o conceito da renda diferencial I e II para melhor entendimento da renda gerada pela territorialização da agroindústria de grãos no município de Jataí-GO de 2000 à 2020, considerando esse período como consolidador da produção das *commodities* de soja e milho na região.

A renda diferencial, segundo Bender (2017) é o resultado das desiguais condições geográficas da superfície da terra, como a fertilidade, a localização e o grau de investimento sobre a produção agrícola.

Essas desigualdades fazem parte da contradição do desenvolvimento do modo de produção capitalista, que de acordo com Nogueira (2017, p. 21) “permite a concentração de terras, pois a territorialização do capital produz um movimento de produção espacial brasileiro, sob a propriedade privada da terra”.

Por isso, Oliveira (2007) afirma que a renda diferencial da terra é fruto do caráter capitalista da produção e não da propriedade privada do solo, por explorar a terra em concorrência aos demais produtores capitalistas.

Para Marx (2008), a renda diferencial decorre da diferença existente, em cada etapa determinada do desenvolvimento da agricultura, na fertilidade natural das terras, por conseguinte, da quantidade limitada das melhores terras e da circunstância de capitais iguais terem de ser aplicados em solos desiguais, isto é, que proporcionem rendimento desigual para o mesmo emprego de capital. (NOGUEIRA 2017, p. 21)

Diante dessa diferença a renda da terra diferencial se divide em duas formas: a renda diferencial I e a renda diferencial II

A renda diferencial da terra I, segundo Oliveira (2007) não depende do capital aplicado na produção, ela depende da fertilidade natural dos solos e da localização das terras.

Para Bender (2017) as diferenças de fertilidade e localização fazem com que capitais idênticos investidos nas produções em terras iguais obtenham retornos diferentes

Além da fertilidade, existem outros fatores que afetam de maneira heterogênea a produtividade sob a superfície da terra: diferenças no clima, intensidade do sol, frequência das chuvas, relevo, altitude, temperatura, etc. Todos estes elementos incidem com intensidades diferentes as parcelas de terras produzindo resultados dispares. Também contribuem à formação de renda os saberes locais ligados à produção agrícola, e elas também variam em função de diferenças espaciais na aplicação de impostos ou subsídios à produção. (BENDER 2017, p. 8)

A diferença no tipo do solo pode influenciar na fertilidade natural e essa desigualdade, segundo Oliveira (2007, p. 45) “permite a aqueles que detêm os solos mais férteis, a possibilidade de auferirem renda da terra diferencial I de forma permanente, evidentemente, desde que este solo esteja produzindo”.

A localização das terras, como um fator de formação de renda da terra diferencial I, ocorre em duas situações, como explica Oliveira (2007)

A primeira é decorrente da elevação dos preços de mercado sem que o preço de produção individual do cultivo tenha diminuído; a segunda forma-se quando não ocorre a alta dos preços de mercado, mas, aparece um aumento na eficiência dos meios de transportes. (OLIVEIRA 2007, p. 48)

Na primeira situação a localização da terra tem influência direta na renda diferencial através das despesas com o transporte. Os terrenos com melhores localização, mais próximos dos mercados, pagam menos pelo transporte de seus produtos ao mercado, gerando maior renda diferencial. Segundo Oliveira (2007, p. 48) “o preço regulador do mercado é o terreno "pior" localizado, que produz para este mercado”.

Na segunda situação o aumento da eficiência dos meios de transportes e o aumento da capacidade de carga transportada afeta diretamente o valor do frete.

É por isso que com o desenvolvimento do capitalismo há um avanço rápido dos sistemas de transportes, permitindo assim que o efeito dos mesmos sobre os preços e, conseqüentemente, na formação da renda, praticamente possa desaparecer. Este fato mostra o caráter temporário que esta causa da renda pode ter. (OLIVEIRA 2007, p. 51)

Porém, diante das duas situações, Oliveira (2007) coloca outra questão a ser analisada. Quando um terreno com fertilidade natural é “pior” localizado ou quando um

terreno sem fertilidade natural é “melhor” localizado, pode afetar a renda diferencial I, ocasionando em sua anulação ou seu rebaixamento, por estarem atuando em sentidos opostos.

Oliveira (2007) conclui que na renda da terra diferencial I a fertilidade natural atua com mais força que a localização da terra, pois,

[...] enquanto o primeiro é uma força natural monopolizada, o segundo pode, e é, com o desenvolvimento da tecnologia, profundamente alterado. É em função dessa realidade que os capitalistas passam a investir no aumento da fertilidade do solo, colocando corretivos, fertilizantes, etc., e investindo em melhoria das sementes. Ou seja, investem mais capital por unidade de área, e a renda que aparece decorrente destes investimentos é de outro tipo: a renda da terra diferencial II. (OLIVEIRA 2007, p. 52)

A renda diferencial da terra II decorre diretamente do investimento em capitais para melhorar a fertilidade natural da terra, por isso, segundo Oliveira (2007) é uma causa eminentemente capitalista.

Cabe esclarecer, que em função deste fator, tendem os capitalistas a aplicarem capitais para melhorar as baixas fertilidades dos piores solos, para assim mudarem a situação com relação a esta forma de renda diferencial, passando a ocorrer assim à renda da terra diferencial II. (OLIVEIRA 2007, p. 45)

Bender (2017) descreve que o volume da produção dessas terras depende dos investimentos, que são aplicados através de drenagens, maquinários, fertilizantes, melhoramento genético e etc., para aumentar a produtividade. Além disso, a localização de terras próximas a obras de infraestrutura contribui no aumento da renda diferencial II, por agilizar o processo de produção.

A terra não é produto do trabalho humano, mas sua localização com relação a obras de infraestrutura, e etc. sim é resultado do trabalho social. Deste modo, a renda diferencial II será maior quando a parcela de terra ocupada (no campo ou na cidade) se encontre próxima às vias de comunicação, estradas, serviços, comércios, etc. Cada localização é única, ou seja, as localizações não podem ser distribuídas equitativamente. Embora produzidas pelo trabalho humano, são irreproduzíveis pelo trabalho humano. (BENDER 2017, p. 8)

Assim como na renda diferencial I, a renda diferencial II é decorrente da concorrência entre os capitalistas e é calculada sobre a diferença entre o preço de produção do “pior” solo e o preço de produção particular.

Com a expansão da agricultura para solos menos férteis, ocasiona no aumento da renda diferencial II nas terras com os solos mais férteis. Diante disso, Oliveira (2007) salienta que

[...] quando um país tem a expansão de sua agricultura a partir dos terrenos mais férteis para os menos férteis, aqueles proprietários que detêm o monopólio das "melhores" terras aumentarão suas rendas na proporção direta em que os "piores" solos passarem a ser cultivados, em decorrência da necessidade crescente da produção de alimentos. Quando esta situação acontece, haverá sempre uma pressão política dos agricultores dos solos mais férteis no sentido de que o Estado apoie a expansão da agricultura nos "piores" solos, que só será possível com o aumento dos investimentos de capitais que gerarão a renda diferencial II. (OLIVEIRA 2007, p. 46)

Essa pressão dos agricultores tem a intenção que o governo inclua em suas políticas projetos para a ampliação das áreas da fronteira agrícola, sobre terras menos férteis. Oliveira (2007) cita o exemplo do Programa POLOCENTRO, que incorporou o cerrado ao processo produtivo da agricultura brasileira.

De acordo com Bender (2017, p. 8) “a renda capitalista da terra e o lucro dos negócios agrícolas são canalizados em cada sociedade através da estrutura agrária para determinados setores sociais, configurando nesse processo tipos particulares de desenvolvimento”.

Assim, a ocupação do cerrado brasileiro pela agricultura, foi possível por conter extensas terras consideradas disponíveis e favoráveis a implantação da tecnificação da agricultura, incorporando o pacote tecnológico da Revolução Verde.

As mudanças no aproveitamento nos solos dos cerrados se constituíram em uma verdadeira “‘construção do solo’ de tal maneira que, de recurso natural, herdado, os solos dos cerrados transformaram-se em *capital* artificialmente produzido”, na verdade, renda diferencial da terra. (PEIXINHO, 2006, p. 135)

De acordo com Dhemerso Conciani, pesquisador do IPAM (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia) e do Cerrado no MapBiomass, o cerrado hoje “está passando por dois processos simultâneos de transformação. Por um lado, áreas já antropizadas, de pastagens, convertem-se em lavouras. Por outro, no entanto, vemos as lavouras entrarem diretamente sobre a vegetação nativa”.

Em Goiás “as terras mais valorizadas estavam próximas às vias de transportes, no Sudeste e no “Mato Grosso” goiano e no Sudoeste, pelas próprias condições do seu processo de ocupação” (PEIXINHO, 2006, p. 125).

Considerando as características naturais, a localização, a disponibilidade de infraestrutura e a capacidade de investimentos na tecnificação da produção agropecuária no recorte da Região Produtiva Agrícola avaliada neste estudo confere aos detentores do controle sobre a terra, renda extraordinária acima da média por suas elevadas produtividades, portanto, renda diferencial da terra. Esta região e em especial as cidades do agronegócio, como Jataí (GO) são espaços que foram inseridos em circuitos de produção e circulação do agronegócio nacional e global, através da incorporação de suas terras no processo produtivo.

Diante disso, é possível afirmar que o município de Jataí (GO), espaço capturado pelo movimento de avanço da fronteira agrícola desde a década de 1970, hoje se configura em espaço de excelência na produção agrícola. O fato de controlar seus principais recursos naturais (terra e água) confere a fração de classe a obtenção de elevada renda com a produção de grãos e outras atividades que dependem diretamente do acesso a estes.

A implantação da tecnificação da agricultura levou a valorização das terras e consequentemente à expansão da ocupação destas por atividades agrícolas. Resta saber em qual medida a renda gerada por estas atividades é socializada ou concentrada, o desafio a ser vislumbrado na sequência deste estudo.

3. RENDA, TERRA E TRABALHO: APROPRIAÇÃO DAS RENDAS DAS *COMMODITIES* (GRÃOS) EM ÁREAS SELECIONADAS DE JATAÍ-GO

A expansão da produção agrícola no município de Jataí, através do tripé mecanização, insumos químicos e tratos culturais otimizados, ocasionou na ocupação e valorização de terras antes não valorizadas.

Devido a ocupação primariamente da atividade agropecuária em terras de matas, naturalmente férteis, a implantação da agricultura tecnificada ocorreu em solos planos dos chapadões, pela facilidade da implantação desse tipo de produção.

A ocupação e expansão do uso do solo do município de Jataí pela agricultura tecnificada foi condizente com as políticas de investimentos agrícolas adotadas pelo Estado e por empresas de capital estrangeiro, que juntamente com Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)

dirigiu os esforços de pesquisa para geração de tecnologia apropriada à utilização do cerrado, em especial quanto à superação das restrições químicas dos solos e adaptação de plantas/sementes. Isso permitiu o avanço da agricultura pelos terrenos planos dos chapadões (ainda recobertos com cerrado), francamente favoráveis ao uso intensivo da mecanização. (OLIVEIRA 2007, p. 174)

Tais condições e processos facilitaram o movimento de monopolização do território pelo capital na produção agrícola, possibilitando a apropriação e o aumento da renda capitalista da terra que é gerada por esse modelo de produção.

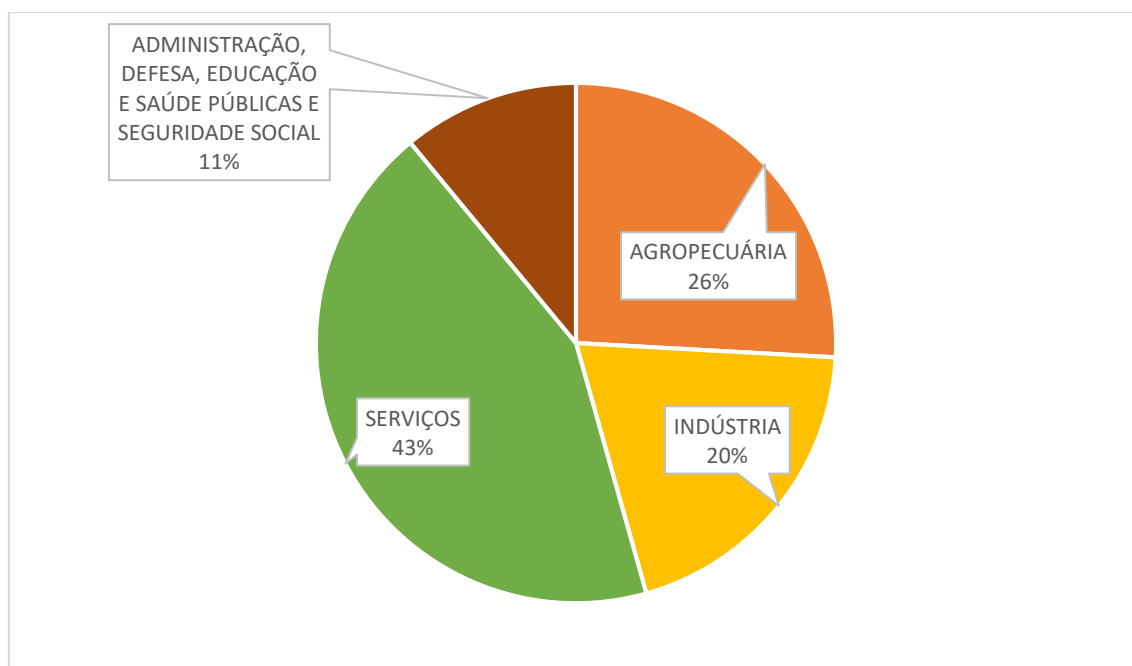
Considerando os aspectos naturais e logísticos do município de Jataí, este espaço se torna de grande interesse por agentes interessados na reprodução capitalista por meio da produção agrícola. O cultivo de grãos, em especial soja e milho, se coloca como atividade capaz de proporcionar à investidores a obtenção de lucro na atividade que se realiza pela apropriação da renda da terra. Tais elementos precisam ser melhor entendidos a luz de elementos teóricos que consigam proporcionar a interpretação dos processos e elementos que facilitam tal apropriação. Se faz necessário caminhar no sentido e compreender como a produção das referidas *commodities*, se associam à localização, à fertilidade do solo, ao clima e à realização de investimentos sobre a produção para amplificar a renda de produtores de grãos, sejam eles proprietários ou não da terra.

Para isso, compreender que houve a consolidação da tecnificação da produção em seu território entre os anos 2000 à 2020, se faz necessário para apontar como a estrutura de apoio influencia na realização dessa renda.

Uma das características que foi apresentada anteriormente do município como uma *Cidade do Agronegócio* e comprova a movimentação da produção agrícola, é a relevância do PIB agropecuário, o qual o município de Jataí ocupou a segunda posição no ranking do Estado em 2019. Neste ano o PIB agropecuário alcançou o valor de R\$ 1,24 bilhão, condição que credencia este segmento produtivo com significativo potencial de geração de renda e riqueza para o município.

O gráfico 7 apresenta a porcentagem relativa de cada segmento econômico na composição do PIB no município de Jataí em 2019. Ao analisarmos, percebemos que o PIB agropecuário representa 26% do total, ocupando a segunda colocação entre os setores. O fato de se colocar a frente da indústria, quanto à participação, demonstra a importância destas atividades para a dinâmica econômica no município.

Gráfico 7 – Participação (%) dos setores econômicos no PIB no município de Jataí -GO - 2019



Fonte: IBGE (2022). Org.: SOUZA (2022).

Considerando as características da dinâmica econômica nas chamadas cidades do agronegócio, é necessário considerar que a interconexão entre os setores produtivos nestes locais faz com que atividades classificadas como de comércio, da indústria e de serviços estejam diretamente relacionadas à dinâmica da produção agropecuária.

A presença de revendas de insumos e máquinas, escritórios de assistência técnica, indústrias de processamento de matérias-primas agrícolas, estruturas de armazenamento de grãos e outras atividades podem estar diretamente associadas à demandas da produção

agrícola. Nas cidades do agronegócio, a disponibilidade de serviços e estruturas que servem a este segmento é condição que consegue estabelecer dinâmica econômica e ocupar parte da força de trabalho local.

Assim, se torna possível considerar que parte do PIB da indústria e de serviços podem estar associados à produção agrícola. Forte indicativo desta correlação é o fato de que as duas maiores indústrias instaladas no território municipal são uma processadora de cana-de-açúcar e uma de soja. A produção agropecuária, embora constitua um setor da economia, nas cidades do agronegócio, estabelecem tais correlações de forma a contribuir na movimentação da economia local por meio das agroindústrias e demais atividades que oferecem serviços especializados voltados para atender esse modelo de produção.

Com participação de R\$ 2,086 bilhões para o município e ocupando a sexta posição no ranking do Estado, a elevada porcentagem do PIB de serviços pode ser analisada pela quantidade de empresas que surgiram oferecendo serviços tanto para atender a demanda do campo, envolvendo desde a prestação de serviço, assistência técnica até a venda de equipamentos, sementes, insumos e etc. Como empresas que surgiram para atender as demandas que a cidade passou a exigir ao longo das duas primeiras décadas do século XXI, devido o aumento e a consolidação da produção de grãos no município.

O PIB da indústria no ano de 2019 alcançou a cifra de R\$ 950,35 milhões, ocupando a nona posição do ranking do Estado. Com certa relevância para o município e para o Estado, o complexo industrial conta com unidades diretamente associadas à produção agrícola, sendo os destaques a produção de derivados de cana-de-açúcar e de derivados de soja.

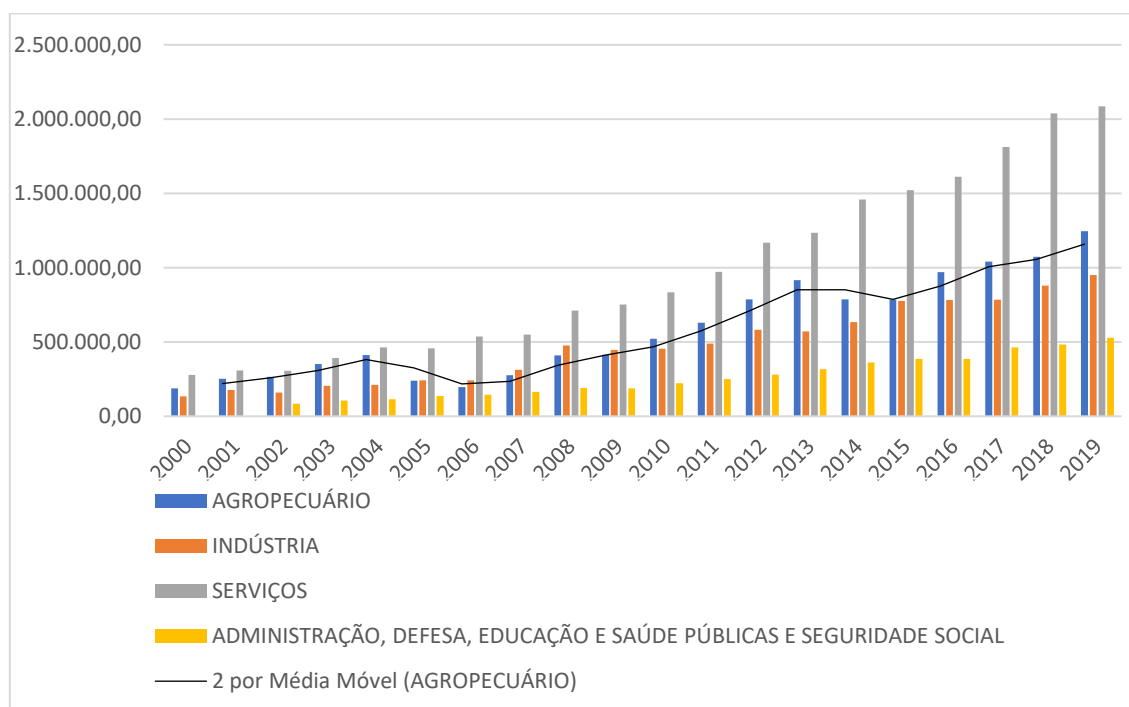
Quando realizada a comparação da evolução das contribuições para a composição do PIB no município desde o ano 2000, embora se evidencie a participação da produção agropecuária, este é o setor da economia no qual ocorreu o menor aumento proporcional.

Essa evolução é apresentada no gráfico 8, que segundo os dados levantados, entre os anos de 2000 a 2019 o crescimento dos PIBs do município durante quase 20 anos foi de 701%. Um crescimento expressivo que aponta o desenvolvimento do município.

Dos segmentos produtivos analisados anteriormente, a agropecuária teve um crescimento de 563,8%, o da indústria teve um crescimento de 606,9% e o de serviço teve um crescimento de 649% (IBGE, 2022). Tal constatação permite ponderar que, embora a produção agropecuária seja importante na dinâmica da economia municipal, o comportamento das duas últimas décadas aponta para a ocorrência de um crescimento relativo que está abaixo dos patamares alcançados pelos demais setores. Tal condição

chama a atenção para o questionamento de um discurso consolidado de que a agropecuária é a atividade que mais contribui e a que mais cresce na região e no município.

Gráfico 8 – Jataí - Evolução do valor adicionado bruto a preços correntes total (Mil Reais) – 2000 a 2019



Fonte: IBGE (2022); Org.: SOUZA (2022).

Segundo dados do IBGE (2022) os valores do PIB das duas atividades econômicas que mais contribuem para o município, eram próximos até o ano de 2004. Entre os anos de 2005 e 2006 o PIB agropecuário teve uma queda de 52,5%, voltando a ter um crescimento em 2007 de 41,2%, caindo novamente entre 2014 e 2015, se mantendo em comportamento linear de crescimento desde então. As oscilações no desempenho do segmento agropecuário guardam estreita ligação com as cotações nos mercados nacional e internacional, bem como com as condições do ambiente produtivo no ano safra.

Há que se considerar que, ao contrário das demais atividades, a agropecuária é fortemente dependente das cotações das principais *comodities* e do comportamento do mercado externo, uma vez que são estas as variáveis que mais contribuem para a composição de preços e, por consequência, a dinâmica da participação no PIB total.

Da mesma forma, é necessário considerar que quando se trata especificamente de um setor da economia, neste caso a agropecuária, está sendo considerado um conjunto de atividades que ultrapassam a produção de grãos, alcançando a produção de outras

variedades de origem vegetal e toda a produção de bens de origem animal realizada no município. Neste conjunto, pelo comportamento verificado nos últimos anos, fica evidenciado que a prioridade tem sido dada à produção de grãos quando se trata da destinação de áreas de cultivo. Tal condição é um indicativo da importância econômica deste segmento e da capacidade que ele tem em gerar renda e riqueza.

O cenário que se quer demonstrar e avaliar parte desta condição. Considerar que o segmento de produção de grãos se encontra solidamente territorializado e consolidado no município e que esta atividade possui capacidade de dinamizar a economia local, gerar renda e contribuir com outros segmentos e setores produtivos.

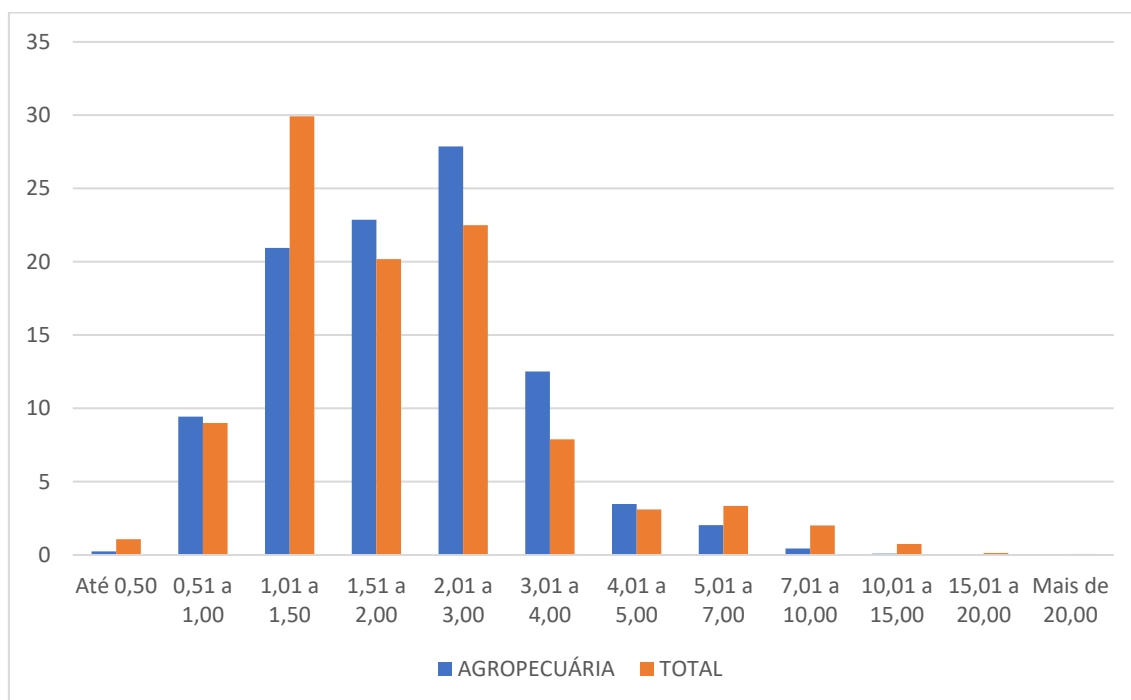
O fato de ser uma cidade do agronegócio que teve seu espaço transformado pela produção agropecuária e que constantemente é utilizada como vitrine de um mundo no qual não há crises e que deve ser reproduzido pela sua capacidade de gerar riquezas precisa ser confrontado com os questionamentos sobre a capacidade de distribuição de renda que o agronegócio dos grãos possui. Qual seria a sua real capacidade de produzir a justa distribuição de renda e contribuir para a equidade e a justiça social? O fato de gerar renda não é suficiente para que a sociedade apoie incondicionalmente este setor e concorde com todas as benesses que, historicamente, alcança os produtores, especialmente os da agropecuária comercial.

No sentido de compreender tais minúcias, acredita-se que a capacidade de absorver mão-de-obra e de oferecer condições de trabalho e remunerações justas seria um indicador sobre como os agentes deste segmento produtivo atuam para promover a distribuição de renda.

Quando avaliado o perfil do trabalhador do segmento agropecuário há indícios dos mecanismos de distribuição de renda da atividade em relação a outros segmentos produtivos. Considerando o ano de 2020 como base para a comparação, a atividade formal no município de Jataí empregou 22.393 pessoas ao final do ano civil (ME, 2022). Destes, 3.154 foram registrados como trabalhadores da Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, o que representa 14% do efetivo de trabalhadores.

Quanto aos valores pagos a estes trabalhadores, em relação à média de todas as atividades (Gráfico 9), é possível perceber que não há grandes diferenças entre os dois segmentos, uma vez que a concentração de trabalhadores está nas classes que recebem até quatro salários mínimos em ambos.

Gráfico 9: Jataí, trabalhadores da agropecuária e total por classe de renda salarial – 2020

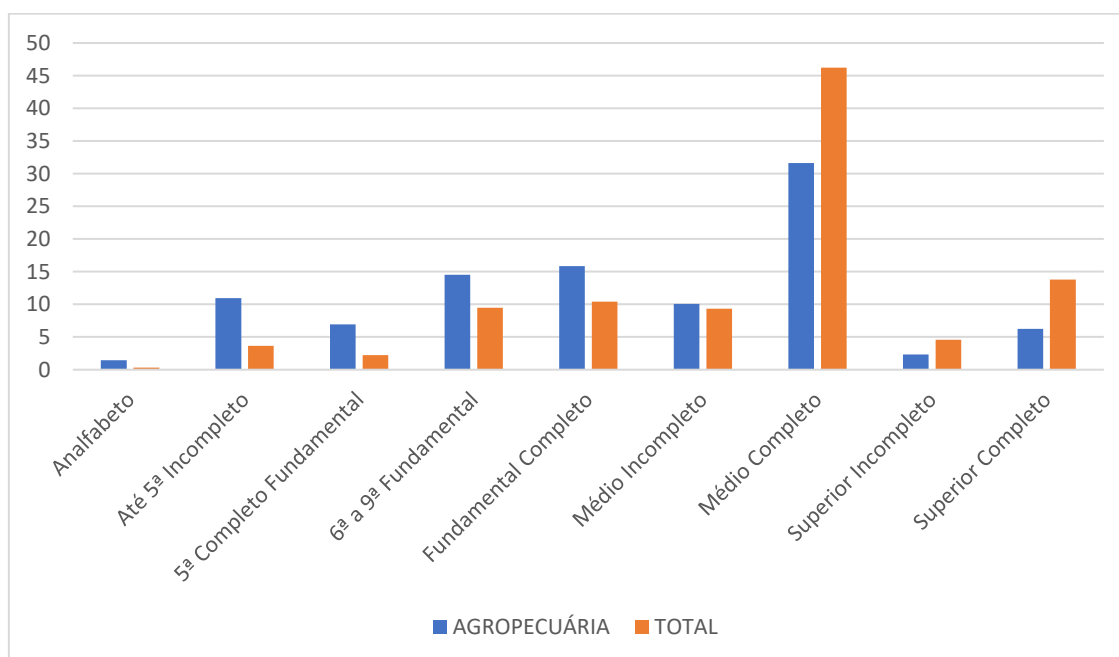


Fonte: ME (2022), Org.: SOUZA (2022)

Especialmente na faixa entre 1 e 1,5 salários mínimos a participação proporcional dos trabalhadores da agropecuária é significativamente menor que a média geral. Inversamente, nas classes que vão de 1,5 a 4 salários mínimos mensais a participação dos trabalhadores da agropecuária é proporcionalmente superior à média geral. Tal constatação demonstra que dentre trabalhadores que recebem até 4 salários mínimos mensais os da agropecuária se concentram nas faixas mais elevadas. Quando observados os trabalhadores que recebem acima de cinco salários mínimos a situação se inverte, visto que a participação dos trabalhadores da agropecuária se torna proporcionalmente menor em relação às demais atividades.

A observação destes dados nos permite perceber que, quanto às faixas salariais, o trabalhador da agropecuária não está dentre as faixas mais baixas, mas também não está dentre as faixas mais elevadas de ganhos. Condição que poder estar relacionada à natureza das atividades realizadas por estes e mesmo pela informalidade que alcança parte dos ganhos deste trabalhador que, em muitos casos, recebe parte de seus ganhos como um bônus por produtividade que não aparece nos registros formais.

Quando observada a questão da escolaridade do trabalhador (Gáfico 10), há elementos para se considerar sobre a real capacidade deste segmento promover bem estar e justiça social.

Gráfico 10: Jataí, trabalhadores da agropecuária e total por escolaridade – 2020

Fonte: ME (2022), Org.: SOUZA (2022)

Os dados referentes ao município de Jataí no ano de 2020 deixam claro que em todos os segmentos de mais baixa escolarização ocorre a predominância de trabalhadores da agropecuária em relação à média dos segmentos produtivos. Desde o grupo de analfabetos até a faixa que representa os que possuem Ensino Médio incompleto há, proporcionalmente, maior participação dos trabalhadores da agropecuária. Nos segmentos a partir do Ensino Médio completo a situação se inverte. Nestas faixas a predominância deixa de ser dos trabalhadores da agropecuária.

Os dados apontam para a condição de que o trabalhador formal da agropecuária é menos escolarizado que a média dos segmentos produtivos. Tal condição se configura historicamente pela natureza das atividades e mesmo pela dificuldade de acesso do trabalhador rural aos sistemas formais de ensino. No entanto, considerando o atual estágio de tecnificação da produção agrícola, associado a imagem que se quer construir do agronegócio como o fomentador de renda e de progresso social, seria desejável que o trabalhador deste segmento tivesse acesso à escolarização no mesmo patamar da sociedade em geral.

Quando se fala na produção de riqueza, certamente a ênfase está na produção de valores e a sua distribuição social. No entanto, a qualificação e a escolarização da massa de trabalhadores se colocam como elemento desta distribuição das riquezas, como forma de produzir autonomia do cidadão. Afinal, o fato de gerar renda não garante que esta

renda seja socialmente apropriada pela comunidade local. Compreender os mecanismos de geração e detalhes da distribuição se faz necessário para jogar luz sobre a questão.

3.1 Influência da fertilidade natural e da localização na geração da Renda Diferencial I

Ab' Sáber (2003) estudou a fundo os domínios da natureza no Brasil e suas potencialidades paisagísticas. Influenciado por esse autor, Oliveira (2002) analisou as unidades de paisagem do município de Jataí e suas transformações no final do século XX devido a dinâmica de ocupação das terras nesse período.

O território do município de Jataí, uma área originalmente típica do bioma cerrado, é um exemplo claro da substituição das paisagens originais por extensos campos de cultivo e pastagens.

Seu espaço herdado de ciclos de ocupação pioneira, transformado primeiramente pela pecuária, sofreu intensa transformação pela adoção de novos manejos aplicados à solos do cerrado, com o intuito de transformar a agricultura de subsistência em uma produção fortemente tecnificada e realizada em grande escala voltada ao mercado externo.

A dinâmica da ocupação das terras do município de Jataí e sua relação com o meio físico¹³ aponta como a monocultura de grãos seleciona as terras destinadas para essa atividade e como planeja sua exploração pensando no máximo de rentabilidade possível.

O trabalho de Oliveira (2002) demonstra as características dos ambientes naturais do município e a relação com a dinâmica de ocupação das terras no final do século XX. Analisa também como as primeiras atividades econômicas exploraram determinado tipo de solo e acabaram abrindo caminho para a produção de grãos.

Observa-se, contudo, como a presença da ação antrópica já era marcante na paisagem de Jataí nesse período, pois as atividades econômicas, em especial a pecuária, já haviam incorporado as terras ao sistema produtivo. As áreas de cerrado aberto, principalmente as formações campestres, foram utilizadas como pastagens naturais para a criação extensiva de gado bovino. (OLIVEIRA 2002, p. 92)

O Cerrado, bioma do qual o município de Jataí está inserido, com cerca de 2 milhões de quilômetros quadrados, ocupando 22% do território nacional, apresenta variações em sua fisionomia que são apresentadas por Oliveira (2002)

¹³ Oliveira (2007)

Vão de formas florestadas (cerradão) até formações campestres (campo limpo, campo sujo). Os limites entre essas formas presentes no cerrado *lato sensu* não são muito definidos. A “região” do cerrado incorpora, ainda, outros tipos de vegetação, como a floresta-de-galeria, as veredas e os campos úmidos, entre outros. (OLIVEIRA 2002, p. 76)

O município de Jataí está contido na região fitoecológica da savana (cerrado) e áreas de tensão ecológica (contatos entre a savana e a floresta estacional semidecidual). (OLIVEIRA, 2002). Porém, essa vegetação foi bastante alterada nas últimas décadas, com mais ênfase após 1960.

As variações fisionômicas apresentam-se bastante degradadas, quando não foram totalmente substituídas por pastagens cultivadas ou pela agricultura. Restam poucas manchas de cerradões e cerrados. No caso das propriedades voltadas para a lavoura de grãos, até mesmo as matas-de-galeria, as áreas de veredas e campos de murundus foram incorporados às terras “produtivas”. (OLIVEIRA 2002, p. 84)

A exploração dos solos pela pecuária no município iniciou a degradação dessa vegetação, porém, foi na exploração profunda e expansão das áreas de produção que potencializaram a degradação da vegetação no território, que segundo Oliveira (2002) aponta, representa sério risco de disseminação de doenças na produção de grãos, das quais acabam se tornando dependentes do uso de defensivos agrícolas.

Através do levantamento pedológico realizado pelo Projeto Radambrasil, Oliveira (2002) realizou a análise dos tipos de solos presente no município de Jataí e seu entorno. Diante disso, algumas variedades de solos são observadas, das quais ele classificou da seguinte maneira: Latossolo – Vermelho-Escuro (álico ou distrófico), Roxo distrófico, Vermelho-Amarelo distrófico; Terra Roxa Estruturada eutrófica; Podzólico – Vermelho-Amarelo (eutrófico e distrófico); Cambissolo álico ou distrófico; Glei Pouco Húmico distrófico ou autrófico; Areias Quartzosas álicas ou distróficas; e Solos Litólicos distrófico ou eutróficos.

Quadro 7 – Tipos de solos e percentual do total da área do município de Jataí-GO e seu entorno

SOLO	PORCENTAGEM
Latossolo	+/- 75%
Podzólico	9%
Areias Quartzosas	8%

Glei Pouco Húmico	3,4%
Cambissolo	2,5%
Solos Litólicos	2%
Terra Roxa Estruturada eutrófica	0,47%

Fonte: OLIVEIRA (2002)

Seguindo análise (Quadro 7), Oliveira (2002) aponta a predominância do tipo Latossolos em Jataí, ocupando quase 75% da área, os quais tem grande correlação com os relevos planos. Relata que “são solos minerais, não hidromórficos, caracterizados por apresentarem um horizonte B latossólico, com pequenas variações no tocante às características físicas, químicas e mineralógicas entre os diferentes tipos dessa classe pedológica” (OLIVEIRA 2002, p. 57).

Da variedade dos solos o que mais se destaca é o Latossolo Vermelho-Escuro que representa 57,83% da área total, se diferenciando entre os distróficos, com quase 40% presente nas áreas mais elevadas e os álicos com um pouco mais de 19%, em áreas menos elevadas das bacias dos rios Claro e Doce.

Esse tipo de solo apresenta certas restrições em suas propriedades químicas,

como a baixa soma e saturação de bases (relação com o teor dos elementos Ca, Mg, K e Na presentes no solo), o que indica baixa fertilidade natural (solos distróficos). O teor de alumínio trocável e a saturação com alumínio (solos álicos) pode ser outro problema, pois podem atingir índices tóxicos às plantas não adaptadas. (OLIVEIRA 2002, p. 60)

Esse fato aponta para a necessidade de correção do solo para a prática do cultivo das monoculturas de grãos, principalmente visando a alta produção para atender o mercado externo, motivo que interfere diretamente na realização da renda diferencial da terra.

As outras variedades de solos seguem na seguinte porcentagem com maior ocorrência no município: os solos Podzólicos com 9 %, as Areias Quartzonas com 8%, Glei Pouco Húmico com 3,4%, Cambissolos com 2,5%, Solos Litólicos com 2% e Terra Roxa com pouca expressividade, 0,47%.

Oliveira (2002, p.55) observa que “dentre os solos de maior potencialidade agrícola destaca-se o Podzólico Vermelho-Amarelo eutrófico, já que as ocorrências de Terra Roxa Estruturada eutrófica compõem uma área pouco expressiva”. Segundo o autor esse tipo de solo tem fertilidade natural de média a alta.

Geomorfologicamente o município de Jataí é uma região de planaltos e chapadões em patamares, que possuiu seu relevo representado pelo reverso da cuesta¹⁴ do Caiapó, de feições planas e suavemente onduladas, representando quase 80% do total da área. (OLIVEIRA 2002).

Segundo Oliveira (2002), esse tipo de relevo contribuiu para o uso de técnicas de mecanização nas diferentes etapas de produção, “além dos solos bem desenvolvidos e livres de pedregosidade (Latosolos Vermelho-Escuro e Roxo distrófico, em sua maioria), que embora não sejam naturalmente férteis, tem sua correção de acidez facilitada pela abundância de depósitos de calcários nas proximidades” (OLIVEIRA 2002, p. 123).

Além disso, o clima do município de Jataí é favorável para a agricultura, pois, apresenta características de uma área tropical de continentalidade pronunciada, dotada de um longo período de chuva durante o ano alternadas com estações secas. Sendo assim, apresenta um clima do tipo tropical sub-quente e úmido, com marcante influência da altitude, com invernos secos e verões chuvosos.

De acordo com Ab’ Sáber (2003) o cerrado possui o clima tropical, variando entre mínima de 20 a 22° C até a máxima de 24 a 26° C. Porém, Oliveira (2002) através dos dados levantados por Vargas (1989) apontam uma variedade da temperatura média anual correlacionada com o relevo. “Enquanto nas altitudes inferiores a 450m (como nos fundos de vale dos rios Claro e Verde) a temperatura ultrapassa os 23° C, os topos de chapadas acima dos 800m (como na serra do Caiapó) apresentam temperaturas inferiores a 21° C” (OLIVEIRA 2002, p. 68).

O comportamento da distribuição pluviométrica anual do município é, predominantemente, do tipo úmido, com pouco ou nenhum déficit de água. Porém, segundo Oliveira (2002), é comum a ocorrência de períodos de estiagem durante o ciclo chuvoso, o que pode levar a sérios prejuízos à agricultura.

Há grande disponibilidade de água no município, mesmo que seus rios não tenham abundância em água em comparação aos rios do norte do país

[...] a água superficial é majoritariamente perene e os depósitos de água subterrânea são comprovadamente amplos. Isso facilita sua exploração para a irrigação artificial, como já vem sendo feito no município de Jataí, com seus inúmeros pivôs centrais. (OLIVEIRA 2002, p. 125)

¹⁴ “Uma *cuesta* é uma morfologia típica da esculturação do relevo em borda de bacia sedimentar, em que as camadas depositadas apresentam-se ligeiramente inclinadas² em relação àquelas no centro da bacia, mais horizontalizadas (sinéclise).” (OLIVEIRA 2002, p. 38)

A expansão da agricultura escolhe lugares que possibilitem a implantação de sistemas tecnológicos no campo que contribuam para o aumento da produção e da produtividade, e permita a incorporação de novas áreas no processo de produção.

Esses espaços transformados, incorporaram em seu meio a utilização do sistema técnico-científico-informacional, através da utilização de maquinário que auxiliam na aceleração da produção, de sementes especializadas, da correção e fertilização do solo, da utilização de inseticidas para à proteção de plantas contra doenças, da imposição de um calendário agrícola conforme o mercado externo exige (SANTOS 1994).

Diante do exposto, a junção desses fatores biofísicos com as políticas públicas de investimentos no agronegócio, facilitou a implantação da tecnificação da monocultura de soja, que se adaptou as condições do ambiente do bioma cerrado. Essa adaptação trouxe a dependência desse modelo de produção a utilização do pacote tecnológico implantado pela Revolução Verde, que uniu a agricultura com a indústria e transformaram os solos dos cerrados em capital artificialmente produzido, resumindo, gerando renda da terra por meio da produção de grãos.

Além da contribuição dos fatores biofísicos a localização do municio de Jataí frente aos centros consumidores e disponibilidade de infraestrutura de escoamento, se coloca como área de interesse para o processo de territorialização pela agroindústria de grãos, influenciando diretamente na renda diferencial.

No contexto histórico da economia do município, sua localização já era estratégica na comercialização dos produtos bovinos, uma vez que estabeleceu uma ampla conexão com o seu entorno, dinamizando e estendendo sua economia num raio de atuação que abrangia do Triângulo Mineiro ao interior de São Paulo e Mato Grosso (SOUZA 2019).

No movimento de intensificação da ocupação do Centro-Oeste brasileiro a ação estatal para a abertura de vias de transportes, especialmente as rodoviárias, ocuparam papel de centralidade no sentido de proporcionar a integração e atender às demandas dos setores produtivos.

A implantação das rodovias se tornou intencional na estratégia regional para o desenvolvimento econômico, devido a intenção de expandir os polos regionais, como agroindustrial do Sul, o industrial-agrícola do Nordeste e o agropecuário do Planalto Central e da Amazônia (SOUZA, 2019).

Um dos objetivos das rodovias, já mencionado neste trabalho, além de proporcionar a integração do local e regional com o país, era a possibilidade da circulação econômica de bens.

A intenção era aumentar a integração dos grandes centros industriais e suas áreas adjacentes às regiões abastecedoras de matérias-primas e alimentos criando condições do mercado interno competir com o mercado internacional.

Assim, a abertura de rodovias através dos projetos de investimentos do governo federal possibilitou a ligação direta dos produtores de grãos aos centros consumidores e aos complexos agroindustriais.

A região em que o município de Jataí se localiza possui três BRs que fazem conexão com o restante do país, a BR 158 sendo uma rodovia longitudinal, fazendo ligação de norte a sul do país. A BR 364, sendo uma rodovia federal Diagonal, fazendo ligação de sudeste a noroeste do país. A BR 060, uma rodovia radial, que liga a região à capital do estado e a capital federal. O fato é que este conjunto de rodovias e a presença de outros modais de transporte, em especial o ferroviário, em municípios próximos como Chapadão do Sul (MS) e em um futuro breve em Rio Verde (GO), viabiliza o escoamento da produção de grãos para mercados nacionais e internacionais.

Por estar localizado em uma Região Produtiva Agrícola, o município de Jataí dispõe de infraestrutura de apoio para o escoamento de sua produção, que geralmente é comercializado em outro Estado, mas apesar das rodovias que fazem a conexão com os pontos de comercialização dos produtos, sua localização não é tão próxima como os centros de produção do Sul e Sudeste do país, o que acaba gerando custo no transporte das mercadorias e afetando diretamente a renda diferencial da terra.

O conjunto das características de solo, de relevo, de clima e da localização do território municipal, bem como a disponibilidade de estruturas de logística para o escoamento e armazenamento de grãos, faz com que os produtores e proprietários de terras locais sejam beneficiados de tal forma a alcançarem rendimentos na atividade de cultivo de grãos que estão acima da renda média. Portanto, o ambiente de produção confere às terras dos chapadões do município de Jataí a obtenção de renda extraordinária, que se configura como renda diferencial.

O fato de gerar renda não significa que ela será socialmente distribuída de forma justa. A concentração de renda é condição que pode se manifestar, justamente por se tratar de renda gerada em uma atividade fortemente capitalizada na qual o principal objetivo é a reprodução ampliada do capital. Como visto, o espaço jataiense se mostra vantajoso, sob diferentes aspectos, para a obtenção de renda a partir da produção agropecuária, neste caso mais específico, na produção de grãos.

3.2 Renda da terra – propriedades analisadas

O município de Jataí com a extensão territorial de 7.178, 792 Km², possui cerca de 2.965 propriedades rurais cadastradas através do georreferenciamento pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).¹⁵.

O georreferenciamento do imóvel rural se tornou obrigatório pela Lei 10.267/01, em casos de desmembramento, parcelamento ou remembramento, além da obrigatoriedade da atualização da declaração do cadastro sempre que houver “alteração nos imóveis rurais, em relação à área ou à titularidade, bem como nos casos de preservação, conservação e proteção de recursos naturais”, respeitando os prazos fixados pelo Poder Executivo. (BRASIL, 2001)

Os dados da quantidade das propriedades rurais georreferenciadas no ano de 2020 podem conter disparidade com a real quantidade devido a não obrigatoriedade do georreferenciamento em caso de não haver alterações em relação à área ou à titularidade. O que geralmente ocorre com as propriedades que permanecem com o mesmo dono por vários anos sem terem alterações em suas áreas, o que não os obriga a realizar o georreferenciamento. Porém, o número cadastrado nesse ano já nos permite reconhecer a grande quantidade de propriedades rurais dentro dos limites do município e Jataí.

Segundo o Censo Agropecuário realizado pelo IBGE em 2017, o município conta com 1.906 estabelecimentos agropecuários, quantidade sensivelmente inferior ao observado na base de dados do INCRA. Independentemente da quantidade de propriedades identificadas, a condição que se coloca como decisiva no momento é a capacidade de dispor suas terras para a produção de bens agropecuários, em especial a produção de grãos.

Como visto na seção anterior, o município de Jataí é considerado um grande produtor de soja e milho. Os dados da área colhida levantados pelo Censo Agropecuário (2017) demonstram que naquele ano foram cultivados 197. 431 ha de milho e 219.297 ha de soja no município, resultando na produção de 1.209.478 ton. de milho e 755.318 ton. de soja. O mais significativo valor revelado pelo levantamento se refere ao valor da produção destas duas cultivares, que alcançaram R\$ 407.324.000,00 pela produção do milho e R\$ 765.325.000,00 pela produção da soja (IBGE, 2022). Os valores somados apontam que para aquele ano foram movimentados pela comercialização de milho e soja produzidos no município o valor total de R\$ 1.172.649.000,00.

¹⁵ Dados obtidos pelo trabalho de georreferenciamento contatado pelo INCRA ano de 2020.

Há que se considerar que tais valores foram levantados com base nas cotações dos produtos agrícolas para aquele ano. Considerando os valores levantados e o volume da produção, chegaríamos ao valor de saca de milho de R\$ 20,20 e de soja em R\$ 60,79. Desde 2017 a cotação destas commodities avançou significativamente, alcançando na atual cotação valores muito superiores aos levantados pelo Censo Agropecuário. Desta forma, para o dimensionamento do volume de capital envolvido na produção de milho e soja e na contribuição que estes realizam para a dinamização econômica no município, seria necessário utilizar valores atualizados de área de produção, de volume produzido e dos valores da comercialização destes bens.

Neste sentido, os dados disponibilizados pelo IBGE por meio do levantamento da Produção Agrícola Municipal (PAM) seria mais adequado para tal dimensionamento, seja da área utilizada, seja do volume produzido e do valor da produção.

Ao analisarmos a figura 3 (p. 75) do uso do solo do município de Jataí e o quadro 3 (p. 59) da porcentagem do uso desse solo, percebemos a espacialidade dessa produção ocupando significativa parcela das terras do município, nos dando a ideia da quantidade de propriedades produtoras de grãos no município.

Com aproximadamente 70,5% do solo utilizado para a produção das *commodities* selecionadas (soja, milho), essas propriedades têm grande potencial de gerar renda através do processo da produção. Essa renda é possível ser analisada quando temos a noção do valor da produtividade e da rentabilidade alcançada por cada um dos segmentos.

Para demonstrarmos a renda da terra gerada pela produção da soja e do milho no município de Jataí, serão realizados cálculos que apresentarão o valor da renda que é gerada pela produção dessas *commodities*. Primeiramente, o cálculo será realizado utilizando como amostragem, três propriedades rurais, e em seguida os cálculos serão realizados para toda a área cultivada com milho e soja no município. Tais dados permitirão o dimensionamento da renda líquida média da atividade de produção de soja e do milho.

No primeiro caso, para identificar quanto cada propriedade analisada gerou de renda para o produtor, será feito o cálculo utilizando a variável rentabilidade líquida por hectare, considerando a área destinada ao cultivo de soja e lavouras temporárias de cada propriedade, identificada pelo mapeamento realizado pelo MapBiomass (2022). O resultado do cálculo será o lucro médio que o produtor dessa propriedade específica obteve, já descontando todo o custo que teve com a produção dessas *commodities*.

Cálculo 1: Rentabilidade líquida (soja e milho) X área (soja + lavouras temporárias) de cultivo da propriedade (x) em 2020

Posteriormente, o cálculo considerará toda a área cultivada no município com soja e milho, segundo o IBGE (2022) no ano de 2020. Neste caso, busca-se aproximar dos valores torais que foram apropriados pelos produtores de soja e milho no município, no sentido de verificar o volume de capital produzido na forma de renda da terra por meio destas atividades. Os dados alcançados auxiliarão na compreensão de quanta de renda é gerada pelo cultivo de grãos no município de Jataí, corroborando com a noção de que se trata de uma cidade onde se percebe significativa rentabilidade na produção de *commodities* de grãos.

Cálculo 2: Rentabilidade líquida (soja e milho) X área colhida municipal 2020

A rentabilidade líquida é a margem de lucro que cada hectare gerou em relação a produção agrícola cultivada naquela terra. O cálculo realizado para a obtenção desse valor segue as normas da metodologia do custo de produção da Conab (2022). Essa metodologia de cálculo de custo contempla todos os itens que acarreta em alguma despesa, explícita ou não, que devem ser assumidos pelo produtor, desde as fases iniciais de correção e preparo do solo até a fase inicial de comercialização do produto. (CONAB, 2022)

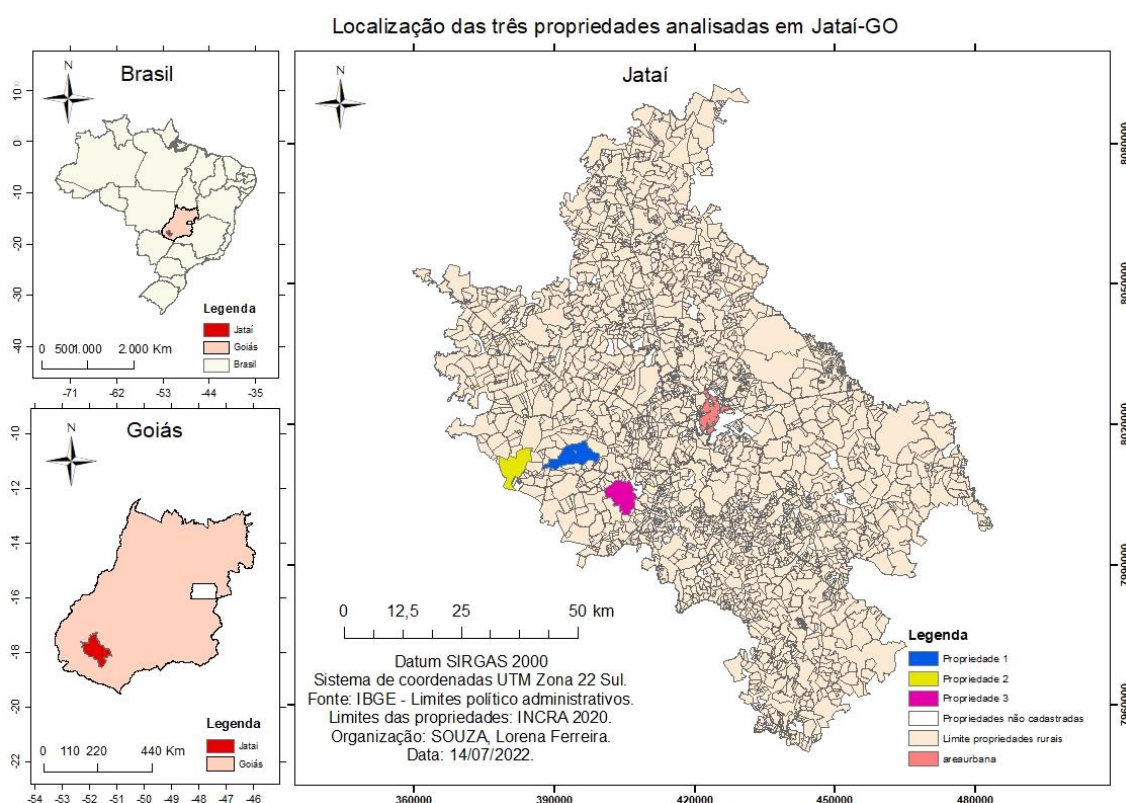
Os dados trabalhados nesses cálculos foram obtidos no portal de informações da Conab, na área de custos da produção, e são referentes ao mês de novembro de 2020. Os cálculos irão considerar que a área utilizada para o cultivo de grãos em cada propriedade foi utilizada pelas duas culturas, fazendo a rotatividade das safras, na 1ª safra para o cultivo da soja e para 2ª safra o cultivo de milho. Adicionalmente é necessário esclarecer que a tabela de rentabilidade utilizada é referente ao município de Rio Verde (GO), devido a inexistência de uma tabela específica para o município de Jataí. No entanto, considerando que são municípios vizinhos nos quais as condições para a realização da produção e a comercialização pouco se diferem, será considerada a sua utilização com certa segurança para o município de Jataí.

Localizadas a oeste da área urbana (figura 4), as três propriedades que serão analisadas para amostragem do cálculo da renda sobre a produção de soja e milho, estão em posição estratégica, em áreas que tem a maior concentração da prática da agricultura.

Sua localização se enquadra nas primeiras regiões dentro do município que começaram a utilizar o solo para a produção de grãos.

Suas terras estão sobre os extensos chapadões planos ou levemente ondulados, que favorecem a implantação da tecnificação da produção, com predominância do solo tipo Latossolo, especificamente o tipo Latossolo Vermelho-Escuro, que é considerado ideal para a agricultura¹⁶.

Figura 4: Localização das três propriedades analisadas em Jataí-GO



A escolha destas três propriedades seguiu o critério de análise do tamanho da área total e a porcentagem de uso do seu solo para a produção da soja e lavouras temporárias. Por isso, essas propriedades precisariam estar localizadas em regiões de maior predomínio da produção dessas culturas.

A avaliação visual no mapeamento dos recortes das propriedades rurais no município de Jataí, permite identificar a presença de grandes propriedades no território, algumas até ultrapassando o tamanho da área urbana. Esse fato aponta para a existência de uma estrutura fundiária na qual os processos históricos e os interesses das atuais cadeias produtivas perpetuam a concentração de terras e a torna uma mercadoria

¹⁶ Informações obtidas do estudo sobre as características biofísicas do município de Jataí-GO. (OLIVEIRA 2002)

inacessível a parcelas da sociedade. Tal condição, certamente, mantém relação com a herança do modo de acesso e controle das terras da região

Diante disso, podemos refletir que grandes quantidades de terras estão concentradas nas mãos de poucos e essa desigualdade sempre esteve presente, e se perpetuou a partir da década de 1970, quando o interesse em expandir o agronegócio de grãos exigiu a exploração de grandes quantidades de terras.

Através dos dados do georreferenciamento de 2020, foi possível identificar a área total de cada uma das três propriedades. O levantamento de uso do solo realizado pelo MapBiomas (2022) permite identificar o uso do solo para o ano de 2020 (quadro 8).

Quadro 8 – Porcentagem do uso das lavouras temporárias e da soja em cada propriedade selecionada do município de Jataí - 2020

	Área total(ha)	Área das lavouras (ha)	Porcentagem de uso (%) ¹⁷
Propriedade 1	3.242,9	3.064	94,5
Propriedade 2	5.848,6	5.747,3	98,3
Propriedade 3	2.844	2.730,9	96,0

Fonte: INCRA (2022), MapBiomas (2022). Org.: SOUZA (2022)

É necessário deixar claro que a escolha das propriedades em questão se deu a partir da observação de porções do município onde o cultivo de grãos fosse a atividade prioritária. Adicionalmente foram selecionadas propriedades nas quais parcela significativa fosse destinada a esta atividade. Ao observarmos a extensão total da área de cada propriedade, podemos constatar que são propriedades com tamanhos significativos no contexto do município. Mesmo sendo um território que conta com quase dois mil imóveis rurais (IBGE, 2022), algumas propriedades rurais possuem tamanhos próximos ou superiores à área urbana de Jataí, que é de 3.393 ha.

A Lei 4.504/1964, conhecida como Estatuto da Terra (BRASIL, 1964), estabelece as condições para que uma propriedade rural seja considerada um latifúndio. Para além da possibilidade da existência de latifúndios por utilização, a Lei estabelece o padrão para a extensão territorial de uma propriedade rural para que ela seja considerada um latifúndio por dimensão. De acordo com Art. 4 da Lei, “dos limites máximos permitidos de áreas dos imóveis rurais, os quais não excederão a seiscentas vezes o módulo médio da

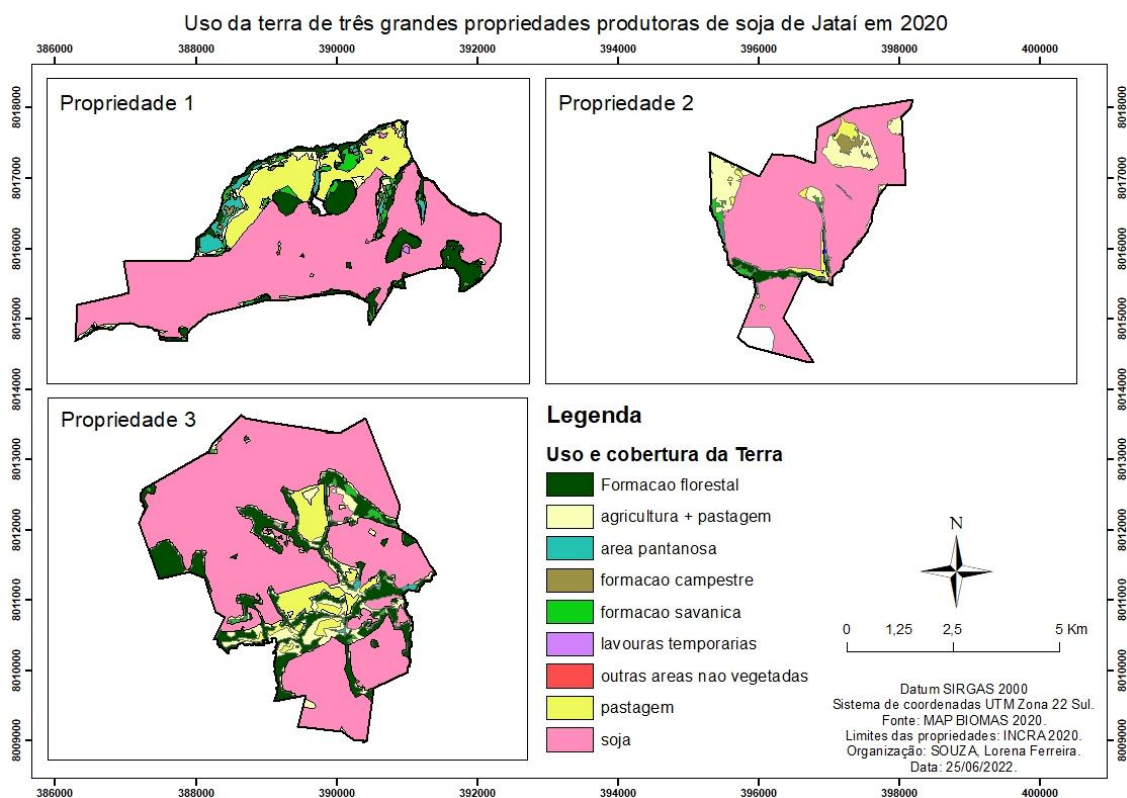
¹⁷ A taxa de utilização da área das propriedades rurais foi calculada a partir da utilização dos dados disponibilizados pelo mapeamento de uso realizado pelo MapBiomas para o ano de 2020.

propriedade rural nem a seiscentas vezes a área média dos imóveis rurais, na respectiva zona” (BRASIL, 1964).

Considerando que para o município de Jataí o módulo rural equivale a 40 ha, constata-se que os latifúndios por dimensão deveriam alcançar área de 24.000 hectares. No caso das propriedades selecionadas, é possível verificar que a sua área convertida para módulos rurais demonstraria que elas alcançam 81 módulos para a propriedade 1, 146 para a propriedade 2 e 71 para a propriedade 3, não se caracterizando como latifúndios por dimensão. Também não se caracterizam como latifúndios por exploração, uma vez que têm quase a totalidade de sua área dedicada à produção agropecuária. Embora não sejam latifúndios por dimensão, elas possuem área muito superior ao tamanho médio das áreas de propriedades rurais no município, que é de 374 ha (IBGE, 2022).

A avaliação dos dados permite afirmar que nas propriedades em questão toda a área passível de ser agricultável, considerando a legislação ambiental que protege determinadas áreas, é utilizada para tal finalidade. Tal constatação remete ao uso intensivo destas áreas pelas características edafoclimáticas presentes nestes locais e a possibilidade de obtenção de renda com o cultivo de soja na safra de verão e de milho na segunda safra.

Figura 5: Uso do solo das três propriedades selecionadas em Jataí - 2020



Fonte: MapBiomias (2020). Org.: SOUZA

A interpretação da figura 5 corrobora com a ideia de que o cultivo da soja é a atividade prioritária nas propriedades em questão. Há que se observar que o levantamento realizado pelo MapBiomas (2020) utiliza como base mosaicos de imagens orbitais que podem ser produzidas em diferentes momentos do ano, as vezes coincidindo com o calendário do cultivo de soja, as vezes com o cultivo de milho, as vezes apenas com a palhada. Tal condição faz necessário alertar para o fato de que o padrão predominante no município, em especial nas áreas de chapadão, é o cultivo de soja na safra principal e o cultivo de milho na mesma área na segunda safra. Independentemente disso, a identificação da área agricultável é a base para a realização do cálculo a ser realizado para cada propriedade.

O primeiro cálculo fará a multiplicação da rentabilidade líquida (soja e milho) multiplicada pela área agricultável de cada uma das três propriedades. O valor da rentabilidade financeira, baseada nos dados da Conab referente ao município de Rio Verde-GO, porém, aplicando para o município de Jataí, é de R\$ 6.460,29 por hectare para a soja e R\$ 3.407,27 por hectare para milho.

Sendo a área agricultável da propriedade 1 de 3.064 hectares, da propriedade 2 de 5.747 hectares e da propriedade 3 de 2.731 hectares (quadro 8) e considerando que toda a área agricultável será utilizada para o cultivo de soja, na safra de verão, e para o cultivo de milho, na segunda safra, o rendimento monetário obtido seria indicado por:

Quadro 9: Cálculos da renda das três propriedades selecionadas

	Soja	Milho	Total
Propriedade 1	6.460,29 R\$ /ha x 3.064 ha = R\$19.789.999	3.407,27 R\$ /ha x 3.064 ha = R\$ 10.437.592	R\$ 30.227.591
Propriedade 2	6.460,29 R\$ /ha x 5.747 ha = R\$ 37.129.453	3.407,27 R\$ /ha x 5.747 ha = R\$ 19.582.723	R\$ 56.712.176
Propriedade 3	6.460,29 R\$ /ha x 27.309 ha = R\$ 17.560.012	3.407,27 R\$ /ha x 27.309 ha = R\$ 9.304.666	R\$ 26.864.678

Fonte: SOUZA (2022)

Os resultados alcançados demonstram que cada uma das propriedades avaliadas possui elevada capacidade de proporcionar renda significativa para o produtor, ocasionando na concentração de renda, uma vez que uma pequena parcela da comunidade tem acesso à terra e possui condições para realizar a atividade. Considerando que se trata

de renda líquida, já foi descontado todo o custo da produção, sendo esse o valor hipotético de ganhos obtidos pelos produtores detentores destas terras. Como visto, o fato de possuir terras ou de ter o controle sobre terras confere ao capitalista a oportunidade de obter elevados ganhos a partir de sua exploração em regime de duas safras anuais nos chapadões do município de Jataí.

Para o cálculo sobre o município a equação constituirá na multiplicação da área colhida, primeiramente de soja e de depois de milho do ano de 2020 (quadro 2, p.51), pelo valor da rentabilidade líquida por hectare.

No ano de 2020 a área colhida de soja foi de 285.000 ha e de milho foi de 215.000 (IBGE, 2022).

Quadro 10: Cálculos da renda no município de Jataí em 2020 sobre a produção das commodities soja e milho

Soja	Milho	Total (soja e milho)
285.000 x 6.460,29 R\$/ha = R\$ 1.841.182.650 (um bilhão oitocentos e quarenta e um milhões cento e oitenta e dois mil e seiscentos e cinquenta reais)	215.000 x 3.407,27 R\$/ha = 732.563.050 (setecentos e trinta e dois milhões quinhentos e sessenta e três mil e cinquenta reais)	2.573.745.700 (Dois bilhões, quinhentos e setenta e três milhões, setecentos e quarenta e cinco mil e setecentos reais)

Fonte: SOUZA (2022)

O cenário que se quer demonstrar e avaliar parte da análise da renda gerada pela agroindústria de grãos do município de Jataí e o lucro que os produtores receberam por essa produção. Os dados obtidos são reveladores de tais valores e corroboram com a ideia de que a atividade de produção de grãos é capaz de colocar nas mãos dos produtores valores significativamente elevados que poderão ser utilizados na aquisição de terras, em investimentos na modernização de maquinários, na aquisição de imóveis urbanos e veículos de luxo, dentre outras opções.

Considerando que o segmento de produção de grãos se encontra solidamente territorializado e consolidado no município e que esta atividade possui capacidade de dinamizar a economia local, gerar renda e contribuir com outros segmentos e setores produtivos, é válido analisar a distribuição dessa renda.

Quando associamos essa renda gerada pela agroindústria de grãos do município comparando com os baixos valores dos salários recebido pelos trabalhadores, relacionados a este segmento de produção (gráfico 9), percebemos como essa renda não é repassada para outros segmentos e setores produtivos, no sentido de distribuição dessa riqueza, pois ela se concentra com o produtor.

Quando se fala na produção de riqueza, certamente a ênfase está na produção de valores e a sua distribuição social. No entanto, a qualificação e a escolarização da massa de trabalhadores se colocam como elemento desta distribuição das riquezas, como forma de produzir autonomia do cidadão. Afinal, o fato de gerar renda não garante que esta renda seja socialmente apropriada pela comunidade local.

Os dados referentes ao município de Jataí no ano de 2020 (gráfico 10), deixam claro que a agropecuária é o segmento produtivo que ocupa a parcela com mais baixa escolarização, quando comparada a outros segmentos produtivos.

Esses dados apontam para a condição de que o trabalhador formal da agropecuária é menos escolarizado que a média dos segmentos produtivos. Tal condição se configura historicamente pela natureza das atividades e mesmo pela dificuldade de acesso do trabalhador rural aos sistemas formais de ensino. No entanto, considerando o atual estágio de tecnificação da produção agrícola, associado a imagem que se quer construir do agronegócio como o fomentador de renda e de progresso social, seria desejável que o trabalhador deste segmento tivesse acesso à escolarização no mesmo patamar da sociedade em geral.

Assim, o fato de ser uma cidade do agronegócio que teve seu espaço transformado pela produção agropecuária e que constantemente é utilizada como vitrine de um mundo no qual não há crises e que deve ser reproduzido pela sua capacidade de gerar riquezas precisa ser confrontado e desmistificado, uma vez que essa riqueza não é distribuída de forma a contribuir para a equidade e justiça social do município de Jataí.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conhecimento do contexto histórico da implantação da tecnificação da agricultura no Brasil e sua expansão alcançando territórios do cerrado goiano, inclusive o município de Jataí, contribui para a compreensão de como tal segmento de produção territorializa esses espaços explorados e os insere numa lógica econômica capitalista, por meio da acumulação monopolizada, diante das estratégias globais do capital.

Os territórios de interesse para a produção agrícola tecnificada se colocam como objeto de disputa entre diferentes setores produtivos, permeada pelo controle do principal ativo, a terra.

O processo histórico de ocupação e exploração das terras do cerrado goiano proporcionou a formação de uma estrutura fundiária estabelecida pela materialidade das condições regionais associada aos processos externos. O movimento de inserção destes territórios em circuitos produtivos dos quais eles estavam alheios, até então, desperta novas territorialidades e novos processos de acesso e controle da terra.

Ao avaliarmos a territorialização dos recursos naturais e a possibilidade de otimização destes recursos por meio das técnicas se torna possível perceber certas condições, dentre elas a capacidade de geração de renda que as atividades realizadas possuem e, adicionalmente, a capacidade de distribuição de renda e de fomentar a construção de prosperidade social.

A apropriação desse território não pode ser vista como um processo generalizador, vez que se deu de forma seletiva, ocorreu exatamente nas terras mais propícias para implantar o modelo de produção preconizado pela modernização e fortemente apoiado pelo Estado.

O município de Jataí-GO, enquanto espaço que foi significativamente transformado pela inserção de atividades agrícolas tecnificadas, foi submerso em uma nova realidade que transformou as relações entre o campo e a cidade, os quais passaram por uma (re)organização territorial coordenada por processos, procedimentos e ações ligadas aos setores produtivos do agronegócio. O domínio dos espaços e recursos necessários à implementação do modelo produtivo e à reprodução capitalista se colocaram como consequência do movimento.

Inserido em uma Região Produtiva Agrícola e caracterizado enquanto uma *cidade do agronegócio*, o município foi capturado pelo movimento de avanço da fronteira agrícola desde a década de 1970, e hoje se configura em espaço de excelência na produção agrícola sendo destaque nos *rankings* estadual e nacional.

O fato de a produção tecnicizada controlar os principais recursos naturais (terra e água) do município confere à uma fração de classe a obtenção de elevada renda com a produção de grãos e outras atividades que dependem diretamente do acesso aos recursos.

A concentração de renda é condição que pode se manifestar, justamente por se tratar de renda gerada em uma atividade fortemente capitalizada na qual o principal objetivo é a reprodução ampliada do capital. Como visto, o espaço jataiense se mostra vantajoso, sob diferentes aspectos, para a obtenção de renda a partir da produção agropecuária, neste caso mais específico, na produção de grãos.

A análise da renda gerada pela produção de grãos no município de Jataí, utilizou três propriedades rurais como amostragem para calcular a rentabilidade desse segmento para o detentor de cada uma dessas propriedades. Esses exemplos permitiram constatar a alta concentração da renda nos bolsos desses produtores, promovida pela renda da terra.

Além das propriedades, o cálculo realizado para o município, aponta para uma condição na qual a riqueza gerada pela produção de grãos no território do município, se mostra elevada e concentrada em função da capacidade de territorializar os espaços prioritários para a agroindústria de grãos.

O fato de gerar renda não significa que ela será socialmente distribuída de forma justa, uma vez que a lógica capitalista é a da exploração do trabalho, relegando aos trabalhadores o necessário à reprodução da força de trabalho. Diante disso, não é prudente que a sociedade apoie incondicionalmente este setor e concorde com todas as benesses que, historicamente, alcança os produtores, especialmente os da agropecuária comercial.

A riqueza gerada pela agroindústria de grãos no município de Jataí promove a concentração de renda no recorte do município, uma vez que os detentores das terras e os produtores de grãos formam uma fração de classe com elevada capacidade de investimentos que ultrapassam a dinâmica realizada no rural e se transfere para o urbano, na forma de aquisição e construção de imóveis de elevado padrão e o controle dos terrenos com possibilidade de multiplicar seus investimentos.

Por fim, embora a produção de grãos seja, de fato, responsável pela dinamização econômica no município, há que se considerar que a atividade não pode, em hipótese alguma, ser considerada como socialmente justa sob a ótica da distribuição de riqueza e da redução das desigualdades sociais, uma vez que parte significativa da riqueza gerada pela atividade se concentra com os produtores, não havendo uma justa distribuição social. Tais constatações levantam o questionamento sobre a imagem difundida de um município rico economicamente, não passa de uma mistificação para que sempre haja investimentos

nesses setores, já que essa riqueza se concentra no bolso do produtor e do proprietário das terras.

A trajetória percorrida no itinerário da pesquisa foi capaz de apontar, de forma segura que a porção sudoeste do estado de Goiás, pela combinação de diferentes fatores e diferentes tempos, se caracteriza como uma região produtiva agrícola fortemente especializada na produção de grãos, com destaque para a soja e o milho. O município de Jataí ocupa posição de relevância nesta conjunto regional por seu destaque enquanto produtor de grãos e adicionalmente outras cadeias produtivas. A combinação entre a disponibilidade de terras férteis e com características apropriadas para o cultivo, condição climática favorável, investimentos públicos e privados, estruturação de infraestrutura de armazenamento e escoamento, empresas de fornecimento de insumos e máquinas, além de unidades de processamento de parte dos grãos produzidos, confere ao município a condição de uma cidade do agronegócio.

Resta à sociedade e ao poder público, encontrar formas de tornar mais igualitária a distribuição da renda destas atividades, contribuindo para a redução das desigualdades sociais.

REFERÊNCIAS

AB’SÁBER, Aziz Nacib. **Os domínios de Natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ALENTEJANO, Paulo. **A hegemonia do agronegócio e a reconfiguração da luta pela terra e reforma agrária no Brasil**. Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente-SP, Dossiê “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência, n. 42, v. 4, p. 251-285, mês dez, 2020.

ALVES, Clovis Tadeu. **A Revolução Verde na Mesorregião Noroeste do RS (1930-1970)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Passo Fundo, 2013, Passo Fundo

ALVES, Vicente Eudes Lemos (2005). **A mobilidade sulista e a expansão da agricultura brasileira**. AGRÁRIA, São Paulo, N° 2, pp. 40-68, 2005. Disponível: <<https://doi.org/10.11606/issn.1808-1150.v0i2p40-68>>

ANDRADE, Manuel Correia de. **A questão do território no Brasil**. 2ª edição – São Paulo: Editora HUCITEC, 2004.

ARACRI, Luís Angelo. **Reestruturação produtiva, território e difusão de inovações no campo: a agricultura de precisão em Mato Grosso**. São Paulo: Editora Arquimedes, 2012.

ARANTES, PEDRO FERREIRA. **MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO SUDOESTE DE GOIÁS 1970 - 1995**. 2001. Tese (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2001.

ASSIS, José Manoel. **DOCUMENTÁRIO HISTÓRICO DE JATAÍ, A obra do século**. Jataí-GO, 1991.

BARAT, Josef. **A evolução dos transportes no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE: IPEA, 1978.

BENDER, Pablo Martin. **Trabalho, produção e renda da terra na teoria geográfica**. Bol. geogr., Maringá, v. 35, n. 3, p. 1-11, 2017

BINI, Danton Leonel de Camargo. **O espaço dividido no Brasil agrícola**. In.: ROSSANI, Rosa Ester; MACHADO, Maria Rita de Melo; SAMPAIO, Mateus de Almeida Prado. Terra e trabalho: usos e abusos do espaço agrário brasileiro. Volume I – São Paulo: FFLCH/USP, 2020.

BORGES, Ronan Eustáquio. **Complexos agroindustriais e desenvolvimento regional: o caso do Sudoeste de Goiás**. XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária: Uberlândia, 2012.

BRUM, Argemiro. **Modernização da Agricultura: trigo e soja**. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 1988.

CABRAL, Antônio. **A Terceira Guerra Mundial**. São Paulo: Moderna, 1987.

CALAÇA, Manoel. **A expansão do agronegócio em Goiás e a subordinação do campesinato**. In: VII Congresso Brasileiro de Geógrafos - Associação dos Geógrafos Brasileiros, Vitória/ES, 2014.

CALAÇA, Manoel; INOCÊNCIO, Maria Erlan. “Estado e território no Brasil: reflexões a partir da agricultura no Cerrado”. In: *Revista IDEAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade*, Rio de Janeiro – RJ, v. 4, n. 2, 2010. pp. 271-306.

CASTILHO, Denis. **Colônia Agrícola Nacional de Goiás (cang) e a formação de Ceres-go – Brasil**. *Élisée, Rev. Geo. UEG - Goiânia*, v.1, n.1, p.117-139, jan./jun. 2012

CHAVEIRO, Eguimar, Felício; BARREIRA, Celene Cunha Monteiro Antunes. **Cartografia de um pensamento de Cerrado**. In.: PELÁ, Márcia; CASTILHO, Denis. **Cerrados: perspectivas e olhares**. Goiânia: Editora Vieira, 2010, p. 15 – 34.

CARAMURU Alimentos Ltda. Disponível em: <<http://www.caramuru.com/home.htm>>. Acesso em: setembro 2022.

CARGIL no Brasil. Disponível em: <<http://www.cargill.com.br>>. Acesso em: setembro 2022

COMIGO Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano Ltda - Comigo. Disponível em: <<http://www.comigo.com.br>>. Acesso em: setembro 2022.

DNIT. Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes. Diretoria de Planejamento e Pesquisa. **Roteiro Básico para Sistemas Rodoviários Estaduais**. Brasília: Ministério dos Transportes, 2006.

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. **Desigualdades Sociais Nas Cidades do Agronegócio**. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Belém-Pará. V. 9, N. 1 / MAIO 2007.

_____. **Agricultura e produção de espaços urbanos não metropolitanos: notas teórico-metodológicas**. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Orgs). *Cidades médias: espaços em transição*. 4ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 113-138.

_____. **Agronegócio e novas regionalizações no Brasil**. R. B. Estudos Urbanos e Regionais v. 13, n. 2 / novembro 2011.

ESTEVAM, Luis. **O tempo da transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás**. Goiânia-GO: Ed. do Autor, 1998.

FARIA, Camila Salles de. **Cadeia Dominial: uma leitura da grilagem e da constituição da propriedade privada capitalista das terras**. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A grilagem de terras na formação territorial brasileira*. São Paulo: FFLCH/USP, 2020, p. 55 – 82.

FREDERICO, Samuel. **O Novo tempo do Cerrado: Expansão dos *fronts* agrícolas e controle do sistema de armazenamento de grãos**. Tese (Doutorado em Geografia).

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Departamento de Geografia, 2008, São Paulo.

_____. **O Novo tempo do Cerrado: Expansão dos *fronts* agrícolas e controle do sistema de armazenamento de grãos.** São Paulo: Editora Annblume FAPESP, 2010.

FOCKINK, Edione Raquel. **Sulistas em Jataí/GO: Abordagens Econômicas.** In: III Simpósio Nacional de Geografia Agrária / II Simpósio Internacional de Geografia Agrária / I Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira, 2005, Presidente Prudente/SP. III Simpósio Nacional de Geografia Agrária/ II Simpósio Internacional de Geografia Agrária/ I Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Anais CD -room. Presidente Prudente/SP: UNESP, 2005. v. 1.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização: Do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade.** 2ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. **Da Desterritorialização à Multiterritorialidade.** Encontro de Geógrafos da América Latina, X., 2005, São Paulo. Anais, p. 6774-6792.

HOBBSAWN, Eric. **Era dos Extremos: O breve século XX (1914-1991).** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOYOS, Claudia Janet Cataño; D'AGOSTINI, Adriana. **Segurança Alimentar e Soberania Alimentar: convergências e divergências.** Revista Nera – ano 20, nº. 34 – janeiro/abril de 2017.

INOCÊNCIO, Maria Erlan. **O PRODECER e as tramas do poder na territorialização do capital no Cerrado.** Tese (doutorado em Geografia). Curso de Geografia, Universidade Federal de Goiás, 2010, Goiânia.

JOIA, Paulo Roberto; PAIXÃO, Alfredo Aguirre da. **Rodovias municipais: integração e organização do espaço no município de Aquidauana-MS.** Terr@Plural, Ponta Grossa, v.10, n.1, p. 109-124, jan/jun. 2016.

KOHLHEPP, Gerd; BLUMENSCHNEIN, Markus. **Brasileiros sulistas como atores da transformação rural no Centro-Oeste brasileiro: o caso de Mato Grosso.** Revista Território, Rio de Janeiro, ano V, nº 8, pp. 47-66, jan/jun., 2000.

LIMA, Maria Eloá de. **Serra do Cafezal - Retratos e Lembranças.** Goiânia: Editora UFG. 1988.

LUNAS, Divina Aparecida Leonel. **Constituição do complexo agroindustrial da soja no sudoeste de Goiás.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico). Universidade Federal de Uberlândia, 2001, Uberlândia.

MARTINS, Alécio Perini. **Dos posseiros aos migrantes: formação territorial e econômica do município de Jataí/GO.** Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia, 2014, Uberlândia.

MELO, Nágela Aparecida. **Interação Campo-Cidade: a (re) organização sócio espacial de Jataí (GO) no período de 1970 a 2000**. 179f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia, 2003

MELO, Nagela Aparecida; RIBEIRO, Dinalva Donizete; SOARES, Beatriz Ribeiro. **CHAPADÃO QUE VIROU MAR: (MAR) DE SOJA – o caso de Jataí (GO)**. Revista UFG. Janeiro/ Dezembro, 2003.

NOGUEIRA, Amauri Tadeu Barbosa. **A categoria renda da terra: da economia política à geografia agrária**. Revista Nera, Presidente Prudente, ano 20, nº.37, pp. 13-27, mai-ago./2017.

OLIVEIRA, Ivanilton. **Solo pobre, terra rica: paisagens do cerrado e agropecuária modernizada em Jataí, Goiás**. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade de São Paulo, 2002, São Paulo.

_____. **José de. Dinâmica da ocupação das terras no município de Jataí (GO) e sua relação com o meio físico**. Boletim Goiano de Geografia: Goiânia – Goiás – Brasil. V. 27, n. 2, p. 153-179, jan./jun. 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro**. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). Novos caminhos da geografia agrária. São Paulo: contexto, 1999.

_____. **Geografia Agrária: perspectivas no início do século XXI**. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros (orgs). O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004, p.29-70.

_____. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007, 184p.

_____. **O campo brasileiro no final dos anos 1980**. In. STEDILE; João Pedro (org.). a questão agrária no brasil O debate na década de 1990. 2ª edição. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013.

_____. **A Mundialização da Agricultura Brasileira**. 1. ed. São Paulo-SP: Iánde Editorial, 2016.

_____. **Camponeses, quilombolas, indígenas e grileiros em conflitos no campo brasileiro**. In: _____. A grilagem de terras na formação territorial brasileira. São Paulo: FFLCH/USP, 2020, p. 9 – 54.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PEIXINHO, Dimas Moraes. **A dinâmica sócio-espacial do modelo técnico-produtivo da sojicultura no Cerrado e a formação dos centros dinâmicos: o caso de Rondonópolis (MT) e Rio Verde (GO)**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006, Rio de Janeiro.

PINTO JUNIOR, Rafael Alves. **Viver no sertão: fazendas do Sudoeste de Goiás (1890-1930): território, arquitetura e cotidiano**. Curitiba: Editora CRV. 2015.

PRIETO, Gustavo. **Nacional por usurpação: a grilagem de terras como fundamento da formação territorial brasileira**. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A grilagem de terras na formação territorial brasileira. São Paulo: FFLCH/USP, 2020, p. 131 – 178.

RIBEIRO, Dinalva Donizete. **Modernização da agricultura e (re)organização do espaço no município de Jataí - GO**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Presidente Prudente: [s.n.], 2003.

SANTOS, Milton. **TÉCNICA, ESPAÇO, TEMPO: Globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1994.

_____. **A natureza do espaço**. São Paulo: Editora Edusp, 1996; 2002.

_____. **A urbanização brasileira**. 5.ed. São Paulo: Editora da universidade de São Paulo , 2009.

SOUZA, Lorena Ferreira de. **O Cerrado dobra riqueza agrícola do país: Processos políticos e econômicos para modernização da agricultura em Jataí/GO (1970-1990)**. Monografia. Universidade Federal de Goiás, 2019, Jataí.

FONTES

Anuário da Soja 2020. Disponível em: <https://www.editoragazeta.com.br/sitewp/wp-content/uploads/2020/12/SOJA_2020_DUPLAS-2.pdf>

BRASIL. **Lei nº 3.059, de 14 de fevereiro de 1941.** Dispõe sobre a criação de Colônias Agrícolas Nacionais. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3059-14-fevereiro-1941-413001-publicacaooriginal-1-pe.html>>

BRASIL. **Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850.** Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Rio de Janeiro, 1850. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l0601-1850.htm>.

BRASIL. **Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.** Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm>.

BRASIL. **Lei 5.727, de 4 de novembro de 1971.** Dispõe sobre o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), para o período de 1972 a 1974. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 4 de novembro de 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L5727.htm>.

BRASIL. **Lei nº 6.151, de 4 de dezembro de 1974.** Dispõe sobre o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), para o período de 1975 a 1979. Diário Oficial da União, Brasília, DF 4 de dezembro de 1974. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6151.htm>.

BRASIL. **Lei nº 10.267, de 28 de agosto de 2001.** Altera dispositivos das Leis nos 4.947, de 6 de abril de 1966, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 6.739, de 5 de dezembro de 1979, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10267.htm>.

BRASIL. **Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011.** Dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação – SNV. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/l12379.htm>

IBGE. **Produção Agrícola Municipal.** 2022. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1612>>

MINISTERIO DA INFRAESTRUTURA. **Sistema Federal de Viação.** Disponível em: <https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/transporte-terrestre_antigo/rodovias-federais/rodovias-federais-informacoes-gerais-sistema-federal-de-viacao>

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Brasília: **Plano Trienal de desenvolvimento econômico e social, 1963 a 1965.** Metas e base para ação do governo, 1970 a 1973. I e II PND, 1972 a 1979.